



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL, CAMPUS PORTO ALEGRE.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

HELDER FELIPE DE OLIVEIRA

**JUVENTUDES NEGRAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PAUTADAS NA ESCUTA DE JOVENS
VISANDO À PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Porto Alegre

Abril de 2023

HELDER FELIPE DE OLIVEIRA

**JUVENTUDES NEGRAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PAUTADAS NA ESCUTA DE JOVENS
VISANDO À PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo câmpus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes

Porto Alegre

Abril de 2023

O48

Oliveira, Helder Felipe de

Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista / Helder Felipe de Oliveira – Porto Alegre, 2023. 203 f. : il., color.

Orientadora: Dra. Liliane Madruga Prestes

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2023.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Antirracismo. 3. Juventude. 4. Políticas públicas. I. Prestes, Liliane Madruga. II. Título.

CDU: 37:004

Elaborada por Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura - CRB10/2229

HELDER FELIPE DE OLIVEIRA

**JUVENTUDES NEGRAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MUNDO DO
TRABALHO: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PAUTADAS NA ESCUTA DE JOVENS
VISANDO À PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a LILIANE MADRUGA PRESTES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientadora - Docente Permanente do ProfEPT

Prof^a Dr^a DANIELA MEDEIROS DE AZEVEDO PRATES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-rio-grandense - IFSUL
Membro Interno do Programa ProfEPT

Prof^a Dr^a JULIANA RIBEIRO DE VARGAS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Membro Externo

HELDER FELIPE DE OLIVEIRA

**GUIA DE ATIVIDADES COM OFICINAS DE LETRAMENTO RACIAL
PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 18 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª LILIANE MADRUGA PRESTES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientadora - Docente Permanente do ProfEPT

Profª Drª DANIELA MEDEIROS DE AZEVEDO PRATES
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-rio-grandense - IFSUL
Membro Interno do Programa ProfEPT

Profª Drª JULIANA RIBEIRO DE VARGAS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Membro Externo

À medida em que fazíamos essa pesquisa - os jovens e eu - fui percebendo como as várias dinâmicas da vida na comunidade, apesar dos muitos avanços, não mudaram. Mulheres negras, injustamente, ainda carregam o mundo inteiro nas costas. Eu dedico esse trabalho à minha mãe, dona Vânia Maria.

AGRADECIMENTOS

Eu parto do princípio de que empoderamento é uma causa social e coletiva, que ninguém se empodera sozinho ou para si mesmo. Com isso, agradeço, com muito carinho, aos jovens da ACM Cruzeiro do Sul, com quem convivo dia a dia, e que possibilitaram essa pesquisa.

À minha família, na figura da minha mãe, dona Vânia, e das minhas irmãs e irmão, Richtiele, Tássia, Jader e Bárbara Esther, pela parceria e cuidado que temos sempre uns com os outros e, principalmente, pela rede de cuidados com o Vitor, meu filho, durante todo o processo desse mestrado.

Agradeço à minha orientadora, a profa.Dra. Liliane Madruga Prestes, pela solicitude, entusiasmo, compreensão e parceria, mas principalmente por não me deixar esmorecer.

À banca de qualificação, composta pela Profa.Dra. Daniela Medeiros de Azevedo Prates e a Profa. A Dra. Juliana Ribeiro de Vargas, pelas contribuições e sugestões na melhoria deste trabalho.

À equipe de trabalho da ACM Cruzeiro do Sul, por permitirem a realização dessa pesquisa e apoio durante essa trajetória.

Agradeço aos meus amigos, principalmente à minha amiga Débora Quadros, por sempre me apoiar desde o tempo em que cursar esse mestrado parecia um sonho distante.

Agradeço ao corpo docente do ProfEPT no IFRS, pela possibilidade de estudos e debates tão qualificados durante um contexto tão difícil, que foi a pandemia do COVID-19.

Agradeço aos governos trabalhistas, na figura do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lula, e da ex-presidente Dilma Rousseff, que deram atenção à classe trabalhadora, fomentando políticas públicas que criam oportunidades para as comunidades, possibilitando à conclusão de um curso de mestrado em uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Estes dentes não caíram sozinhos. Foram arrancados à força. Esta cicatriz que marca meu rosto não vem de um acidente. Os pulmões... a perna... Quebrei a perna quando escapei da prisão ao saltar um muro alto. Há outras marcas mais, que você não pode ver. Marcas visíveis no corpo e outras que ninguém pode ver. Se quebro a pedra, estas marcas somem. E elas são meus documentos, compreendes? Meus documentos de identidade. Olho-me no espelho e digo: 'Esse sou eu', e não sinto pena de mim. Lutei muito tempo. A luta pela liberdade é uma luta que nunca acaba. Ainda agora, há outras pessoas, lá longe, lutando como eu lutei. Mas minha terra e minha gente ainda não são livres, e eu não quero esquecer. Se quebro a pedra cometo uma traição, compreendes?

(Eduardo Galeano, A Pedra Arde, 1989)

RESUMO

A presente investigação foi desenvolvida no decorrer do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) estando vinculada à linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, no Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como foco as juventudes negras, no contexto da educação profissional, em uma instituição social, na vila Cruzeiro, zona sul da cidade de Porto Alegre. O objetivo central da pesquisa foi promover a escuta de jovens negros que integram esse espaço educativo não escolar, articulando com estudos sobre juventudes, racismo estrutural e mundo do trabalho, visando a produção de subsídios teóricos e metodológicos para o aprimoramento das práticas de ensino, em particular, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos, foi caracterizada como uma pesquisa participante. A pesquisa contou com a participação de jovens de uma comunidade da região metropolitana de Porto Alegre vinculados a um Projeto de Formação Inicial da Educação Profissional e Tecnológica, o qual é ofertado por uma instituição social e educativa, presente na comunidade. A adesão dos/as jovens foi voluntária e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS. Num primeiro momento, tal participação consistiu no preenchimento de questionário estruturado, a fim de mapear os conhecimentos prévios acerca das temáticas deste estudo, a saber: racismo estrutural, racismo no mundo do trabalho, racismo e juventudes. A partir de tais dados, foram estruturadas oficinas, denominadas como Oficinas de Letramento Racial, criadas a partir de necessidades de aprofundamento em alguns conceitos, percebidas nas respostas dos jovens ao primeiro questionário. A partir da realização das oficinas e da avaliação das mesmas pelos/as jovens, foi criado um Produto Educacional, no formato de um Guia de atividades contendo a descrição das oficinas sobre Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Na primeira parte são abordados os conceitos e na sequência a descrição das atividades propostas, as quais foram elaboradas e aprimoradas a partir do diálogo com os/as jovens participantes do estudo. Na sequência, o Produto Educacional foi avaliado por educadores/as a quem se destina, os quais atuam com as juventudes no contexto da educação profissional, dentro dessa instituição onde a pesquisa foi realizada. Por fim, Como resultado da pesquisa, destaca-se a necessidade de ampliarmos as iniciativas voltadas à promoção de práticas de educação antirracista, em especial, na EPT, contudo não reduzindo a discussão do racismo a eventos pontuais, mas agendando-o como presente, urgente e necessária nos cursos de capacitação profissional. Neste enfoque, os resultados deste estudo sistematizados no Guia, apontam subsídios teóricos e metodológicos para que os/as educadores/as possam promover espaços para a escuta das juventudes e desenvolvimento de práticas de ensino que contribuam para o enfrentamento ao racismo estrutural, em especial, na educação profissional e no mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Juventudes Negras. Racismo Estrutural. Educação Profissional e Tecnológica. Letramento Racial.

ABSTRACT

The present investigation was developed in the course of the Professional Master's program in Professional and Technological Education (ProfEPT) and is linked to the research line of Educational Practices in Professional and Technological Education, in Macroproject 2 - Inclusion and diversity in formal and non-formal teaching spaces in Professional and Technological Education (EPT), focusing on black youth, in the context of professional education, in a social institution, in Vila Cruzeiro, in the south zone of the city of Porto Alegre. The central objective of the research was to promote listening to young black people who are part of this non-school education, articulating with studies on youth, structural racism and the world of work, aiming at the production of theoretical and methodological incentives for the improvement of teaching practices, in particular, in the context of Professional and Technological Education (EPT). The research had a qualitative approach and regarding the procedures, it was characterized as a participant research. The research counts with the participation of young people from a community in the metropolitan region of Porto Alegre linked to a Project of Initial Formation of Professional and Technological Education, which is offered by a social and educational institution, present in the community. The young people's adherence was decided and the research was approved by the IFRS Research Ethics Committee. At first, such participation consisted of completing the guidelines followed, in order to map prior knowledge about the themes of this study, namely: structural racism, racism in the world of work, racism and youth. Based on such data, workshops were structured, called Racial Literacy Workshops, created from the needs of deepening some concepts, perceived in the young people's responses to the first questionnaire. From the realization of the workshops and their evaluation by the young people, an Educational Product was created, in the format of an Activity Guide containing the description of the workshops on Racial Literacy for the promotion of an Anti-racist Education in the context of Professional Education and Technological. In the first part, the concepts are approached and, in sequence, the description of the proposed activities, which were elaborated and improved from the dialogue with the young participants of the study. Next, the Educational Product was evaluated by the educators for whom it is intended, who work with young people in the context of professional education, within the institution where the research was carried out. Finally, As a result of the research, we highlight the need to expand initiatives aimed at promoting anti-racist education practices, especially in the EPT, however not reducing the discussion of racism to specific events, but scheduling it as a present, urgently needed in professional training courses. In this approach, the results of this study systematized in the Guide, point to theoretical and methodological subsidies so that educators can promote spaces for listening to young people and developing teaching practices that contribute to confronting structural racism, in particular, in professional education and in the world of work.

Keywords: Black Youth. Structural racism. Professional and Technological Education. Racial Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa satélite da região da vila Cruzeiro_____	22
Figura 2 - Fachada da ACM Cruzeiro do Sul_____	23
Figura 3 - Mapa satélite dos prédios e espaços da ACM Cruzeiro do Sul_____	24
Figura 4 - Gráfico da raça/etnia de estudantes de curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - 2015 - 2019 _____	31
Figura 5 - Infográfico: Violência contra as pessoas negras no Brasil (2021)_____	41
Figura 6 - Quadro com o mapeamento de dissertações e teses defendidas (2017 - 2021)_____	45
Figura 7 - Quadro com o mapeamento de conhecimentos prévios_____	55
Figura 8 - Gráfico com a identidade de gênero dos participantes_____	57
Figura 9 - Gráfico com a faixa etária dos jovens_____	58
Figura 10 - Gráfico com a raça/etnia dos/as jovens_____	58
Figura 11 - Gráfico com a escolaridade dos/as jovens_____	59
Figura 12 - Gráfico com a percepção dos/as jovens com relação ao racismo no cotidiano_____	60
Figura 13 - Gráfico com a percepção dos jovens sobre o racismo no mundo do trabalho_____	61
Figura 14 - Quadro Estratégia de ensino - Oficinas_____	64
Figura 15 - Quadro Perfil dos/as jovens participantes das oficinas_____	66
Figura 16 - Quadro - Oficina 1_____	67
Figura 18 - Quadro - Oficina 2: Juventude ou Juventudes: Que jovem sou eu? _____	73
Figura 19 - Quadro - Oficina 3: Racismo e mundo do trabalho_____	83
Figura 20 - Quadro - Oficina 4: Território Jovem_____	88
Figura 21 - Quadro - Oficina 5: Políticas de Ações Afirmativas e Cotas Raciais na EPT_____	95
Figura 22 - Quadro - Oficina 6: Juventudes negras e cotas raciais: atuais políticas públicas de acesso à educação_____	100
Figura 23 - Quadro - Oficina 4: Por uma educação antirracista: avaliação dos conhecimentos compartilhados pelos/as jovens participantes da pesquisa._____	105
Figura 24 - Quadro - Eixos de avaliação do Produto Educacional_____	111
Figura 26 - Exemplo de indicação de materiais para estudo dos conceitos_____	114

Figura 27 - Exemplo de imagens clicáveis e <i>QR CODEs</i> no Produto Educacional_	116
Figura 28 - Imagem com a metodologia do círculo da cultura.	117
Figura 29 - Quadro - perfil dos participantes da avaliação do PE	118
Figura 30 - Quadro - questões propostas para a avaliação do PE	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Associação Cristã de Moços
ACM-RS - Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul
ADS - Área de Desenvolvimento Social
AMAVTRON - Associação de Moradores da Vila Tronco
ASMUSSOL - Associação Mulheres Solidárias
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT - Consolidação de Leis Trabalhistas
CNE - Conselho Nacional de Educação
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
EJ - Estatuto da Juventude
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ERER- Educação das Relações Étnico-raciais
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania
FIC - Formação Inicial e Continuada
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação
ONG - Organização Não-governamental
OP - Orçamento Participativo
PE - Produto Educacional
RH - Recursos Humanos
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SAF - Serviço de Atendimento Familiar
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINAJUVE - Sistema Nacional da Juventude
SISU - Sistema de Seleção Unificada

STF - Supremo Tribunal Federal

SMED - Secretaria Municipal da Educação

TE - Trabalho Educativo

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Dualidade Estrutural e Racismo: interlocuções possíveis e necessárias no contexto da educação profissional	27
2.2 Racismo Estrutural e Políticas para as Juventudes: reflexões a partir do atual contexto brasileiro	36
2.3 Estado da Arte das Pesquisas sobre Educação Profissional, Juventudes e Racismo	44
3 METODOLOGIA	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 Racismo estrutural: mapeamento de concepções prévias dos jovens no contexto pesquisado	55
4.2 Oficinas de letramento racial enquanto estratégia para a promoção de uma educação antirracista no contexto da EPT e no mundo do trabalho	60
5 PRODUTO EDUCACIONAL	107
5.1 Apresentação do Produto Educacional	107
5.2 Finalidade do Produto Educacional	109
5.3 Da aplicação do Produto Educacional	110
5.4 Da execução das Oficinas	111
6. AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	133
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS	192
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PE	195
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	199
ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	202
ANEXO C - AUTORIZAÇÕES INSTITUCIONAIS	205
ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	207

1 APRESENTANDO O CENÁRIO DA PESQUISA

A presente investigação foi desenvolvida no decorrer do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) estando vinculada à linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, no Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Julgo pertinente salientar que a escolha de tal temática de estudo foi motivada pela minha trajetória acadêmica e profissional atuando como docente com jovens de uma comunidade da região metropolitana de Porto Alegre. O estudo teve início no ano de 2022, ainda sob os impactos da COVID-19, uma pandemia que ceifou milhares de vidas e potencializou as desigualdades sociais. Como consequência, presenciamos o crescimento exponencial das violências e o aumento as taxas de evasão escolar vivenciada pelas juventudes contemporâneas, em particular, jovens negros e negras, aos quais historicamente, a sociedade capitalista nega o acesso aos direitos fundamentais.

Diante do cenário pandêmico, o tema dessa pesquisa iniciou com o seguinte nome: “Juventudes negras, Educação Profissional e Mundo do Trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando a promoção de uma educação antirracista”, no qual busquei ampliar estudos e reflexões que tratem das juventudes negras das comunidades e da formação para o mundo do trabalho, sobretudo no contexto da educação profissional.

Enquanto educador de um espaço educativo não-escolar, situado na vila Cruzeiro, uma comunidade da zona sul de Porto Alegre, esse trabalho busca potencializar a escuta e o diálogo com os/as jovens desta instituição, mediante a realização de oficinas, as quais denominei de oficinas de letramento racial, cujo propósito foi introduzir os conceitos de racismo estrutural, juventudes, mundo do trabalho e outros, possibilitando esse diálogo e escuta. O planejamento de tais oficinas foi pautado na escuta desses jovens a fim de mapear seus conhecimentos prévios e vivências sobre o tema e coletivamente construirmos estratégias visando a promoção de práticas educativas antirracistas, quer seja no âmbito da educação quanto no mundo do trabalho.

Existe um afeto à causa nessa discussão que eu carrego sempre comigo

durante a realização dessa pesquisa, dado que ser um jovem negro e morador de uma comunidade é algo que os jovens participantes dessa pesquisa e eu temos em comum em nossa caminhada. Esses marcadores, que acabam definindo trajetórias, assimilam as histórias de vida umas às outras e experimentam de acontecimentos em comum. Esse afeto à causa, que foi indissociável deste trabalho, se enlaça, vez ou outra, com o que aqui estou apresentando.

Entre os/as autores/as referendados/as neste estudo, busquei inspiração, em especial, nos textos produzidos por bell hooks ¹(2013), falecida em 2021, ano em que comemoramos o Centenário de Paulo Freire (1921-2021), considerado o patrono da Educação Brasileira² e expoente na Educação de Jovens e Adultos. Em suas obras, ambos ressaltam o potencial da educação enquanto estratégia potencializadora para a transformação social, quer seja no âmbito individual e/ou coletivo.

Racismo e mundo do trabalho são temas constantes de discussão em diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, educação, políticas públicas, direito e outros. Contudo, nesta pesquisa trabalhamos com o racismo em sua perspectiva estrutural e, em especial, seus impactos nas juventudes negras, no mundo do trabalho e na educação profissional.

Essa discussão consiste numa demanda urgente e, ao mesmo tempo, num desafio constante, tanto para a implementação, manutenção e proposição de políticas públicas, especialmente no campo da educação.

Percebemos que os jovens do contexto da pesquisa, jovens negros em sua maioria, são atingidos drasticamente pela falta de acesso aos direitos fundamentais, sendo impactados pelo sucateamento das escolas públicas no cenário político dos últimos anos e, com isso, buscam cada vez mais cedo, o ingresso no mundo do trabalho, a fim de garantir a própria subsistência através da complementação da

¹ Gloria Jean Watkins é o nome de batismo de bell hooks. Ela nasceu em 1952, em Hopkinsville, uma pequena cidade segregada do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. A escolha do pseudônimo bell hooks é uma homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks, conhecida dentro da família pela sua coragem de dizer a verdade. Uma mulher de língua afiada, sem papas na língua. Quando bell hooks começa escrever, ela adota o nome da bisavó como uma forma de reivindicar esse legado, já que desde a infância hooks também gostava de expressar suas ideias. Disponível em <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/bell-hooks/> Acessado em 03 março de 2023.

² Paulo Freire (1921-1997), educador pernambucano é reconhecido como patrono da educação brasileira pela Lei Federal nº 12.612 de 13/04/2012. Ao longo de sua trajetória, deixou um legado de inúmeras obras, sendo considerado um expoente na educação de jovens e adultos. Tal acervo está disponível de forma pública e gratuita no site do Instituto Paulo Freire, o qual foi criado pelo próprio educador no ano de 1991. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire>> Acesso em fev.2022.

renda familiar, ou até mesmo atender aos apelos do consumo direcionado às juventudes.

Na atualidade, o descaso para com as juventudes é evidenciado e, ao mesmo tempo, agravado pela descontinuidade e/ou inexistência de políticas públicas que atendam às demandas. Entre as atuais normativas vigentes, apesar da aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, na prática, presenciamos o crescimento exponencial das estatísticas sobre as violências contra as juventudes, cujas vítimas são majoritariamente jovens negros e de famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Tal afirmativa está ancorada nas análises preliminares do Atlas da Violência produzido anualmente pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Aplicadas - IPEA (BRASIL, 2021)³ cujos dados denunciam de forma bastante específica a regionalidade (território) e raça/cor dos jovens que são brutalmente assassinados diariamente em nosso país. Neste enfoque chamo a atenção para o fato de tais dados estarem classificados por categorias e, no caso das violências contra as juventudes, a categoria é intitulada como Juventudes Perdidas. Essa constatação ao mesmo tempo em que apresenta dados estarrecedores do quanto tais violências são pautadas por questões de gênero, raça/etnia e classe social pois evidencia-se o quanto os jovens pretos e pobres lideram o ranking das vítimas em todos os estados da federação. Aliado a isso, a denominação Juventudes perdidas nos convoca à reflexão, mas principalmente nos convoca para problematizarmos e agirmos para transformarmos tal realidade e, principalmente, como as juventudes têm sido consideradas em nossa sociedade.

Ao analisar os dados do Atlas da Violências (BRASIL, 2021) parto do entendimento de que, para além de números, trata-se de milhares de vidas ceifadas, o que evidencia o quanto o racismo se materializa nas estatísticas de exclusão social e morte de um contingente crescente de jovens negros. Logo, parto do entendimento de que o racismo não se restringe a atitudes comportamentais conscientes e deliberadas, passíveis de identificação, como, por exemplo, a abordagem policial truculenta na comunidade ou a contenção violenta de um homem negro num supermercado. O racismo está além disso, ele também se manifesta de forma sutil, ou seja: a própria ausência de atitude é capaz de caracterizá-lo, a

³ Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/71> Acessado em agosto de 2022.

exemplo dos processos seletivos de trabalho que excluem os jovens negros, utilizando-se do *feedback* de “não tem o perfil da empresa”.

Refiro-me aqui ao racismo como uma prática estrutural, que está enraizada na fundação deste país e, por consequência, na cultura das pessoas, atingindo desde a representatividade na televisão até uma seleção para recepcionista, que coloca em desvantagem uma jovem negra por ela não responder aos padrões estéticos, histórica e estruturalmente, pensados para esse tipo de trabalho.

Nesse ínterim, onde temos as juventudes negras, o racismo estrutural, o mundo do trabalho e a educação profissional, o problema de pesquisa buscou investigar: Que estratégias de ensino poderão ser adotadas visando a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional?

A pesquisa foi realizada em uma instituição na vila Cruzeiro, em Porto Alegre/RS. A vila Cruzeiro é uma região composta de ruas, acessos e ocupações entre os bairros Santa Tereza e Cristal, na zona sul da cidade.

A Cruzeiro é uma comunidade bastante conhecida na cidade, amplamente noticiada como um espaço de constante conflito policial, uma vez que o tráfico de drogas ilícitas é bastante presente na região. Também devido a sua disposição geográfica, composta de várias pequenas vilas, como a vila Ecológica, Pedreira, Barracão, etc., que compõem a Grande Cruzeiro, são constantes as brigas por território, tomada de espaços, ocupação de pontos de venda de drogas, etc., para esses eventos, os moradores da região dizem “a vila tá em guerra”.

Cabe trazer aqui também que a Grande Cruzeiro não é, pelo menos não oficialmente, um bairro da cidade de Porto Alegre, mas sim um complexo de várias e pequenas comunidades, situadas nas imediações fronteiriças dos bairros Medianeira e Santa Tereza. Essa dinâmica, que confunde os moradores da região, inclusive, cria um senso de pertencimento, comunidade e territorialidade muito presente na vila Cruzeiro. Para Souza (1996), “os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim, campos de força” (p. 97). Esse entendimento de território, no contexto da vila Cruzeiro, à mesma medida que corrobora para a guerra e violência por tomadas de espaço, promove um senso de pertencimento e comunitário muito forte entre os moradores da região. Ainda, a região é bastante organizada para a atenção às demandas dos moradores da sua comunidade, a exemplo do Fórum do Orçamento

Participativo da região, agora desativado devido à instabilidade política e a crise da pandemia, mas que foi referência na cidade de Porto Alegre⁴.

Há também outros eventos que promovem um senso de bem estar, segurança, pertencimento e cuidado com a comunidade, como a tradicional festa das crianças no mês de outubro, a festa de natal da comunidade em dezembro, entre outros eventos, nos quais as lideranças comunitárias da região se organizam para mobilizar moradores, associações, escolas, igrejas e outras instituições.

Figura 1: Mapa satélite da região da vila Cruzeiro



Fonte: Google Maps

A pesquisa foi realizada na Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, unidade vila Cruzeiro do Sul (ACM Cruzeiro do Sul), a qual é uma unidade social da ACM-RS, uma instituição caracterizada como uma Organização Não-Governamental (ONG), atuante em vários países e declarada, no Brasil, como uma instituição de utilidade pública. A escolha foi motivada, principalmente, pelo fato de eu ser um trabalhador dessa instituição, atuando há mais de uma década neste local, onde iniciei como educador e hoje trabalho como coordenador pedagógico na ACM Cruzeiro do Sul, especificamente nos programas de educação para as

⁴ Cruzeiro define suas prioridades no Orçamento Participativo - Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_noticia=179687 - Acesso em 12 de jun. de 2022. Cruzeiro prioriza saúde, assistência social, habitação e educação - Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_noticia=999206192 - Acesso em 19 de mar. de 2023.

juventudes da comunidade local e na coordenação dos cursos de qualificação profissional oferecidos nessa unidade para jovens e adultos.

Ainda, a ACM Cruzeiro do Sul atua em parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC,⁵ um órgão da prefeitura de Porto Alegre, responsável por gerenciar as políticas públicas, programas sociais e serviços voltados para a assistência social na cidade, sendo a ACM Cruzeiro do Sul uma executora de serviços de assistência social, educação, qualificação profissional e esportes para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

Figura 2: Fachada da ACM Cruzeiro do Sul



Fonte: Acervo do autor

Na região há mais de quatro décadas, a ACM Cruzeiro do Sul é uma das poucas instituições da comunidade que oferta uma amplitude de serviços que compreende uma diversidade geracional: Educação Infantil, Turno Inverso à Escola (para crianças e adolescentes estudantes de escolas públicas da região), Qualificação Profissional (para adolescentes, jovens e adultos), Serviço de Atendimento Familiar (SAF) para moradores da comunidade que buscam orientação social (mulheres, pessoas idosas, e outros). Para a realização de tais atividades, a

⁵ Disponível em <https://prefeitura.poa.br/fasc> - acesso em mar. de 2023.

instituição possui uma estrutura composta por prédios e quadras poli esportivas, conforme demonstra a figura 3.

Figura 3: Mapa satélite dos prédios e espaços da ACM Cruzeiro do Sul



Fonte: Google Maps

Os/as jovens que foram interlocutores centrais dessa pesquisa, são atendidos no Projeto Trabalho Educativo (TE), o qual consiste num Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV⁶) para adolescentes e jovens de 15 até 18 anos. As práticas educativas desenvolvidas nesse projeto têm como referência o entendimento de Trabalho Educativo definido no ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente⁷ (Lei Federal nº 8.069 de 1990), a saber:

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. § 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. § 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo. Art. 69. Os adolescentes têm direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição

⁶ Disponível em

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf Acesso em mar.2021

⁷ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em mar.2021.

peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 1990, p.36).

Os/as jovens vinculados ao projeto Trabalho Educativo são moradores da vila Cruzeiro e estudantes das escolas públicas da região, cursando o ensino médio ou anos finais do ensino fundamental, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tais jovens são oriundos de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade⁸ econômica e social, o que é um dos critérios para o ingresso no projeto. Quando dentro do Trabalho Educativo, esses jovens passam a ser assistidos com reforço alimentar, assistência escolar e formação para o mundo do trabalho, essa última através de oferta, dentro da própria instituição, de cursos Formação Inicial e Continuada - FIC, também denominados cursos de qualificação profissional. No site do Ministério da Educação⁹, encontramos a seguinte descrição dos cursos FIC:

A formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional (BRASIL, 2023, p.1).

As atividades de formação no projeto Trabalho Educativo acontecem diariamente, no contraturno escolar do jovem, e tem como linha principal de formação a área administrativa, conforme convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da FASC, propondo uma formação para o trabalho nas áreas de atendimento ao público, escritório, rotinas administrativas e informática.

Assim como a ACM Cruzeiro do Sul, existem outras diversas instituições nas comunidades de Porto Alegre, atuantes em espaços onde o poder público não chega, que oferecem cursos de formação profissional. Cursos que são, em maioria,

⁸ Para subsidiar os estudos sobre o conceito de vulnerabilidade, reporte-me a definição de vulnerabilidade utilizada no âmbito das recentes pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2018), as quais visam subsidiar o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas no contexto brasileiro. Segundo o referido documento, as análises apresentadas estão ancoradas no reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar (IPEA, 2018, p.16). Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/vulnerability-1.pdf> Acesso em mar.2023.

⁹ Disponível em www.portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional Acesso em 05 nov. 2021.

de curta duração, destinados principalmente para a inserção da força de trabalho jovem no mercado de trabalho, o qual não raras vezes restrita à qualificação de mão-de-obra. Tal formação ignora as dimensões humana e integral que pautam as atuais diretrizes da educação profissional e tecnológica.

Contudo, os jovens da ACM Cruzeiro participam do Projeto Trabalho Educativo, um projeto que visa oportunizar a formação humana, compreendendo o trabalho, no sentido ontológico, preconizado por Saviani (2007) e Frigotto (2009), isto é: o trabalho como uma condição humana, o trabalho como a realização do ser social.

É bastante desafiador para os/as educadores/as trabalharem uma educação profissional, nesse contexto, que dê conta de uma formação omnilateral¹⁰, humana e integral, uma vez que esses jovens são pressionados a ingressarem, de forma cada vez mais precoce, no mercado de trabalho, principalmente informal, ora para manterem a si mesmos, outrora para o complemento da renda familiar.

Ao olharmos para as juventudes negras, temos outro entrave que se enlaça com as dificuldades sociais: o racismo. Apesar desses jovens buscarem uma qualificação profissional e preencherem os requisitos mínimos divulgados nas vagas de primeiro emprego, acabam sendo rejeitados nos diversos processos seletivos que participam. Essas negativas revelam o quanto o racismo estrutural é reproduzido de forma sutil e silenciosa, na subjetividade das relações sociais, e ao mesmo tempo, impele no racismo individual e no racismo institucional (Almeida, 2019).

Para subsidiar as análises sobre o contexto histórico e os desafios postos à educação profissional, tomei como referência de estudo as bases conceituais da educação profissional a partir de autores/as contemporâneos, tais como Moura (2007) e Grabowski e Kuenzer (2016).

Ainda, para conceituar o racismo na perspectiva estrutural, busquei subsídios no trabalho de Almeida (2019), que tratará da questão racial, das sociedades classes, do conceito de racismo (individual, institucional e estrutural),

¹⁰ O conceito de omnilateralidade é de grande importância para a reflexão em torno do problema da educação em Marx. Ele se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas, enfim. Disponível em <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>> Acesso em 09/03/22.

apontando que, no Brasil, a desigualdade social e econômica não se dará exclusivamente no que entendemos como sistema de classes, mas também como uma sociedade estruturalmente racista.

No campo das juventudes, sinalizando de qual/quais juventude(s) estamos falando, trabalhei com Pais (1990), Martins e Carrano (2011) e outros. E relacionando essa questão com o mundo do trabalho e as relações precárias de trabalho para os jovens das comunidades, busquei Antunes (2006, 2020) e outros.

Estamos falando de juventudes, educação profissional, mundo do trabalho e racismo, mas é indispensável que falemos e façamos um recorte de gênero que nos ajude a perceber quem são esses jovens. Ser um jovem negro, homem, morador de uma comunidade, no Brasil, é algo que coloca esses sujeitos no topo do que temos posto como uma situação de extermínio.

O Atlas da Violência (BRASIL, 2021), nos indica que no Brasil as maiores vítimas de violência são os jovens, de gênero masculino (p.27), e esse mesmo documento nos indica que as pessoas negras, ainda, são as que mais morrem no Brasil (p.49).

Diante disso, temos um cenário definido: os jovens identificados como do gênero masculino estão muito mais expostos, exponencialmente, aos riscos de morte por violência. O movimento negro denuncia, há anos, o genocídio de meninos/jovens negros nas comunidades, mas parece existir uma espécie de conformação com essas violências, elas não geram grande comoção, tampouco temos pensado políticas efetivas de proteção a esses meninos negros, uma vez que criar políticas públicas que deem conta desse genocídio perpassa por assumir que temos um problema estrutural que atinge as instituições, tais como a polícia e outros, implicando diretamente na morte desses jovens negros. Como nos traz Almeida:

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio (ALMEIDA, 2019, p.98-99)

Quando pensamos em como a sociedade capitalista está estruturada a partir do gênero, não podemos abrir mão de pôr uma lupa sobre essas questões e pensar nos atravessamentos produzidos pela raça e racismo que entram em conflito e/ou

potencializam desigualdades sociais. Para exemplificar o exposto, cito o fato de que, no contexto brasileiro, prevalece a hegemonia da masculinidade branca, ou seja, a sociedade brasileira se configura como patriarcal, sendo que dispõe de uma série de mecanismos que corroboram para a manutenção do seu poder. O mesmo não acontece com os homens negros, porque a masculinidade para esses se dá em uma dinâmica diferente de poder, uma vez que a raça e o racismo são determinantes.

A filósofa Djamila Ribeiro, em seu livro, *Pequeno manual antirracista* (2018), salienta tais intersecções ao exemplificar a homossexualidade de homens brancos que são discriminados pela orientação sexual, mas ainda fazem parte de um grupo hegemônico que detêm o poder, sendo, portanto, estruturalmente privilegiados. Homens negros não pertencem a esse grupo hegemônico determinado pela branquitude, portanto não se utilizam desses privilégios.

Aplicando essa percepção a pesquisa, a partir dos dados do Atlas da Violência (BRASIL, 2021) e das intersecções exemplificadas por Ribeiro (2018), nota-se que é o jovem menino negro, morador de comunidade, que está no topo dessa cadeia de alvos principais de morte e violência.

Para dar conta dos objetivos propostos, a partir da escuta de jovens do contexto pesquisado, propus a realização de uma série de oficinas, partindo do conceito de letramento racial, um conceito estadunidense, desenvolvido pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine¹¹, abordado no Brasil pela socióloga Neide A. de Almeida¹², tais oficinas foram inspiradas na metodologia do Círculo da Cultura (Brandão, 2010), de Paulo Freire, a qual escreverei no decorrer deste estudo. Os dados produzidos foram sistematizados, culminando num Produto Educacional no formato de um “Guia de atividades de letramento racial para a

¹¹ Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/letramento-racial> acesso em 10 de jan. de 2023.

¹² Neide A. de Almeida é escritora, pesquisadora e socióloga pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Concluiu o mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino pela PUC-SP em 1995 e cursa atualmente a pós-graduação em Gestão Cultural Contemporânea. Filha de mãe e pai mineiros, cresceu na periferia da região leste de São Paulo, cidade onde sempre viveu. Há mais de 30 anos atua nas áreas de educação, cultura e direitos humanos. Desde 2013 coordena o Núcleo de Educação do Museu Afro Brasil em São Paulo, onde gere ações e projetos voltados para estudantes, pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, atendidos por medidas socioeducativas, idosos e mediadores culturais. Neide também integra a equipe de consultores na área de relações étnico-raciais do Programa de Direitos Humanos do IBEAC – Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1168-neide-almeida>. Acesso em 10 de jan. de 2023.

promoção de uma Educação Antirracista no contexto da educação profissional e tecnológica”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dualidade estrutural e racismo: interlocuções possíveis e necessárias no contexto da educação profissional

Os estudos realizados por Moura (2007), evidenciam que, desde a sua origem, em 1909, a educação profissional e tecnológica é marcada por uma dualidade estrutural que, historicamente, estendeu uma formação propedêutica para as elites e os filhos das elites. Os estudos realizados pelo pesquisador, apontam que para os sujeitos das camadas mais pobres da população era ofertada uma educação voltada à formação de mão de obra destinada a atender a demanda de atividades operacionais, as quais exigiam basicamente a força física para a sua execução. Tal concepção de educação para a classe trabalhadora destinava-se a atender a agenda da sociedade capitalista que se fortalecia com a chegada da industrialização (Moura, 2007).

Na continuidade de suas pesquisas, ao analisar o contexto atual, Moura (2007), ao problematizar a relação da educação básica e da educação profissional no Brasil, nos adverte que precisamos considerar o quanto essa relação é marcada por uma dualidade estrutural histórica, criada dentro dos preceitos de uma sociedade de classes e, por consequência disso, uma dualidade que fomenta a desigualdade social.

Em suas análises, Moura (2007) pontua que, antes do século XIX não se encontram registros que apontem uma proposta de educação profissional, ou seja, havia a oferta de uma educação propedêutica, voltada para as elites e os filhos das elites. Segundo o autor, o surgimento da educação profissional foi marcado pelo caráter assistencialista, cujas origens reportam à sociedade escravocrata, ou seja,

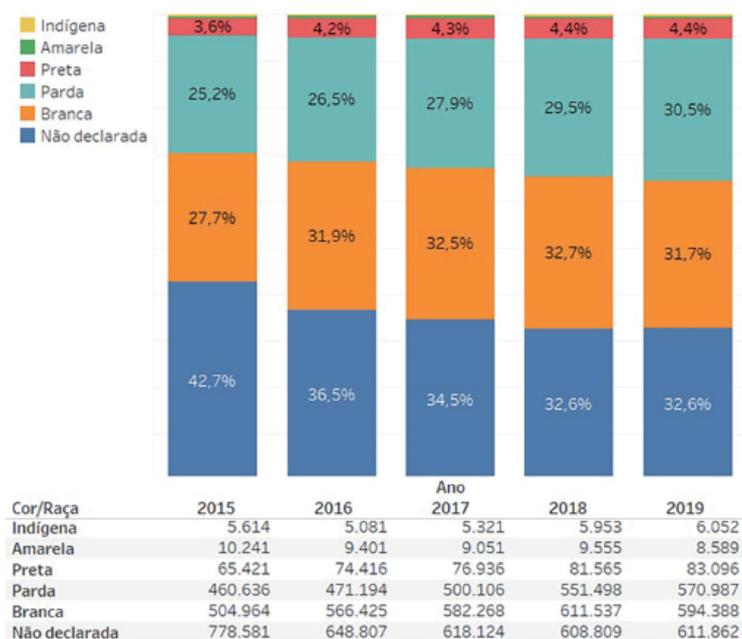
Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. (Moura, 2007, p. 6).

No tempo presente, ainda atingidos por uma dualidade estrutural, temos uma educação profissional que, apesar de constantes ataques, avançou muito nos últimos anos, principalmente com o investimento dos governos mais progressistas e a criação de políticas públicas. Ainda assim, Antunes (2006) nos alerta quanto ao crescimento exponencial do quantitativo de pessoas que vivem à mercê de políticas neoliberais, políticas que visam a mera formação de mão de obra em detrimento à formação humana. Neste ínterim, cabe destacar que as sociedades capitalistas não têm apenas a desigualdade econômica como fator preponderante, isto é, a pobreza é atrelada à classe social, raça/etnia e gênero.

A fim de ampliar os estudos sobre tais atravessamentos entre gênero, raça/etnia, reporto-me aos estudos de Almeida (2019), o qual nos adverte que a sociedade brasileira é estruturalmente racista, o que é evidenciado nas estatísticas sobre o acesso aos direitos fundamentais, tais como a educação e mundo do trabalho. Especificamente no âmbito da educação profissional, apesar dos avanços, os dados referentes as matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica (gráfico 1) revelam a necessidade de avançarmos no sentido de garantirmos a equidade, o acesso e a permanência de jovens, em particular, jovens negros.

Do total de estudantes matriculados, temos um percentual de apenas 4,4% de jovens negros.

Figura 4: Gráfico da Raça/etnia de estudantes de cursos da Educação Profissional Técnica de nível Médio – 2015-2019



Fonte: Elaborado por Deed/Inep e Setec/Mec baseada em BRASIL: INEP(2020)

Os dados apresentados no gráfico 1, esboçam a dualidade estrutural que está presente em nossa sociedade capitalista e, de forma hegemônica, pauta as políticas públicas voltadas aos direitos fundamentais, tais como educação, saúde, trabalho, etc.

É importante trazer aqui que parto do entendimento de que a negritude não se dá, exclusivamente, pelo tom da pele, mas sim, a partir de um conjunto de fenótipos que constituem essa identidade e pertencimento racial. A exemplo disso, cito o funcionamento da banca de heteroidentificação do IFRS¹³, que ao explicar o funcionamento do ingresso por cotas raciais, apresentam como esses traços fenotípicos, de características observáveis, auxiliam nessa constatação tão importante para a manutenção e idoneidade das políticas de ações afirmativas. É importante também, para o entendimento deste trabalho, trazer o conceito de raça, que no passado era uma definição erroneamente biologizada, mas que hoje é percebida como uma construção histórica e social. No Glossário Antidiscriminatório: Raça e Etnia (2022)¹⁴, organizado pelo Ministério Público de Minas Gerais, vemos a seguinte definição de raça:

¹³ Disponível em: <https://ingresso.ifrs.edu.br/2023/cotas/> acesso em 20 de mar. de 2023

¹⁴ Disponível em:

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/direitos-humanos/enfrentamento-as-discriminacoes/glossario-antidiscriminatorio.htm> acesso em 26 de março de 2023.

Por muito tempo, raça foi compreendida como um fator biológico, em que haveria diferenças genéticas entre grupos raciais diferentes, e essas diferenças justificariam que um grupo racial subjugasse e explorasse o outro, como aconteceu com a escravização de pessoas negras. Contudo, cientificamente esse conceito de raça não se sustenta, pois não há diferenças biológicas que apontem que um grupo racial seja inferior ao outro, ou mesmo que exista qualquer diferença significativa entre pessoas de raças diferentes. O conceito de raça vem sendo determinado a partir de critérios sociais e históricos, principalmente traços fenotípicos e culturais observados nos indivíduos (2022, p.65)

Esse entendimento de raça como uma construção social e histórica contribui para a compreensão do racismo como uma prática estrutural, e também para o entendimento das desigualdades sociais que constituem, histórica e estruturalmente, a sociedade brasileira, marginalizando adolescentes e jovens, principalmente jovens negros e negras, dos seus direitos fundamentais enquanto cidadãos, como a educação, saúde, trabalho, moradia e outros.

Ao falarmos de educação profissional, mundo do trabalho e racismo estrutural, torna-se indispensável abordarmos também esse problema que, drasticamente, compromete a vida dessa juventude, encerra futuros e, da pior maneira atenta com as chances de “construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem” (BRASIL, 2021), como vemos também no Atlas da Violência (2021):

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constituiu uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão, nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda (BRASIL, 2021, p. 49).

São as pessoas negras, no Brasil, sobretudo os homens, que lideram o ranking da população carcerária e os índices de trabalhadores/as informais. Tais processos de exclusão têm sido agravados no contexto da pandemia da COVID-19, conforme nos advertem os estudos de Sampaio e Meneguetti (2020), segundo os

quais presenciamos o que a chamada “pandemia do extermínio” definida pelos autores como:

Ao contrário da pandemia sanitária, a curva ascendente do encarceramento e do extermínio da juventude negra e pobre não tem nenhuma previsão de achatamento, estabilização e queda. É uma “pandemia” em expansão irrefreável, que tem recebido o investimento do poder público e o apoio de parcela considerável da sociedade brasileira, sobretudo nesses tempos de retrocesso e autoritarismo político. Uma população inteira tem como destino certo o extermínio. No caso da população negra-pobre-jovem, pesa sobre ela estigmas de toda ordem, de violenta à perigosa, de imoral à vadia, como se fizessem parte de sua própria anatomia. Mas a sanha de matar, ao punir essa população, recobre ainda o seu caráter enquanto ameaça política de denúncia e contestação à ordem estabelecida, pois que seus corpos são, também, testemunhos da incapacidade e falência da sociedade capitalista. Ao capitalismo importa a resignação da vida que coube a ela, suas formas de contestação e rebeldia não apenas são intoleradas como, igualmente, invisibilizadas pela sua criminalização. Nada deve escapar aos dispositivos de controle sobre essa população. Trata-se de produzir uma equação que, independente de seus fatores, reforce o estigma e a ameaça que conformam seus corpos; independente de suas práticas, ela precisa sempre representar perigo à vida social (p.144).

O discurso da meritocracia também atinge a categoria que compreendemos como trabalho. Em Antunes (2006), outra vez nos deparamos com o trabalho e a realização do ser social, o trabalho como algo inerente ao homem, algo que o realiza e transforma e, ao transformá-lo, também transforma a natureza, que tem sua matéria-prima forjada para a realização material desse ser. Na sociedade capitalista, no entanto, ainda conforme o autor, o trabalho é estranhado, deixando de cumprir a sua finalidade básica no ser social e se convertendo num meio de subsistência (Antunes, 2006, p. 126). Essa forma com que a sociedade capitalista se utiliza da desigualdade social, por ela produzida, para cooptar a força de trabalho dos sujeitos, explorando-os e subvertendo a realização do ser social, tem uma forte ressonância nas juventudes das comunidades.

Não é novidade que a agenda neoliberal difunde a ideia de que os direitos trabalhistas são entraves, principalmente para a abertura de novas frentes de emprego, impactando nos lucros do empresariado. As reformas trabalhistas do governo Temer (2016-2018) tinham essa premissa: flexibilizar conquistas dos trabalhadores em detrimento do empresariado. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho¹⁵ - CLT (BRASIL, 2017), estabelece as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, no entanto, não raras vezes, negligenciadas para

¹⁵ Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf Acessado em fev.2023.

um expressivo contingente de trabalhadores/as pertencentes a grupos sociais historicamente excluídos como mulheres, jovens negros, pessoas com deficiência e idosos.

A pesquisa¹⁶ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2022) revela o acirramento das desigualdades sociais durante o auge da pandemia causada pela COVID-19, desde março de 2020. No caso de pessoas pretas e pardas, tais números demonstram o aumento das taxas de exclusão, apontado tanto na redução dos índices referente à educação e ao mundo do trabalho. O estudo aponta ainda para a crescente informalidade, a qual está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria (BRASIL, 2022).

Em contrapartida, na atualidade, a palavra empreendedorismo está em voga na agenda neoliberal, tendo sido intensificada desde o governo Temer, cujo slogan, em seu primeiro discurso foi: “Não fale em crise, trabalhe¹⁷”. Conforme menciona os estudos realizados por DOS SANTOS e BARBOSA (2020) tal discurso está materializado no projeto neoliberal do Estado capitalista para o trabalhador: retirada de direitos e precarização do trabalho (p.170). Como exemplo, citam a popularização da uberização¹⁸, cuja consequência é o aumento dos índices de trabalho informal e, ao mesmo tempo, redução dos níveis de escolarização, em especial, majoritariamente jovens negros e pardos.

Enquanto que os entregadores de alimentos e/ou motoristas surgem como aqueles trabalhadores que podem “escolher” seu horário de trabalho e fazer várias “entregas/corridas” com a possibilidade de aumentar a renda financeira mensal. Nesse novo formato de trabalho há uma

¹⁶ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf Acesso em mar.2023.

¹⁷ A frase “Não fale em crise, trabalhe”, adotada como slogan informal do governo Michel Temer, é extremamente reveladora, apesar de ter sido apanhada ao acaso num outdoor. Mais do que ilustrar a visão de mundo das classes dominantes e de seus agentes, ela descortina todo um modo de dominação ideológica e toda uma compleição social capitalista na perspectiva das categorias essenciais dessa sociedade. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/nao-fale-em-crise-trabalhe-sobre-a-ideologia-do-trabalho/> acesso em 20 de mar. de 2023

¹⁸ DOS SANTOS e BARBOSA (2020, p. 172) abordam o conceito de uberização na perspectiva dos estudos do pesquisador Ricardo Antunes, o qual define que a “Uberização do trabalho” é o mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos.

regularidade discursiva nas práticas dos trabalhadores informais que atende ao funcionamento da ideologia dominante e se estrutura no fio do discurso do empreendedorismo. No entanto, esse discurso silencia a possibilidade de negociação coletiva entre trabalhadores e patrões, amplia a terceirização e a contratação temporária sem direitos a férias e/ou ao 13º salário, desgaste físico e emocional dos trabalhadores, demissão sem receber quaisquer direitos trabalhistas etc (DOS SANTOS e BARBOSA (2020, p.170).

Nas comunidades, o empreendedorismo passa a ser difundido como sinônimo do trabalho forjado na lógica da sociedade capitalista, ou seja, apontado como uma alternativa (não raras vezes, única) para superar a pobreza. Tal discurso é destinado para jovens que acabam sendo ainda mais explorados mediante o retrocesso de políticas trabalhistas. Ao estudar tais transformações no mundo do trabalho, Antunes (2020) cita a *uberização* que atinge principalmente jovens pobres que, como já vimos, são jovens majoritariamente, negros. Para exemplificar o exposto, cito a crescente expansão do denominado “trabalhador autônomo” que com a difusão de aplicativos, passa a atuar diuturnamente no transporte de alimentos, mercadorias, etc. O discurso sedutor de “trabalhe a hora que quiser” mascara as jornadas exaustivas, a falta de segurança e a falta de direitos trabalhistas.

No contraponto da falácia dessa precarização disfarçada de empreendedorismo, temos esses jovens submetidos a precarização do trabalho e as mais variadas formas de violência atreladas ao racismo estrutural de nossa sociedade. Entre as inúmeras cenas cotidianas que se repetem, cito o caso ocorrido no ano de 2020, no auge da pandemia da COVID-19 causada pelo vírus Coronavírus. Na ocasião, um jovem de 19 anos, entregador de aplicativo foi vítima de injúria racial¹⁹ ao realizar a entrega de uma mercadoria. A fala do agressor registrada pelas câmeras de segurança do local foi amplamente difundida na internet e revela o quanto o racismo estrutural e o preconceito sofrido pelos trabalhadores, em especial, jovens negros.

“Você trabalha de motoboy, filho. Você trabalha de motoboy, você é semianalfabeto, moleque. Você ganha o quê? R\$ 3 mil? Você não tem nem onde morar, moleque”. (Trecho da fala do agressor veiculada na internet²⁰)

Como vimos em Antunes (2020), as relações de trabalho se precarizam,

¹⁹Os crimes de resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são tipificados e penalizados conforme a Lei Federal no.9.459/97. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm> Acesso em jan.2022.

²⁰Disponível em

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entregador-e-vitima-de-racismo-em-condominio-de-luxo-em-v-alinhos-sp/>> Acesso em dez.2021.

tomando novas formas e encontrando ressonância nas comunidades. A demanda dos jovens por inserção no mercado de trabalho ocorre de forma cada vez mais precoce nas famílias em vulnerabilidade econômica e compromete a escolarização, um dos motivos causadores da evasão escolar na adolescência e juventude.

Ainda, em março de 2020, enquanto enfrentávamos a pandemia causada pelo vírus do coronavírus, vimos as desigualdades sociais se potencializarem. Além das quase 700 mil vidas ceifadas pela doença, presenciamos o crescimento exponencial das estatísticas de jovens abandonando a escola e iniciando uma agenda de subempregos, afinal a situação financeira da família vinha se comprometendo mais e mais à medida que a pandemia avançava mês e mês²¹.

Um desafio posto à Educação Profissional é a retomada desses jovens aos estudos. Mesmo em 2023, após a vacinação e um melhor controle do avanço da pandemia, esses jovens não retornaram ao ambiente escolar em razão da instabilidade econômica e das suas, agora assumidas, agendas de emprego. O princípio educativo do trabalho “expressa as contradições entre capital e trabalho, que originam projetos educativos em permanente disputa, cuja objetivação, sempre parcial, depende da correlação de forças decorrente das relações sociais e produtivas em cada regime de acumulação (Grabowski e Kuenzer, 2016).

Dados sobre evasão e exclusão escolar, apontam para um problema que é de conhecimento comum: são os jovens negros, moradores das comunidades, os que mais evadem da escola. Inclusive, em uma pesquisa noticiada pela Folha²² em 2020, 71,7% dos jovens que abandonam a escola são negros, sendo que a maioria está aflita por ter parado de estudar para se dedicar ao trabalho, devido à necessidade de composição da renda familiar.

Aponto aqui, mais uma vez, o quanto a pobreza está amarrada à questão racial, sendo por ela potencializada. Cabe lembrar que a desigualdade no Brasil não se dará exclusivamente numa sociedade de classes, mas também numa sociedade que considera a raça/etnia dos seus cidadãos (Almeida, 2019). Diante deste cenário, no campo das possibilidades, a educação profissional precisa considerar que

²¹ Disponível em

<https://www.ihu.unisinos.br/167-noticias/observasinos/612688-jovens-representam-quase-40-dos-des-alentados-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre>. Acesso em 18 de fev. 2021.

²² Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2022.

aspectos como o racismo estrutural estão também amarrados a essa dualidade estrutural que define o tipo de formação de acordo com a classe social, raça e etnia, sexualidade e gênero, entre outros atravessamentos.

No contexto brasileiro, entre as políticas públicas para a educação, destaco a Lei Federal no.10639/03 (BRASIL, 2003) e a Lei Federal no. 11645/08 (BRASIL, 2008), as quais instituem a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico Raciais e são um marco na luta por uma educação promotora da equidade. Essas normativas surgiram como resultado de movimentos sociais em prol do reconhecimento, preservação e valorização do legado histórico e cultural das populações negras e indígenas mediante a inclusão nas práticas de ensino oferecidas no contexto da Educação Básica.

Aliado a isso, um dos princípios basilares das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional²³, conforme artigo 3º, §2 da Resolução CNE/CP nº01/2021(BRASIL, 2021), o qual pontua a necessidade do reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes.

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: [...] XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;. (BRASIL, 2021, p.1).

Nesta seara de estudos, ao propor o diálogo entre juventudes e educação, a pesquisadora Barbosa (2018), destaca a necessidade de partirmos de uma concepção ampliada de juventudes e suas peculiaridades, conforme aponta em suas análises, a potencialidade dos espaços educativos na promoção do diálogo com

A juventude representa um mosaico de possibilidades. Quando entram em cena a juventude mais o contexto escolar, novos desafios emanam no sentido de pensar possíveis diálogos entre estes sujeitos sociais, suas demandas e nuances com a escola que é o espaço onde estas juventudes tecem projetos de futuros; elaboram a inserção profissional no mercado de trabalho, onde constroem sentidos sobre dimensões fundantes para o curso da vida. Portanto, é possível construir diálogos desde que esta juventude seja reconhecida enquanto sujeitos sociais ativos e de direitos tais como o direito à educação conforme preconiza no Estatuto da Juventude (EJ), de 2013, pela Lei nº 12.852. É possível construir diálogos quando as vozes e

²³ Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf Acesso em mar. de 2023.

narrativas destas juventudes são legitimadas pela instituição escolar bem como seus contextos socioculturais. Por fim, possíveis diálogos se efetivam quando há interesse em se inclinar para as contradições, tensões e consonâncias da relação juventude/escola (BARBOSA, 2018, p.890).

Ao atentarmos para a dualidade estrutural ainda presente na educação brasileira é necessário indagarmos quem são os sujeitos atingidos por ela. Se essa dualidade na educação e o racismo são estruturais, compreendemos que incidem na sociedade brasileira na atualidade, enraizados em uma cultura da qual são estruturantes. Se fizermos um recorte mais específico, das juventudes, perceberemos que esses jovens têm diversos pertencimentos em comum, entre eles a classe e a raça: são, em sua maioria, jovens negros moradores de comunidade. Conforme citei anteriormente, no contexto brasileiro, os dados estatísticos sobre violências, acesso à saúde e educação revelam uma triste realidade, ou seja, o quanto os/as jovens negros/as, cujo acesso aos direitos fundamentais (saúde, educação e trabalho) tem sido negado e/ou negligenciado. A partir de tais constatações, na próxima seção, apresento uma breve retrospectiva histórica das atuais políticas para as juventudes e, em especial, enfocando as juventudes negras e os desafios enfrentados no cotidiano.

2.2 Racismo estrutural e políticas para as juventudes: reflexões a partir do atual contexto brasileiro

Em termos de políticas educacionais, a Lei Federal nº. 12.852/2013 (BRASIL, 2013) institui o Estatuto da Juventude - EJ, visando a garantia de direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O referido documento define jovem como a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade e, em particular, no tocante às juventudes negras, define que:

Art. 8º

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada

com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente (BRASIL, 2013, p.01).

Ao analisar o atual contexto brasileiro é preciso ampliarmos o entendimento sobre juventudes, ou seja, implica compreendermos que, conforme Pais (1990), consiste numa categoria de análise abrangente e cujo entendimento, historicamente, tem sido atrelado a uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Para o autor, precisamos romper com tais paradigmas, os quais vinculam juventude a uma mera fase de problemas, de transgressão e rompimento da norma, para a sociedade. Tal postura requer compreendermos a juventude como plural, ou seja, constituídas por atravessamentos e como (re) produzidas no bojo da sociedade capitalista. Além disso, os/as jovens não são compreendidos em uma categoria isolada, visto que são implicados também por questões de gênero, sexualidade, raça e etnia, religiosidade e outros.

Na continuidade de seus estudos, Pais (1990) alerta que associar as juventudes aos problemas sociais faz parte de uma retórica tão recorrente no cotidiano. Nessa perspectiva, destaca ser na juventude que os sujeitos são impelidos a uma mudança de comportamento para avançarem na vida adulta, são pressionados às responsabilidades como trabalho, renda, vida conjugal, etc.

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados problemas sociais. Se os jovens não se esforçam por contornar esses problemas, correm mesmo riscos de serem apelidados de irresponsáveis ou desinteressados. Um adulto é responsável, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). (PAIS, 1990, p. 140).

Notoriamente, essa “cobrança” social quanto a projeção para a vida adulta direcionada às juventudes ganha diversas “nuances” e direcionamentos conforme a realidade social e econômica em que estão inseridos.

Ora, para um/a jovem pertencente a uma família com mais recursos econômicos, tais projeções, em geral, se concentram na adoção de projetos de preparação para a vida adulta, pautados na continuidade de estudos, tais como, por exemplo, o ingresso no ensino superior e/ou intercâmbios para o aprimoramento de idiomas. Já os/as jovens moradores de comunidades de classes sociais vulneráveis economicamente, enfrentam a necessidade e a pressão social para o ingresso cada vez mais precoce no mundo do trabalho, de modo a contribuírem nas despesas

familiares. Tais jovens, muitas vezes, acabam atuando em empregos não formais e, não raras vezes, acabam abandonando a escola. Frente a isso, julgo pertinente destacar o quanto o conceito de juventudes é plural e cujo entendimento implica considerar os marcadores sociais como a raça e a desigualdade social e econômica.

Conforme nos adverte Pais (1990), ao abordarmos o conceito de juventudes é preciso considerarmos que não se trata de uma categoria isolada, mas sim um emaranhado de culturas juvenis, que se desdobram em diversas características, sendo estas, muitas vezes, as que definem, inclusive, o campo de oportunidades dado a esses jovens. No caso das juventudes negras, tais oportunidades são pautadas no discurso da meritocracia que tem sido utilizado para justificar a necessidade de muito esforço para conquistar os direitos fundamentais, incluindo o acesso à educação e ao mundo do trabalho. No contexto brasileiro, historicamente a luta diária de jovens negros é em prol do direito à própria vida, o que tem se agravado na atualidade diante do crescente aumento das estatísticas de violências das quais são vitimados.

Problematizando essas relações entre as juventudes negras e o racismo, reporto a um excerto da letra da música da cantora Elza Soares (recentemente falecida em 2022), que se tornou um ícone na luta em prol dos direitos para a população negra.

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos"*

(Trecho da Música "A Carne" de Elza Soares)²⁴

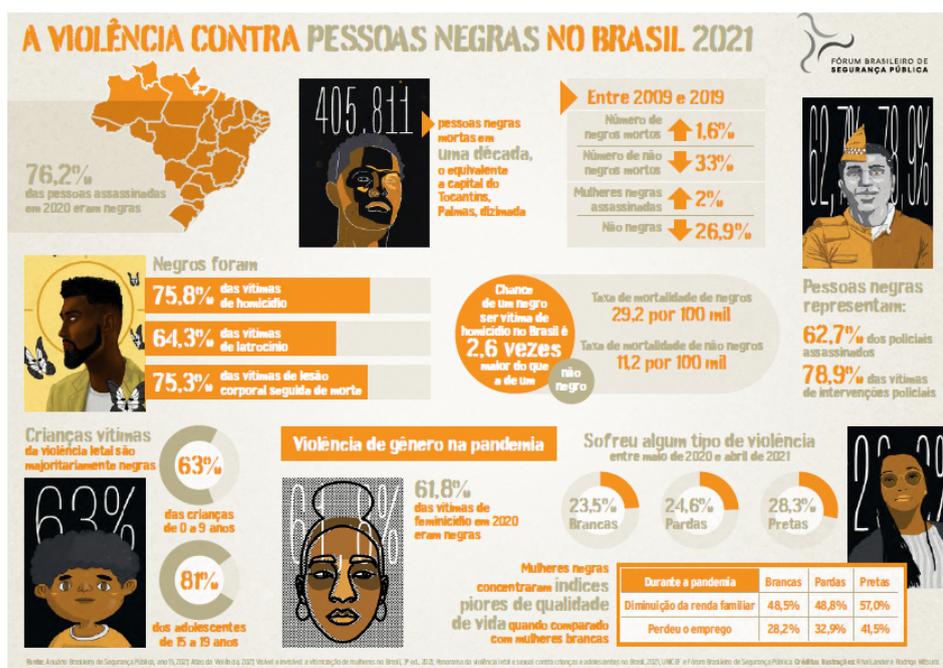
O excerto nos convida a reflexão sobre o racismo estrutural na sociedade capitalista, na qual presenciamos o extermínio diário de jovens negros, vítimas letais de violências, em diferentes contextos brasileiros. Segundo os dados do Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021)²⁵, a chance de um negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,6 vezes maior do que a de um não negro. Para exemplificar

²⁴ Disponível em <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/> Acesso em mar.2022.

²⁵ Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2021-v3.pdf>

tal afirmativa e contribuir com a reflexão sobre tal temática, reporto-me ao infográfico produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2021) a partir de pesquisa sobre a violência contra pessoas negras no ano de 2021.

Figura 5: Infográfico - Violência contra pessoas negras no Brasil (2021)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2021)

A análise dos dados acima, convoca à reflexão sobre as estratégias adotadas para o combate do racismo e, entre os desafios, Almeida (2019), afirma que é necessário compreendermos como opera o racismo estrutural no Brasil, ou seja, implica reconhecer que resulta de um processo político e histórico, estruturante da sociedade brasileira desde as suas origens. Em seus estudos, o autor adverte para o fato de que o racismo não pode ser confundido e/ou reduzido nas práticas de apenas algumas pessoas que são racistas e, por isso, são essas pessoas o problema. Salienta ainda que tal interpretação do racismo o reduz a um problema corriqueiro, que pode ser superado por uma mudança de pensamento dessas pessoas, sem levar em consideração que o racismo é um processo que estrutura as relações e está presente, inclusive, em atitudes inconscientes.

Na sequência de suas análises, Almeida (2019) define o racismo em três concepções: individualista, institucional e estrutural. Para melhor percebermos o

racismo como uma prática estrutural, que é o que pretendemos com essa pesquisa, vamos aqui apontar as características dessas três concepções: racismo individual, racismo institucional e racismo estrutural. Segundo o autor, o racismo individual compreende uma prática individual, como o problema de algumas pessoas ou alguns grupos que são racistas, excluindo nesse cenário a responsabilidade da sociedade e suas instituições que produzem, reproduzem e trabalham na manutenção de um sistema racista. Essa concepção individualista do racismo ignora os aspectos sociais que apontam o racismo como uma prática estrutural. Ora, se o racismo é individual, ele seria problema de apenas algumas pessoas ou alguns grupos que são racistas, não reflete o comportamento da sociedade e, dessa forma, não seria um problema estrutural. Neste enfoque, Almeida (2019) nos convoca à reflexão sobre o papel das instituições na (re) produção de práticas racistas.

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”. (p.30).

No tocante ao conceito de racismo institucional, Almeida (2019) destaca que tal concepção implica uma ruptura com o entendimento de racismo individual, uma vez que se passa a perceber as instituições como alavancadoras de uma desigualdade baseada em raças. Ou seja, são as instituições, dotadas de poder pelo Estado, que promulgam legislações, estabelecem direitos, políticas e normas que podem ou não agir em favor de uma população específica.

Minha primeira formação é como historiador, por isso acho importante lembrar aqui que as maiores atrocidades pautadas no racismo, ao longo da história, aconteceram sob uma autorização, ainda que divergente, dos Estados. Podemos citar, a exemplo dessa afirmação, o holocausto judeu, a segregação racial nos Estados Unidos, o Apartheid na África do Sul, e outros. Ainda que em outros países, no mesmo momento da História, esses movimentos tenham soado como o horror que hoje representam, não podemos ignorar que eles tinham legitimidade e uma base legal das instituições para acontecerem.

Ainda, “a principal tese dos que afirmam o racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições” (Almeida, 2019). Com isso, são as instituições, hegemônicas por determinados grupos, que se utilizam desse

poder para colocarem seus próprios interesses sociais, políticos e econômicos acima de outros que representam as minorias sociais.

O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista (Almeida, 2019, p.33)

Ao pôr em foco o papel das instituições na (re) produção de práticas racistas, o autor alerta para o fato de que a "manutenção desse poder depende da capacidade do grupo dominante institucionalizar seus interesses" (Almeida, 2019). Surgem então a criação de padrões que incidem na prática do racismo de uma forma naturalizada, fazendo-o passar pela legalidade, portanto, difícil de ser questionado e enfrentado, como os preconceitos em comunidades pobres, a violência amplamente divulgada nessas mesmas comunidades, o policiamento contínuo e a abordagem policial baseada em critérios fenótipos (cidadão suspeito).

No início do ano de 2023, o Supremo Tribunal Federal - STF, ²⁶está julgando o que o movimento negro chama de "perfilamento racial"²⁷, uma prática que indica a invalidação e/ou a não necessidade de provas nos casos de abordagem policial que foram feitas a partir de evidências não objetivas, mas sim baseadas na raça, cor e território do alvo da abordagem. Com isso, percebo que a manutenção desse poder também enfrenta resistências, por isso as instituições criam concessões que geram polêmicas, inclusive, nas populações historicamente por elas beneficiadas, como a criação da política de cotas raciais em concursos públicos, universidades, etc.

Já a concepção de racismo estrutural apontada nos estudos de Almeida (2019) amplia os debates anteriores e propõe a incorporação do racismo institucional e estrutural como a mesma prática.

Em suas análises, o autor destaca a importância de reconhecermos que a perspectiva do racismo como uma prática institucional é um avanço quando comparada à perspectiva individual. Ocorre que ao pensarmos as instituições como

²⁶ Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/brasil/perfilamento-racial-stf-discute-se-suspeita-motivada-pela-cor-da-pele-pode-anular-provas-25668292.html> acesso em 20 de mar. de 2023

²⁷ No contexto da aplicação da lei, o perfilamento tem sido definido como "a associação sistemática de um conjunto de características físicas, comportamentais ou psicológicas com delitos específicos e seu uso como base para tomar decisões de aplicação da lei". <Disponível em: https://acnudh.org/load/2020/12/1821669-S-DPI-RacialProfiling_PT.pdf > acesso em 20 de mar. de 23

racistas, temos de levar em consideração algo mais profundo, que rege a formação dessas instituições, algo nos tecidos de fundação da nossa sociedade. Isto é, as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Para Almeida (2019), “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.” As instituições estão condicionadas a uma estrutura, a uma ordem social. Nesse sentido, uma ordem social que é estruturalmente racista.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p.50).

O racismo estrutural encontra ressonância nessa dualidade estrutural e, em acordo com uma agenda neoliberal, corrobora para que esses jovens sejam cada vez mais desassistidos pela sociedade e pelas políticas públicas, uma vez que nossos veículos midiáticos, amplamente, colocam nesses jovens as responsabilidades pela falta de oportunidades que é um problema político e social no país.

A desigualdade social, potencializada pelo racismo, se fortalece no discurso meritocrático, uma vez que esse discurso ignora as questões sociais como estruturantes e definidoras de uma realidade, responsabilizando os sujeitos pela falta de sucesso no âmbito profissional, pessoal, familiar e outros.

Neste aspecto, Almeida (2019) nos adverte que, em termos de Brasil, presenciamos a proliferação de discursos que negam o racismo tomando como base a ideologia da democracia racial, fatores que são decisivos na proliferação da meritocracia.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p.66).

Ao analisar como a falácia da “democracia racial” está presente no cotidiano brasileiro, reporto aos estudos do pesquisador Sales Jr. (2008) que aponta o quanto é necessário problematizar tais discursos tão recorrentes e propagados em nossa sociedade. Em suas análises, aborda o mito da democracia racial, o qual difunde a ideia equivocada de que cordialidade é uma característica que pauta a sociedade brasileira. Conforme o autor, ao contrário de uma democracia racial, no cotidiano, o que presenciamos é a proliferação de um conjunto de práticas sociais extremamente violentas, cujo alvo são pessoas negras e seus corpos. Tais práticas têm sido potencializadas na internet (tais como a veiculação de piadas, provérbios, comentários, etc.) cujos efeitos acabam sendo negados e/ou negligenciados em termos de políticas públicas. Neste enfoque, a proliferação do discurso da democracia racial acaba impedindo que as relações raciais se apresentem, de forma explícita, como relações políticas nos espaços de debate público, nos discursos formais e institucionais (Sales Jr., 2006).

A expressão “democracia racial” é uma *contradictio in adjecto*, isto é, uma contradição nos termos, pois só há democracia sob a condição de não ser “racial”. Entenda-se essa afirmação na ambigüidade que lhe é própria, significando, ao mesmo tempo, que a verdadeira democracia é anti-racialista (não fala de “raças” ou de “relações raciais”) e que relações raciais democráticas são impossíveis. Em outras palavras, a “democracia racial” constitui-se por um ato de exclusão das relações raciais. Grifo do autor. (p.254)

Tal prática (re)produzida historicamente, por conseguinte, atua na constituição de um imaginário social, em especial, no contexto brasileiro. Entre as consequências, ocorre a naturalização de processos de exclusão social da população negra. Por exemplo, o caso das trabalhadoras mulheres negras que atuam majoritariamente na prestação de serviços domésticos (empregadas domésticas, cuidadoras de pessoas idosas e/ou crianças, etc.), enquanto os homens negros, majoritariamente ocupam os espaços destinados a trabalhos que exigem força física (por exemplo, atuando na construção civil, lavouras, recolhimento de lixo urbano, etc.).

Para Schwarcz, (2012), o racismo se faz presente no dia a dia da sociedade brasileira, na qual a maioria da população não se reconhece como racista, mas reconhece a prática do racismo, inclusive, dizendo conhecer pessoas racistas. Em outras palavras: “ninguém é racista, mas todo mundo conhece alguém que é”. Essa percepção, tão presente nos discursos até hoje, denota da dificuldade que as

peças têm de se perceberem como sujeitos de uma sociedade que é racista, que privilegia e subjuga com base na cor, em simultâneo, em que essas mesmas pessoas identificam que existe, sim, um problema social de racismo em nosso país. Se essas pessoas não se percebem como produtoras de um racismo, mas corroboram com a sua existência, é porque existe algo nos tecidos sociais da nossa sociedade que estrutura o racismo e fomenta relações de poder, dotando as instituições de racismo, o imaginário social e, por consequência, o comportamento das pessoas.

É um desafio posto à Educação Profissional a promoção de uma educação humana, integral e que forme para o mundo do trabalho num cenário que, inevitavelmente, vai excluir jovens negros de oportunidades. Outro entrave, posto à educação profissional, principalmente no contexto das Organizações Não Governamentais - ONGs, é a crescente das pedagogias do “aprender a aprender”²⁸, criticadas por Duarte (2010), por não compartilharem de uma crítica à sociedade capitalista, compreendendo os problemas sociais como o resultado de algumas mentes errôneas e que a difusão de novas ideias, dada pelas novas gerações, encerraria com esses problemas (p.35). Essa interpretação dos problemas sociais sem uma crítica à sociedade capitalista se relaciona diretamente com a perspectiva individualista do racismo. Ainda, para o autor:

Um primeiro aspecto comum a essas pedagogias é a ausência da perspectiva de superação da sociedade capitalista, o qual está associado a uma concepção idealista das relações entre educação e sociedade. Ainda que, em trabalhos de alguns defensores dessas pedagogias, existam momentos de crítica a certos aspectos da sociedade capitalista, como às políticas neoliberais em educação, tais críticas acabam sendo neutralizadas pela crença na possibilidade de resolução dos problemas sociais sem a superação radical da atual forma de organização da sociedade, a qual tem como centro dinâmico a lógica de reprodução do capital (DUARTE, 2010, p. 34).

Uma possibilidade que se contrapõe a esse discurso dentro da educação profissional, é o fomento de ações que devem ampliar o debate para o campo das práticas educativas, pois é preciso que os discursos contra o racismo se alinhem às práticas antirracistas. Trago aqui a célebre frase da filósofa e militante

²⁸ Duarte (2010) refere-se às pedagogias contemporâneas, a exemplo da pedagogia dos projetos, das competências, multiculturalista e outras. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034-03.pdf> acesso em 20 de mar. de 2023

estadunidense, Angela Davis²⁹: “Numa sociedade racista não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”. Outra vez recorro ao Glossário Antidiscriminatório: Raça e Etnia (2022), que apresenta uma definição de antirracismo que contribui para essa pesquisa:

Antirracismo é o conjunto de ideias e ações que visam ao enfrentamento do racismo. O termo parte da ideia de que, em sociedades estruturalmente racistas, não basta que não sejamos racistas, mas que tenhamos condutas antirracistas. É necessário, então, combater ativamente o racismo, por exemplo, a partir da elaboração de políticas públicas de cotas raciais, de efetivação dos direitos da população negra, da erradicação de práticas discriminatórias, do abandono de expressões racistas etc (2022, p.20).

Visando mapear como o racismo tem sido abordado no âmbito das pesquisas realizadas no contexto da pós-graduação, a seguir apresento o mapeamento feito com alguns trabalhos.

2.3 Estado da arte das pesquisas sobre Educação profissional, juventudes e racismo.

Para a revisão de literatura, fiz um mapeamento das pesquisas, teses e dissertações disponíveis no Observatório do ProfEPT, Portal da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que versam sobre a formação para o mundo do trabalho, sobretudo, no contexto das juventudes negras e da educação profissional e tecnológica. Partindo de um recorte temporal de 5 anos, de 2017 até 2021, tomando como referência a criação do mestrado, ProfEPT, no ano de 2017. Como descritores, usei: juventudes negras AND/OR educação profissional; juventudes AND/OR educação profissional; Lei Federal 10.639 AND/OR Educação profissional. Selecionei oito trabalhos para essa revisão bibliográfica, sendo a maioria deles encontrados no Observatório do ProfEPT com o uso combinado dos

²⁹ A filósofa e ativista Angela Yvonne Davis, conhecida por sua luta anticapitalista, antirracista e feminista, nasceu em 26 de janeiro de 1944 na cidade de Birmingham, Alabama, região Sul dos Estados Unidos. Filha mais velha de Sally e Frank Davis, Angela Davis cresceu em uma família politicamente ativa durante o período de vigência das leis de segregação *Jim Crow*. Seus pais eram professores, participavam de movimentos antirracistas como a NAACP (Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor) e tinham como amigos próximos integrantes do Partido Comunista. Portanto, não foi inesperado o seu envolvimento na luta pelos direitos civis, uma vez que essa consciência política foi desenvolvida desde a sua infância. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/angela-davis/> Acesso em 21 de fev. de 2023

descritores que apresento no quadro 6.

Figura 6: Quadro com o Mapeamento de dissertações e teses defendidas (2017-2021)

(Descritor/es: juventudes negras AND/OR educação profissional; juventudes AND/OR educação profissional; Lei Federal 10.639 AND/OR Educação profissional)

Ano de defesa	Título	Autor/a	Palavra-chave Instituição Associada
2019	A Contribuição do ensino de História para a Formação dos Estudantes dos Cursos Técnicos Integrados de Química e de Informática do IFSC-Campus Gaspar: o Racismo em Debate	RÉGIS, Leandro.	Instituição: CERFEAD\IFSC Palavras-chave: Ensino de História. Consciência Histórica. Racismo. Ensino Médio Integrado.
2019	Por uma pedagogia multirracial: inclusão, emancipação e resignificação dos estudantes negros no ambiente escolar	CAIXETA, Mariana.	Instituição: IFTM Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Pedagogia inclusiva. Inovação educacional. Igualdade. Educação antirracista.
2020	Educação para as relações étnico-raciais: percepção dos professores de história do ensino médio integrado do IF Sudeste MG – campus Muriaé e campus Rio Pomba	MENEZES, Germano de Oliveira.	Instituição: IF Sudeste MG Palavras-chave: Racismo. Educação-étnico racial. Produto educacional. Currículo integrado.
2019	O “combo” da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju	FERRETE, Rodrigo Bozi.	Instituição: Instituto Federal do Sergipe Palavras-chave: Étnico-racial. Ações Afirmativas. Assistência Estudantil. IFS.

2018	“Se eu não sou negra, eu sou o quê?” Da importância de discutirmos discriminação racial, interseccionalidade e empoderamento em sala de aula	MARTINS, Ícaro Amorim.	Instituição: UFRN Palavras-chave: Ensino de História. Relações Étnico-raciais na Escola. Identidade negra e formação cidadã. Empoderamento e Juventude negra.
2021	Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM.	GOULART, Sheila Fagundes.	Instituição: UFSM Palavras-chave: Estudantes cotistas. Processos formativos. Trajetória de formação. Cultura institucional. Contextos emergentes.
2019	Ações afirmativas para a Educação Profissional e Tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria	BUDIÑO, Nara Zari Lemos.	Instituição: UFSM Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Educação étnico-racial. História e cultura afro-brasileira.

Fonte: Produzido pelo autor

Começo com um estudo de Régis (2019), em sua pesquisa intitulada “A Contribuição do ensino de História para a Formação dos Estudantes dos Cursos Técnicos Integrados de Química e de Informática do IFSC-Câmpus Gaspar: o Racismo em Debate”, onde o autor indica que esse trabalho surge com a intenção de discutir a importância do ensino da História (disciplina), uma vez que a História é uma área responsável por promover a consciência histórica dos alunos. Acredito que o autor se refira às possibilidades de criticidade e de interpretação da realidade que a história promove como uma área de estudos. Em seus objetivos com a pesquisa, o autor aponta o fomento de transformações reais em direção a uma sociedade mais digna e justa. Para tanto, utilizou como recorte o racismo, pensando na aplicação de uma sequência didática que tivesse a questão racial como problema central. Ao longo de sua pesquisa, em seus encaminhamentos finais, o autor fala da importância do ensino da história como um articulador com a realidade, com o que

está posto em nossa sociedade.

Na pesquisa intitulada: “Por uma pedagogia multirracial: inclusão, emancipação e ressignificação dos estudantes negros no ambiente escolar”, 2019, a pesquisadora Mariana Rosa Caixeta, busca apresentar o perfil dos alunos ingressos no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, campus Patos de Minas, questionando à inclusão dos negros no ambiente escolar. Como público alvo, essencialmente, a autora elege os alunos do ensino médio integrado do campus Patos de Minas do IFTM, matriculados em 2018, 2019 e 2020, independente de faixa etária, curso técnico vinculado, raça ou etnia. Em suas conclusões, Caixeta afirma que a inclusão não efetiva dos negros em ambientes escolares é uma característica da educação brasileira, maior do que o IFTM – Patos de Minas. O produto educacional que resulta da pesquisa é o “Guia de Educação: seleção de obras e conteúdos para o ensino-aprendizado das relações étnico raciais”, que consiste na indicação de diversos materiais (livros, filmes, curtas e outros) para dinamizar a cultura afro-brasileira no contexto da educação.

Na dissertação de mestrado “Educação para as relações étnico-raciais: percepção dos professores de história do ensino médio integrado do IF Sudeste MG – campus Muriaé e campus Rio Pomba”, Menezes (2020), se propôs a identificar qual a percepção dos professores de história, atuantes no Ensino Médio Integrado, sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos cursos técnicos integrados, e como esse ensino contribui para a promoção de uma educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar. O pesquisador constatou que, embora exista uma obrigatoriedade de inserção desses temas nos currículos, os enfoques dessa temática ficam mais evidenciados em outras atividades de iniciativas políticas e militantes de professores. O produto educacional da dissertação consiste em um site que contém materiais que falem do racismo e da educação das relações étnico-raciais, visando a integralização dos currículos.

Já o pesquisador Rodrigo Bozi Ferrete, em sua dissertação “O combo da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju”, procura analisar os processos de ingresso e permanência desses estudantes cotistas. Em seus resultados, o autor aponta a necessidade de um maior aprofundamento e

avanço do IFS nas discussões que pautam a questão étnico racial, pensando nesse debate como central dentro da instituição. Ainda, o produto educacional vinculado a dissertação versa num documentário, chamado “Entrada de cor”, onde os alunos cotistas, participantes da pesquisa, conduziram através de recursos audiovisuais as percepções sobre como a educação das relações étnico-raciais são tratadas no IFS.

Na pesquisa “Se eu não sou negra, eu sou o quê? Da importância de discutirmos discriminação racial, interseccionalidade e empoderamento em sala de aula.”, fruto de um mestrado profissional também ofertado em rede, o ProfHistória, o pesquisador Ícaro Amorim Martins, problematiza as classificações identitárias e questiona o impacto da Lei 10639\03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais na escola. A pesquisa contou com a participação de jovens de uma escola do contexto pesquisado, e o produto educacional associado a dissertação consiste num vídeo chamado: “Identidade negra: juventude, afirmação e empoderamento”, pensado para o ensino de história e como um recurso para fortalecimento de identidades, direitos e o combate ao racismo.

Na tese de doutorado da pesquisadora Sheila Fagundes Goulart, “Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM”, a autora busca compreender como os ocorrem os processos de formação dos estudantes cotistas de graduação na UFSM, campus Camobi, visando conhecer a trajetória pessoal, identificar os processos formativos na aprendizagem da profissão e reconhecer os contextos emergentes em que estão imersos. Em suas conclusões, a autora indica que o contexto familiar e os processos de escolarização deixam marcas significativas na trajetória dos estudantes, implicando na inserção no ensino superior. Goulart também aponta que a universidade se movimenta em uma dinâmica institucional que não vislumbra a presença de pretos e pardos, sendo necessário ampliar as ações afirmativas para tornar o espaço acadêmico mais democrático e plural.

Na dissertação de mestrado “Ações afirmativas para a Educação Profissional e Tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria”, vinculada ao programa de pós graduação em Educação Profissional e Tecnológica da UFSM, a pesquisadora Nara Zari Lemos Budiño propõe uma análise

das políticas de ações afirmativas aplicadas a EPT, especificamente com estudantes do Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria. A pesquisadora fez uma apreciação da presença negra no colégio, desde a sua fundação até o tempo presente. Nos resultados da pesquisa, Budiño indica que o número de estudantes pretos e pardos vem crescendo desde a implantação do sistema de reserva de vagas, no entanto, ainda estão em menor número. Ainda, identificou que existe pouco interesse dos professores da área técnica em trabalhar com a Lei 10639/03, deixando essa discussão restrita à disciplina de história.

Os dados apresentados demonstram que as pesquisas sobre tal temática ainda são incipientes e, portanto, a partir dessa revisão bibliográfica percebo que existe uma associação contínua do combate ao racismo com a educação das relações étnico raciais. No entanto, como indicado na maioria dos trabalhos analisados, essa aplicação fica muito restrita às aulas de história. O racismo é um problema estrutural, presente em todos os setores e contextos da nossa sociedade.

Se ignorarmos a perspectiva estrutural do racismo e adotarmos a perspectiva individual, que percebe o racismo como um processo isolado e de práticas pontuais (Almeida, 2019), cairemos em uma lógica que discurso que coloca nos próprios atingidos pelo racismo a responsabilidade de superação das suas mazelas, ora tratando como um problema pontual, praticada por algumas pessoas que não representam o todo da sociedade. Reitero que essa lógica, individualista do racismo, desconsidera os aspectos históricos que fazem do racismo um problema estrutural, portanto, estruturante dos processos sociais, das relações, das instituições e outros.

Ressalto que o enfoque do presente estudo foi investigar os conhecimentos prévios de jovens sobre o racismo no intuito de promovermos o diálogo visando a problematização e erradicação de práticas racistas, as quais acabam sendo (re) produzidas dentro e fora do ambiente escolar. Enquanto pesquisador e professor de história, entendo que tal temática vai além do ensino da história e transversaliza outras disciplinas que, muitas vezes sem revisitar os currículos, reduzem a participação negra ao período de escravização, tornando o momento bastante vexatório para estudantes negros/negras. Diante de tais constatações prévias, a proposta incluiu a realização de oficinas pautadas numa perspectiva afirmativa, que recorra à história, mas sem abrir mão dos avanços políticos, educacionais e sociais vistos nos últimos anos. Por isso, optei por denominar como “Oficinas de Letramento

Racial”, visando a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional e tecnológica e do mundo do trabalho. Para a elaboração das oficinas sobre letramento racial, o primeiro passo foi promover a escuta dos/as jovens participantes deste estudo sobre o que entendem e/ou como percebem o racismo estrutural em seu cotidiano.

Na próxima seção, apresento os caminhos metodológicos percorridos coletivamente com tais jovens durante tal trajetória.

3 METODOLOGIA

A discussão do racismo estrutural, no recorte das juventudes negras, dentro do contexto da educação profissional e tecnológica, pode ser caracterizada como um tema sensível para a discussão, a pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, a fim de atentar-se aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Gerhardt e Silveira, 2009).

O objetivo geral da pesquisa foi promover a escuta de juventudes negras, no contexto da EPT, a fim de produzir subsídios teóricos e metodológicos na luta contra o racismo estrutural. Com isso, entendo que a abordagem qualitativa é a mais adequada para a nossa proposta de trabalho, tendo em vista que essa abordagem, para Gerhardt e Silveira, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2009). Quanto aos procedimentos, está caracterizada como uma pesquisa participante, uma vez que essa se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (Gerhardt e Silveira, 2009).

Inicialmente, o projeto previa a aplicação de questionário estruturado, o qual seria preenchido por educadores/as do contexto pesquisado investigando os conhecimentos prévios relacionados a temática do racismo estrutural e sua abordagem no contexto das práticas de ensino. Contudo, por sugestão da banca de qualificação e visando contemplar o objetivo desta pesquisa, optei por centrar o foco na escuta dos/as jovens e na realização de oficinas temáticas, as quais serão descritas e analisadas articulando com os referenciais teóricos que embasam o presente estudo.

Conforme mencionado anteriormente, o estudo contou com a participação de jovens participantes do Projeto Trabalho Educativo, ofertado na ACM Cruzeiro do Sul, cuja adesão na pesquisa foi voluntária mediante a assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ANEXO A) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) o qual contou com a ciência e anuência, tanto individual quanto a devida autorização dos seus responsáveis legais para os/as

jovens participantes menores de 18 anos. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS tendo sido aprovada conforme Parecer Consubstanciado nº 5.176.355 de 17 de dezembro de 2021.

Visando mapear os conhecimentos prévios dos/as jovens participantes deste estudo, os quais frequentam a ACM Cruzeiro do Sul, o primeiro passo foi a realização de um encontro para a apresentação do projeto e aplicação de um questionário, disponibilizado via Google *Forms*. Estes jovens integram o Projeto Trabalho Educativo, no turno da tarde, na ACM Cruzeiro do Sul. O questionário foi estruturado da seguinte forma:

Figura 7: Quadro com o Mapeamento de conhecimentos prévios

<p>a) O que você entende por racismo?</p> <p>b) Em sua opinião, o racismo está presente no seu cotidiano? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei opinar. <input type="checkbox"/> Não desejo responder.</p> <p>Em caso afirmativo, descreva brevemente em que situações você percebe o racismo no cotidiano?</p> <p>c) Em sua opinião o racismo está presente no mundo do trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei opinar. <input type="checkbox"/> Não desejo responder.</p> <p>Em caso afirmativo, em sua opinião, em que situações o racismo se manifesta com mais frequência (por exemplo, seleção da vaga, promoção, avaliação do desempenho profissional, etc.)?</p> <p>d) Na luta contra o racismo, quais suas sugestões para que tal temática seja abordada nos espaços voltados às juventudes, em especial, no contexto da educação profissional?</p>
--

Fonte: Elaborado pelo autor

As questões buscaram investigar o entendimento dos mesmos acerca dos conceitos de racismo estrutural, juventudes e racismo, e racismo no mundo do trabalho, visando subsidiar o planejamento de oficinas. Inicialmente, contatei, via e-mail, com 29 jovens que constavam nas listas de chamadas da ACM Cruzeiro do Sul, sendo que obtive 21 respostas. A partir das informações do questionário, planejei as oficinas, organizando-as por temáticas e demandas identificadas nesse mapeamento prévio. Ao optar pela realização de oficinas, reportei-me aos estudos

de Spink, Menagon e Medrado (2014), os quais definem que as oficinas são configuradas como ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a construção de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas.

Como o Projeto Trabalho Educativo têm suas atividades no turno inverso à escola dos jovens participantes, é bastante comum - principalmente no caso das mulheres jovens - um número alto de faltas e absenteísmo, muitas vezes devido aos compromissos de cuidado de irmãos menores ou pessoas idosas da família que essas adolescentes têm de assumir. Quando fiz o convite para as oficinas, expliquei o tempo de duração dos encontros e da importância da participação dos mesmos em todas as oficinas, mas reiterando que se tratava de um convite, de uma adesão voluntária. Conforme previsto na qualificação dessa pesquisa, em abril de 2022, abrimos dez vagas para os jovens interessados nas oficinas. Tivemos, no entanto, doze jovens interessados e, devido a esse interesse da parte deles, abrimos mais duas vagas, totalizando doze participantes e assim contemplando todos/as os/as jovens interessados/as,

No próximo capítulo apresento os resultados e discussões que surgem a partir das respostas dos/as jovens no formulário. Em alguns momentos, optei por reproduzir de forma literal os comentários em forma de texto que eles/as fizeram no questionário, mantendo abreviações e palavras depreciativas, pois acredito que tais comentários nos auxiliam na compreensão da dinâmica dessas juventudes, dentro desse contexto comunitário que é a vila Cruzeiro.

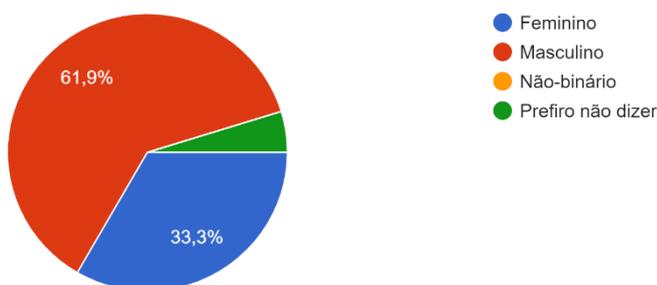
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Racismo estrutural: mapeamento de concepções prévias dos jovens no contexto pesquisado

A fim de conhecer um pouco mais sobre cada um/a dos/as jovens participantes, o questionário iniciou solicitando que cada um/a fizesse uma breve apresentação, o que poderia incluir informações pessoais, a critério de cada um/a dos respondentes. Entre as respostas, com relação a identidade de gênero, a maioria dos/as jovens atendidos se reconhece como do gênero masculino. Do total de 21 respondentes, identificamos que 4,8% optou por não se manifestar quanto a identidade de gênero, conforme demonstra o Gráfico 8:

Gráfico 8: Identidade de gênero dos/as jovens

Como você se identifica com relação a sua identidade de gênero:
21 respostas



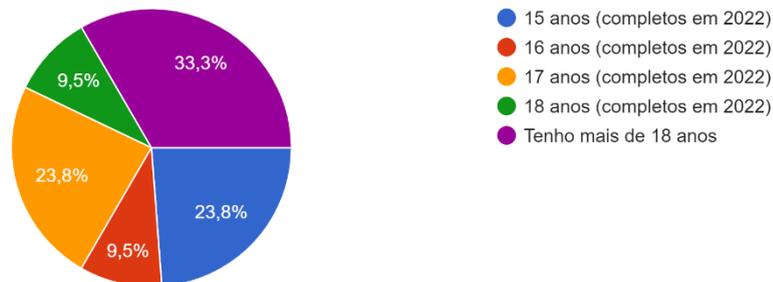
Fonte: Produzido pelo autor.

Quanto à faixa etária, os dados apontam que as idades são bastante mistas, tendo uma maior concentração em jovens maiores de 18 anos e adolescentes de 15 e 17 anos, conforme o gráfico 9:

Gráfico 9: Faixa etária dos/as jovens

Qual a sua faixa etária?

21 respostas



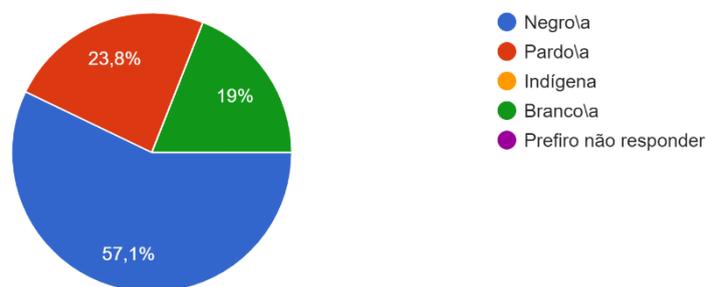
Fonte: Produzido pelo autor

Quanto a identidade étnico-racial dos respondentes, a maioria se identifica como negro. Seguido de um percentual considerável que se declara como pardo, e um número menor, porém também considerável, de jovens que se consideram brancos.

Gráfico 10: Raça/etnia dos/as jovens

Com relação a sua identidade étnico racial, como você se declara:

21 respostas



Fonte: Produzido pelo autor

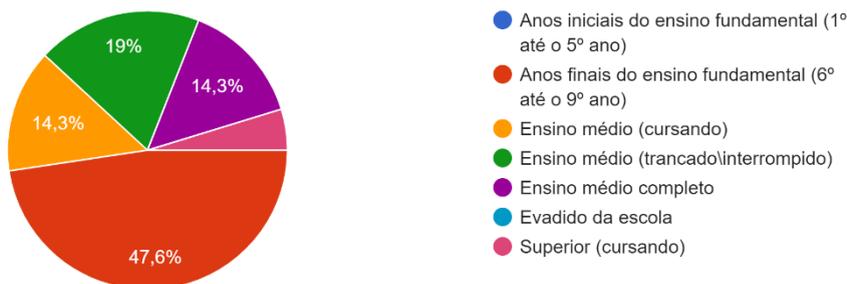
Sobre a escolaridade dos respondentes, a maioria está nos anos finais do ensino fundamental, seguidos de evadidos do ensino médio. Isso indica que temos

um público em situação de distorção idade-série e/ou com alto absenteísmo no ensino médio, ocasionando o abandono escolar.

Gráfico 11: Escolaridade dos/as jovens

Qual a sua escolaridade?

21 respostas



Fonte: produzido pelo autor

A pergunta seguinte, aplicada no questionário, foi uma dissertativa, onde os respondentes deveriam escrever o que entendiam por racismo. Não coloquei orientações maiores, nem limites mínimos ou máximos de linhas, deixei para a livre interpretação dos/as jovens, para que respondessem sem ensaios “o que entendem por racismo”. A maioria dos/as jovens indica ter uma compreensão baseada no senso comum, majoritariamente dizendo que “racismo é sobre se achar superior”, ou que “racismo é preconceito de cor de pele, etc.”, sendo “uma coisa ruim e errada” e outros. A perspectiva estrutural não foi citada por nenhum dos respondentes, isso indica que a compreensão do racismo, conforme a resposta dos/as jovens, está muito mais ligada à perspectiva individual, que ignora os aspectos sociais e estruturais do racismo, reduzindo-o ao comportamento das pessoas. Outros/as jovens trouxeram aspectos da própria experiência, percebendo o racismo no seu cotidiano. A exemplo das falas e do indicador a seguir:

“Eu acho que é o pior de todos os preconceitos. Principalmente porque as pessoas dizem que não são racistas, mas tratam as pessoas negras de um jeito diferente. Eu sinto isso pelo jeito que tratam eu e a minha mãe nos lugares”. (Jovem respondente, 21).

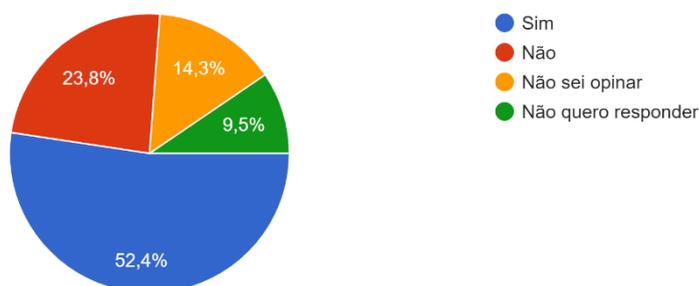
“Entendo que é um ato preconceituoso onde o opressor se sente superior por conta de sua etnia e faz discriminação com o ser que na qual ele acha inferior conta do seu tom de pele e entre outro.” (Jovem respondente, 10).

“(…) que as pessoas se acham superiores porque são de outro tom de pele e acham que as pessoas negras são inferiores, mas todos somos iguais independente do tom de pele.” (Jovem respondente, 16).

Quando solicitado no questionário que os jovens trouxessem exemplos do racismo presente em seus cotidianos, a maioria respondeu citando espaços em que se sentiram violentados e/ou viram familiares, ou amigos passando por situações vexatórias pautadas no racismo. Como exemplo, citaram situações em que foram seguidos por agentes de segurança em espaços como supermercados e shoppings e também situações em que percebem que pessoas trocam de calçada na rua quando se veem sozinhas e se deparam com pessoas negras no trajeto.

Gráfico 12: Percepção dos/as jovens com relação ao racismo no cotidiano

Em sua opinião, o racismo está presente no seu cotidiano?
21 respostas



Fonte: Produzido pelo autor

Alguns participantes relembrou a infância e muitas situações traumáticas vividas no período de escolarização inicial, por exemplo, situações em que os seus cabelos eram motivo de piada e a escola se omitia. Trazemos aqui dois comentários que falam dessas percepções com os jovens e/ou suas famílias.

“Quando vou ao shopping, quando vou ao supermercado. Teve uma vez que eu tava voltando do centro a noite e uma mulher começou a andar mais rápido na minha frente, eu pensei que tinha alguém atrás da gente e comecei a andar mais rápido tbm. Daí eu olhei pra trás e vi que não tinha ninguém, ela tava correndo de mim mesmo. Eu tava carregando meus cadernos na mão e com uma camiseta da ACM.” (Jovem respondente 15).

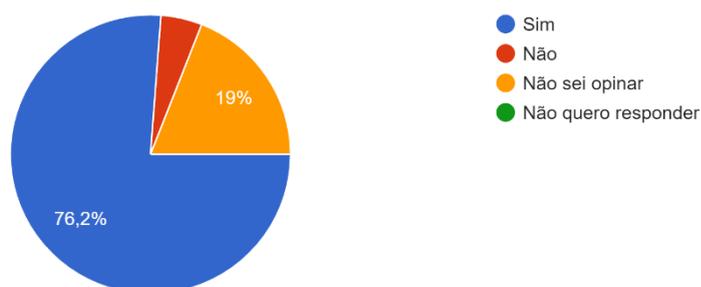
“As pessoas sentem medo ao passar perto de mim, fazem cara de nojo. Sou seguido nos mercados ou lojas, as pessoas não são tão gentis comigo; mesmo que eu seja.” (Jovem respondente 6).

Quando questionados se percebiam o racismo no mundo do trabalho, os jovens responderam em grande maioria que sim, percebiam. Um percentual de 19% disse não saber opinar, enquanto 1% acredita que o racismo não está presente no mundo do trabalho.

Gráfico 13: Percepção dos jovens sobre o racismo no mundo do trabalho

Em sua opinião, o racismo está presente no mundo do trabalho?

21 respostas



Fonte: Produzido pelo autor

Solicitei que os jovens trouxessem situações em que percebiam o racismo presente no mundo trabalho. A maioria dos jovens elegeu situações de processos seletivos em que participaram e/ou conheciam pessoas que participaram e não foram contratadas, mesmo que atendendo os pré-requisitos básicos da vaga divulgada, outras vezes, inclusive, superando os esses pré-requisitos, mas perdendo o posto de trabalho para pessoas não negras que, não rara às vezes, eram menos qualificadas. Outros jovens citaram o conhecido caso de uma rede de farmácias no estado, onde um áudio da pessoa responsável pelas contratações viralizou nas

redes sociais por conta do teor preconceituoso da mensagem³⁰. Ainda, trazendo alguns excertos das respostas dos jovens, temos:

“Acredito que esteja presente nos processos de seleção, algumas vezes senti que fui muito bem na entrevista, ou que era perfeito para a vaga e não fui chamado. Dentro de empresas, os cargos mais altos e de tomada de decisão geralmente são ocupados por pessoas brancas. Na maioria dos lugares quando chego, além de o lugar ser ocupado majoritariamente por pessoas brancas, a recepção é feita por pessoas brancas, e isso, para mim, diz muito.” (Jovem respondente 9).

“Eu fiz seleção pra trabalhar num call center que precisava de muita gente e nem pediam experiência. Eu já tinha trabalhado com atendimento, mas eu não passei na entrevista e quando me ligaram eu perguntei porque, falaram que eu não tinha o perfil no momento. Minha mãe acha que é porque eu fui de boné, mas um monte de outros caras foram de boné também. Só eu tinha curso de informática e tava terminando o ensino médio, os outros nem tavam estudando mais.” (Jovem respondente 18).

Encerramos o questionário solicitando que os jovens comentassem em resposta à seguinte pergunta: “Na luta contra o racismo, quais tuas sugestões para que tal temática seja abordada nos espaços voltados às juventudes, em especial, no contexto da educação profissional e tecnológica?”. As respostas, em sua maioria, versaram para o uso de debates nas escolas, para o ensino da diversidade racial, etc. Outras sugestões tem um caráter mais parecido com denúncias, que é o de trazer exemplos recentes de episódios racistas para alertar o quanto isso tem sido normalizado.

Jovem respondente 21: “Eu acho que a gente tem que falar para os jovens a verdade, que a vida de quem é negro é mais difícil. Se não, a gente fica mentindo e depois toma na cara. Acho que as empresas tinham que ser punidas pelo racismo, porque a maioria faz merda e depois faz post no facebook dizendo que não é racista, que não aceita preconceito nem nada. Mas é muita mentira. Nas escolas tem até professor que é racista, que fala que os próprios negros é que são mais racistas e a diretoria não faz nada, fala que cada um tem sua opinião”. (transcrição literal do texto produzido pelo jovem).

Percebe-se que os jovens têm uma dimensão bastante rasa do que é o racismo, não conhecem a perspectiva estrutural e, com isso, recorrem ao racismo como uma prática comum, individual. A fim de contrapor tal realidade, uma das possibilidades é promovermos práticas educativas voltadas ao letramento racial. Tal conceito teve sua origem nos Estados Unidos sendo desenvolvido pela antropóloga

³⁰

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/10/22/policia-confirma-que-audio-discriminatorio-foi-gravado-por-funcionaria-de-rede-de-farmacias-no-rs-se-pegar-viado-que-nao-desmunheque.ghtml> < acesso em 12 de fevereiro de 2023 >

afro-americana France Winddance Twine, abordado no Brasil pela socióloga Neide A. de Almeida, que em um texto no site da Fundação Tide Setubal³¹, traz o seguinte:

(...) o letramento racial está relacionado principalmente com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas. Se não admitirmos que nossa sociedade é organizada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio do branco, trabalharemos com uma falsa e insustentável ideia de igualdade, porque o racismo é estrutural e institucional (ALMEIDA, S.D, p.2)

Com base no acima exposto, destaco que o letramento racial é um conceito que nos convida à reflexão, nos motiva a revisitar práticas de ensino, de trabalho, práticas sociais e outros. Parto do entendimento de que, ao adotarmos a perspectiva estrutural para perceber o racismo e outros problemas da nossa sociedade, confessamos que precisamos mudar a nossa interpretação da realidade, e é aqui que o letramento racial coopera com o que defendemos nas oficinas propostas para esses adolescentes e jovens, uma vez que esperamos, a partir dessa intervenção, identificarmos e/ou criarmos estratégias de ensino que visem a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional e tecnológica e do mundo do trabalho. Desde crianças, somos impelidos a uma lógica, reguladora, que indica a forma com que devemos interpretar o mundo e as questões sociais, as oficinas de letramento racial tem por premissa “dar um zoom”, trocar as lentes, ressignificar a forma com que lemos o mundo, amparados pela perspectiva do racismo estrutural.

4.2 Oficinas de letramento racial enquanto estratégia para a promoção de uma educação antirracista no contexto da EPT e no mundo do trabalho

A partir do mapeamento dos conhecimentos prévios dos/as jovens, o próximo passo deste estudo foi a elaboração de uma proposta de oficinas visando abordar o tema do racismo e suas implicações para a inserção das juventudes no contexto da educação e do mundo do trabalho. A escolha das oficinas como estratégias de ensino está ancorada nos estudos das pesquisadoras Anastasiou e Alves (2009), as quais apresentam uma síntese dos principais aspectos a serem considerados na elaboração de uma proposta de oficina, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 14 - Estratégia de ensino - Oficinas

³¹ Disponível em: https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/artigo_2630.pdf Acesso em mar. de 2023

DESCRIÇÃO	É a reunião de um pequeno número de pessoas com interesses comuns, a fim de estudar ou trabalhar para o conhecimento ou aprofundamento de um tema, sob a orientação de um especialista. Possibilita aprender a fazer melhor algo mediante a aplicação de conceitos e conhecimentos previamente adquiridos.
OPERAÇÕES DE PENSAMENTO (predominantes)	Obtenção e organização de dados. Interpretação. Aplicação de fatos e princípios a novas situações. Decisão. Planejamento de projetos e pesquisas. Resumo.
DINÂMICA DA ATIVIDADE	O professor organiza o grupo e providencia com antecedência o ambiente e material didático necessário à oficina. A organização é imprescindível para o sucesso dos trabalhos. O grupo não deve ultrapassar a quantidade de 15/20 componentes. Pode ser desenvolvida por meio de uma ou mais atividades: estudos individuais, consulta bibliográfica, palestras, discussões, resoluções de problemas, atividades práticas, redação de trabalhos, saídas de campo, etc.
AVALIAÇÃO	Participação dos estudantes nas atividades e a demonstração das habilidades visadas, expressa nos objetivos das oficinas. Podem-se propor auto-avaliação, avaliação descritiva ou pelos produtos no final do processo.

Fonte: ANASTASIOU e ALVES (2009, p. 96)

Na sequência, ANASTASIOU e ALVES (2009) reforçam o potencial da oficina enquanto estratégias de ensino, uma vez que

É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido na relação horizontal no qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim, vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (p.98)

Tal entendimento vai ao encontro da proposta apresentada por Valle e Arriada (2012), os quais destacam a importância das oficinas para a promoção de práticas de ensino pautadas na ação-reflexão-ação. Em suas análises, os autores apresentam a seguinte definição de oficina:

[...] a oficina pode ser considerada uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos. Nesse sentido, a metodologia da oficina muda o foco tradicional da aprendizagem (cognição), passando a incorporar a ação e a reflexão. Em outras palavras, numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva (p.5-6).

As temáticas abordadas no decorrer das oficinas foram divididas em três blocos, onde começamos abordando a definição do racismo estrutural, apresentando aos jovens as perspectivas individualista, institucional e estrutural. Também aqui trabalhamos com o conceito de juventudes, para que esses jovens

envolvidos com a pesquisa percebam a pluralidade desse conceito, e também percebam em quais dessas pluralidades encontram ressonância do seu ser jovem. No segundo bloco de oficinas, falamos do racismo estrutural em encontro com o mundo do trabalho, primeiramente percebendo as profissões destinadas aos jovens trabalhadores das comunidades e, num segundo encontro, percebendo a formação para o trabalho e a preparação para a vida adulta. No terceiro bloco, falamos dos projetos políticos, conquistas e avanços, a exemplo das legislações, como a Lei de Cotas e ações afirmativas, das possibilidades de mudança através da educação com a criação dos IFs, políticas de acesso e permanência a Educação profissional e tecnológica e/ou ao ensino superior (tais como Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, Sistema de Seleção Unificada - SISU, Programa Universidade para Todos - PROUNI, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e outros.

Para conduzir as oficinas, tomamos como inspiração o Círculo da Cultura que é uma metodologia adotada por Paulo Freire (Brandão, 2010) e que consiste numa construção de conhecimentos por meio do diálogo. sendo definido como

O círculo de cultura traz para o campo de uma educação popular de vocação transformadora de pessoas e de sociedades algo das iniciativas práticas grupais de uso comunitário, escolar ou pedagógico. A partir da crítica formulada por Paulo Freire a respeito do que ele denominou de “educação bancária”, o círculo de cultura dispõe as pessoas ao redor de uma “roda de pessoas”, em que visivelmente ninguém ocupa um lugar proeminente. O professor que sabe e ensina quem não sabe e aprende aparece como o monitor, o coordenador de um diálogo entre pessoas a quem se propõe construir juntas o saber solidário a partir do qual cada um ensina-e-aprende. Era ponto de partida a ideia de que apenas através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos e consciente e solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si-mesmo como uma pessoa entre outras; a das relações interativas em e entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatoriamente político; a das estruturas da vida social (BRANDÃO 2010, p. 135)

Ao adotar tal método na condução das oficinas, compartilho o pensamento freireano de que os círculos da cultura poderão contribuir para rompermos com a ideia de que é o educador/a, nesse caso o pesquisador, quem detém o conhecimento, uma vez que o círculo, em sua configuração, permite uma dinâmica mais coletiva, horizontal, de trabalho em grupo, respeito e participação, fomentando a criticidade.

As oficinas foram realizadas no espaço físico da ACM Cruzeiro do Sul (Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul, unidade Vila Cruzeiro do Sul, de agosto a setembro de 2022, consistindo em um encontro presencial por semana, com duração de duas horas cada, totalizando 07 (sete) encontros, com duração de duas horas cada.

Quanto aos participantes, como mencionei anteriormente, foram disponibilizadas dez vagas, as quais foram preenchidas por adesão voluntária dos jovens que haviam anteriormente respondido ao questionário. Houve o interesse de mais dois participantes, totalizando 12. Visando garantir o anonimato de tais sujeitos foram definidos nomes fictícios, escolhidos por eles/as, conforme quadro 15 abaixo:

Quadro 15 - Perfil dos/as jovens participantes das oficinas

Identificação (*)	Gênero (**)	Idade (**)	Raça/etnia (**)
Kevin	Masculino	18	Parda
Marcos	Masculino	17	Parda
Jeniffer	Feminino	18	Branca
Mateus	Masculino	16	Branca
Lavínia	Feminino	17	Preta
Ricardo	Masculino	18	Preta
Wagner	Masculino	18	Preta
Pérola	Feminino	16	Preta
Manuela	Feminino	17	Preta
Gustavo	Masculino	17	Preta
Heitor	Masculino	17	Preta
Luís	Masculino	16	Branca

Fonte: Elaborado pela autor

(*) nomes fictícios escolhidos pelos/as jovens participantes da pesquisa

(**) Dados fornecidos pelos/as participantes da pesquisa

Ao final de cada uma das oficinas foi feita a avaliação parcial das atividades desenvolvidas contando com a participação dos/as jovens e do pesquisador proponente. Na sequência, apresento o quadro síntese com o planejamento de cada

uma das oficinas e, em seguida, a análise reflexiva da prática realizada em parceria com as/os jovens participantes deste estudo.

A primeira oficina realizada teve como temática: *Introdução aos estudos sobre os conceitos de racismo e impactos de práticas racista para as juventudes no âmbito da educação e mundo do trabalho*. No quadro 16 apresento uma síntese do planejamento da oficina:

Quadro 16 - Oficina 1

Temática (s): Introdução aos estudos sobre os conceitos de racismo e impactos de práticas racista para as juventudes no âmbito da educação e mundo do trabalho.	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Participantes: 11 jovens estudantes previamente inscritos/as.	
Objetivo (s)	Promover a escuta das juventudes do contexto pesquisado investigando o que entendem por racismo e que práticas racistas identificam no seu cotidiano. Ampliar os espaços para diálogo com as juventudes visando a produção de subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas educativas antirracistas.
Conteúdos propostos	. Introdução aos estudos sobre racismo. . Identificação e problematização de práticas racistas, sobretudo no contexto das juventudes e do mundo do trabalho; . Compreensão e diferenciação da perspectiva individualista, institucional e estrutural.

<p>Estratégias Metodológicas</p>	<p>1º Momento: Apresentação da proposta elaborada a partir do mapeamento das concepções prévias dos participantes sobre racismo e os possíveis impactos no contexto individual e coletivo, a partir da vivência de cada um.</p> <p>2º Momento: Problematização inicial: abordagem inicial do entendimento dos/participantes sobre o conceito de racismo e suas consequências, a partir da análise da atual sociedade brasileira apresentado através do documentário: “O racismo é perigoso na educação das crianças”, o qual está disponível de forma pública e gratuita no canal do Youtube.</p> <p>3º Momento: Roda de conversa sobre as nuances do racismo apontadas no documentário na percepção dos/as jovens participantes do estudo e as relações que estabelecem com o cotidiano.</p> <p>4º Momento: Apresentação expositiva dialogada sobre os tipos de racismo e suas manifestações articulando com o documentário apresentado.</p> <p>5º Momento: Sistematização final: Elaboração coletiva de uma nuvem de palavras enfocando as concepções sobre racismo e como o mesmo tem sido (re) produzido no cotidiano a partir da vivência dos participantes do estudo.</p>
<p>Recursos</p>	<p>Projektor para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i>.</p>
<p>Referências</p>	<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.</p> <p>Sugestão de vídeo: O RACISMO é PERIGOSO na EDUCAÇÃO das CRIANÇAS - Canal Preto</p> <p>Link para acesso ao vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Na primeira oficina, busquei uma aproximação dos jovens com a temática, principalmente a perspectiva do racismo como uma prática estrutural, para que percebem que essas relações de poder se sobrepõem ao comportamento de uma ou duas pessoas que são racistas, sendo um problema assumido como uma prática

comum, recorrente, subjetiva e reproduzida até mesmo no inconsciente das pessoas. Os dados produzidos a partir do mapeamento de conhecimentos prévios, revelaram que os/as jovens participantes deste estudo, possuem um conhecimento sobre racismo baseado no senso comum, recorrendo constantemente a perspectiva individualista, não percebendo esse problema como algo estrutural e estruturante da sociedade e suas relações.

Diante de tal constatação, durante este primeiro encontro realizei uma apresentação da pesquisa, explorando seus objetivos junto aos jovens e relatando as impressões coletadas no questionário do *Google Docs* que eles responderam. Eles ficaram bastante atentos ao que a pesquisa se propõe. Tanto que quando perguntado se sabiam o que era racismo estrutural, a maioria respondeu que sim. No entanto, à medida que eu explicava o conceito, foram revisitando essa informação e afirmando que nunca haviam pensado o racismo por essa ótica, que é a estrutural.

Como imaginado, os jovens apresentaram dificuldades de separar a concepção institucional da concepção estrutural, e isso não é uma exclusividade dos jovens, Almeida (2019) indica que a concepção institucional marca esse avanço, superando o que era sempre visto como casos isolados, pontuais de racismo, individuais, etc. No entanto, essa concepção não dá conta da abordagem histórica desse problema, que percebe as instituições, sim, como grandes reguladoras e implicantas na prática do racismo, mas que também percebe o racismo como uma estrutura da nossa sociedade, uma estrutura que, inclusive, rege o comportamento e o funcionamento das instituições.

Ao assistirem o vídeo proposto nessa primeira oficina, “o racismo é perigoso na educação das crianças”, os jovens de imediato revisitaram situações do seu cotidiano, experienciadas por eles, amigos e/ou familiares. O vídeo inicia com a fala “o estrago que o racismo provoca na criança, não tem André Luiz, orixá, Jesus Cristo, Bezerra de Menezes, não tem ninguém que vai mudar essa lógica, porque o racismo é violência que não vai sair da sua cabeça”, da pedagoga e mestra em gestão social Benilda Brito, que fala o quanto na educação existem rituais pedagógicos que fortalecem o racismo. Ainda, Benilda relata dos maus tratos emocionais ao qual crianças, adolescentes e jovens negros são submetidos no ambiente escolar. Essa fala encontra ressonância em vários dos jovens que

participam da pesquisa, uma vez que começam a relatar suas experiências no ambiente escolar com a prática do racismo. A fala de uma das jovens, Lavínia, chamou a atenção de todos quando disse “não gosto de ir para a escola porque me acho feia. Não tenho problemas com matemática, nem com química, nem com os professores. Eu não gosto de ir mesmo porque me acho feia”.

Apesar do grupo ser composto por uma maioria de meninos, são as meninas as que mais falaram nesse momento após exibição do vídeo, principalmente em função das experiências com o racismo durante seus primeiros anos escolares, se dando conta do quanto isso molda o comportamento das mesmas até hoje, no ensino médio e/ou anos finais do ensino fundamental. As meninas relataram piadas feitas por meninos e outras meninas, zombando dos seus cabelos, do seu tom de pele, e relataram até mesmo as poucas intervenções dos educadores, que reduziam essas práticas a “coisas de criança”, que bastava não dar atenção e se encerraria. Outra vez, falta atenção dos professores e da escola a essas micro agressões, lidas como piada, a qual, principalmente, as meninas negras são submetidas. Moreira (2020), no livro “Racismo Recreativo”, denuncia que as mulheres negras são sistematicamente vítimas de um humor racista que é constantemente relativizado como uma brincadeira, desde as representações estereotipadas em programas de auditório, novelas, etc. O autor, ao falar dessas micro agressões presentes nas piadas racistas direcionadas às mulheres e jovens negras, nos traz o conceito de “microinsultos”, que se aplica a essa experiência do racismo como piada, sobretudo para essas jovens mulheres negras:

Os microinsultos são formas de comunicação que demonstram de maneira expressa ou encoberta uma ausência de sensibilidade à experiência, à tradição ou à identidade cultural de uma pessoa ou um grupo de pessoas. Microinsultos podem ser não propositais, embora sejam manifestações de um sentimento de superioridade que uma pessoa sente em relação à outra por fazer parte do grupo dominante. Então microinsultos decorrem de valorações culturais que atribuem importância distinta a grupos sociais e suas vivências de opressão ou das tradições culturais. Eles também podem assumir a forma de mensagens ou representações culturais derogatórias quando símbolos ou ritos sinalizam desprezo por membros de grupos minoritários (MOREIRA, 2020, p.51).

Os meninos, entretanto, começam a narrar a experiência do racismo a partir da pré adolescência, antes disso eles dizem que as experiências são poucas ou muito pontuais, porque não lembram de serem atingidos por episódios de racismo, drasticamente, na infância. Um dos rapazes falou sobre o primo de um vizinho, cujo

a mãe proibiu que brincasse com ele, mas não sabia dizer se foi por conta do racismo ou porque ele, realmente, aprontava muito. Eu decidi encaminhar a atividade para a fala dos meninos, porque em uma das oficinas trabalharemos com a representatividade das pessoas negras na mídia, por isso não quis “queimar esse combustível” já na primeira oficina, apesar das falas das meninas trazerem grandes possibilidades de discussão.

Um dos jovens, Kevin, fala sobre a abordagem policial na comunidade:

“[...] Aqui na vila os homi (policiais) fazem o que querem, eu sou moreninho, mas meu irmão toma paredão direto, e ele até crente é”.

Todos caem na risada com a fala do Kevin sobre o irmão. Eu pergunto sobre essa abordagem policial, tentando fazer referência a concepção estrutural com a qual começamos a oficina, mas de imediato um dos meninos responde que “alguns policiais são racistas, mas não dá para culpar todos por isso”. Eu decidi por não intervir e eles todos, automaticamente, começam uma discussão, onde parte do grupo diz que todos os policiais são racistas, e a outra parte diz que apenas alguns o são. A discussão não dura muito, outra vez a jovem Lavínia faz uma intervenção e fala do racismo institucional, acordando que a instituição é racista, então os policiais agem conforme as práticas de trabalho dessa instituição. Os jovens todos olham para mim, esperando que eu confirme essa informação. Eu sugiro que voltemos a ler a definição de racismo institucional, mas sem abrir mão da perspectiva estrutural. Outra jovem, Jeniffer, fala que alguns policiais podem até não serem racistas no seu dia a dia, mas vão reproduzir o racismo sim, porque a polícia tem um “jeito” diferente de agir na comunidade, e eles sabem disso, sabem que “na vila é paredão e chute na porta, então a instituição polícia é racista, sim, e se os policiais sabem que tem jeitos diferentes de abordagem na vila, é porque eles sabem bem no fundo o que a polícia faz com os negros”.

Encaminhando essa primeira oficina para o final, indiquei que usássemos os computadores da sala que ocupamos. Como usamos um projetor para o vídeo e apresentação nesta primeira oficina, trabalhamos em um pequeno laboratório de informática que é de uso exclusivo desses jovens do Projeto Trabalho Educativo. Infelizmente, apenas seis computadores estão funcionando, então os/as jovens participantes se revezaram para o uso. Como encaminhamento final, usamos o site

“*mentimeter*” para a criação de uma nuvem coletiva de palavras que enfoque as concepções sobre racismo e como o mesmo tem sido reproduzido no cotidiano, a partir da vivência dos participantes do estudo. O site permitiu compartilharmos um código para que os jovens acessassem um formulário, espaço onde indicariam as palavras, conforme planejado para a oficina. Alguns jovens fizeram em conjunto com seus colegas, porque o formulário permite até dez respostas e preferiram não esperar até vagar um computador. Chegamos a seguinte nuvem de palavras:

Figura 17 - Nuvem de palavras



Fonte: Produzido pelo autor

A palavra em voga, resultante da atividade com o *mentimeter* foi empoderamento. Os jovens, meninos em sua maioria, falaram que a palavra empoderamento é o nome bonito para o #FavelaVenceu, uma *hashtag* bastante usada na comunidade, nas músicas de funk e algumas músicas de rap, *hashtag* essa que significa prosperar, superar as adversidades e ter o bastante para “ostentar e jogar na cara” de quem não acreditava na ascensão dos mesmos. Segundo o dicionário Dicio³², disponível online, a definição de ostentação é:

- 1) Riqueza; expressão de luxo, pompa; exaltação de bens, carros, jóias, propriedades, dinheiro: funk ostentação.
- 2) Comportamento de quem exhibe riquezas ou dotes; exibição de ações ou qualidades próprias: ostentação de si próprio, ostentação de suas qualidades; comporta-se como se vivesse em constante ostentação.
- 3) Ação ou efeito de ostentar, de fazer alarde.

³² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ostentacao/> < acesso em 08 de jan. de 2023 >

Questionei o motivo dessa ser a palavra que mais apareceu em nossa nuvem, os jovens disseram que é porque o empoderamento seria uma estratégia de combate ao racismo. Apesar da explicação dos jovens, o conceito de empoderamento que eles apresentam é relacionado, unicamente, com a lógica do consumo, que seria, nesse contexto, o triunfar sobre as adversidades da vida, ter dinheiro, carros, “ostentar” com os amigos. Encerramos a primeira Oficina com o acordo de que no encontro seguinte eu apresentaria o conceito de empoderamento.

Na sequência, realizamos a segunda oficina, cuja temática foi *Juventude ou Juventudes: Que jovem sou eu?* conforme planejamento apresentado no Quadro 18.

QUADRO 18 - Oficina 2: Juventude ou Juventudes: Que jovem sou eu?

Temática (s): Juventude ou Juventudes: Que jovem sou eu?	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Promover o debate sobre os conceitos de juventude (s) e diversidade (s) problematizando-os mediante o diálogo com os/as jovens visando a reflexão crítica e a adoção de práticas pautadas pelo respeito, reconhecimento e valorização das diferenças individuais e/ou coletivas.
Conteúdos propostos	Ampliando o entendimento sobre os conceitos de juventude (s) e diversidade (s).
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Apresentação do tema Juventudes, a partir da exibição do vídeo “Juventude e Diversidades, da CUT - Central Única dos Trabalhadores, Brasil”.</p> <p>2º Momento: Perguntas para provocações iniciais:</p> <p>Que jovem eu sou?</p> <p>O que me difere de outros jovens?</p> <p>Ser jovem negro é diferente de ser um jovem não negro?</p> <p>Ser um jovem nessa comunidade me faz diferente de outros jovens?</p>

	<p>3º Momento: Organizar os jovens em dois ou três grupos, para que construam uma “personagem jovem” que assimile os pontos em comuns que esses jovens do grupo possuem (características como raça/etnia, territorialidade, experiência familiar, e outros). Os jovens devem dar um nome para esse personagem, falar sobre seus processos de escolarização, pertencimento religioso e/ou comunitário, faixa etária, identidade de gênero e sexualidade, e outros.</p> <p>4º Momento: Depois desse personagem criado, organizado com as características em comum desses jovens dos grupos, os jovens - ainda no mesmo grupo - devem agora assinalar quais as diferenças que eles possuem uns dos outros, afinal as juventudes são diversas e plurais. Queremos aqui que percebam as juventudes como diversas, uma vez que apesar dos vários pertencimentos em comum que eles possuem uns com os outros, ainda são distintos uns dos outros em outras perspectivas, como orientação sexual, identidade de gênero e religiosidade, a exemplo.</p> <p>5º Momento: Sistematização final: apresentação do que os grupos construíram.</p>
Recursos	<p>Projeter para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i>; Papel cartaz; Hidrocor.</p>
Referências	<p>Vídeo disponível no Youtube: Juventude e Diversidade</p> <p>Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=KvR5pCQVuaw</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

A escolha da temática parte do entendimento de que as juventudes são diversas, dinâmicas e plurais. Os atravessamentos de raça e etnia, orientação

sexual e identidade de gênero³³, capacitismo³⁴ e territorialidade traçam destinos e comportamentos, bem como os pertencimentos religiosos, atividades de grupos (esporte, clubes, etc). Para dar seguimento ao que propomos com o letramento racial, é importante que os jovens percebam de que ou quais juventudes estamos falando, e também percebam como se encaixam nessa narrativa de experiência juvenil que temos proposto. A proposta buscou oportunizar aos jovens reconheçam a diversidades das juventudes, o quanto esse conceito é múltiplo e plural, mas também esperamos que identifiquem pontos em comum, marcadores sociais, principalmente, que narram a vida e pertencimento dos jovens nas comunidades, sobretudo dos jovens negros.

Iniciamos o segundo encontro retomando a nuvem de palavras que os jovens criaram na atividade anterior, tendo em vista que a palavra empoderamento foi uma das mais colocadas pelos mesmos na atividade final proposta. Perguntei se após nosso último encontro alguém buscou entender melhor o conceito por trás dessa palavra, mas eles seguiram reproduzindo o que disseram ao final do encontro anterior, que empoderamento é a “ostentação”, é chegar “trajadão” no baile, na escola ou em outro lugar. Há algumas quadras da instituição está o Shopping Barra Sul, que é um dos maiores de Porto Alegre, um dos jovens, Heitor, ainda disse que “é preciso chegar trajadão no shopping, senão os caras (seguranças) ficam atrás de ti, de chinelo não dá para ir mesmo.”

Trouxe, continuando a conversa, sem apresentação ou vídeos, o conceito de empoderamento da professora Joice Berth (2021), que em entrevista ao canal Brasil de Fato³⁵, nos diz que o empoderamento deve questionar as relações de poder, as instituições de poder e, portanto, uma ascensão - ainda que profissional - não tem um impacto nas estruturas, e estamos falando do racismo em sua perspectiva

³³ Ao longo deste estudo, tomo como referência, o entendimento de gênero pautado pelo pesquisador Leandro Colling (2018, p.38) o qual destaca que: “[...] Gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento”.

³⁴ Conforme os estudos da pesquisadora Carla Vendrami, capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes (VENDRAMIN, 2019).

³⁵ Entrevista de Joice Berth ao Brasil de Fato, disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=J4RAgli1ptw&t=4s> - acessado em 6 de setembro de 2022

estrutural, então quando falamos em empoderamento “a gente fala em caminhos para dizimar ou, pelo menos, diminuir as desigualdades”. Desigualdades essas que estão postas por problemas que atravessam historicamente a nossa sociedade. Não podemos perder essa perspectiva de vista. Ainda, para Berth (2021), no livro “Empoderamento”, encontramos um excerto que colabora com a visão estrutural que temos proposto:

Trata-se da antítese de uma visão liberal de dimensionamento meramente individual do empoderamento, uma vez que parte de grupos sociais e transformações coletivas em grupos historicamente oprimidos por uma estrutura dominante. Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo, assim, de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento (BERTH, 2021, p.31).

Esse conceito de empoderamento, que não é tomado pelos ideais do liberalismo, vibra e encontra ressonância na comunicação que pretendemos estabelecer com os jovens no contexto da pesquisa e durante a realização das oficinas, uma vez que carrega consigo os marcos de lutas emancipatórias, como classe social, raça e gênero. Ainda, encontramos no Dicionário Paulo Freire (GUARESCHI, 2010), uma definição de empoderamento que também se alinha com esse trabalho:

Mas o conceito se estende além: numa análise mais minuciosa pode-se afirmar que empoderamento é o eixo que une consciência e liberdade. Central à visão de Freire está o entendimento de que à medida que as pessoas tomam consciência (conscientização), vão também se libertando (libertação). É impossível ser livre, se não se tem consciência. Mesmo se o simples fato de tomar consciência não leva automaticamente à liberdade, é inegável que só pode ser livre quem tem consciência (GUARESCHI, 2010, p. 297).

Partimos, então, de um conceito de empoderamento que pensa na emancipação coletiva dessas minorias sociais, a partir da consciência e liberdade postas por Freire.

Começamos a oficina proposta para esse segundo encontro com a apresentação do documentário produzido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja temática é juventudes e diversidade, disponibilizado de forma pública e gratuita no canal do Youtube.³⁶ De imediato, após o vídeo, foi solicitado que os

³⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KvR5pCQVuaw> Acesso em mai. de 2022.

jovens se organizassem em três grupos e criassem um personagem que imprimisse as características comuns que eles possuem, como o território, religião, etc. Num segundo momento, foi solicitado que agora, ainda nos grupos, os jovens colocassem nesse material do personagem as diferenças que eles, integrantes de um mesmo grupo, possuem. Aqui objetivamos abordar o conceito de juventudes em sua diversidade, pluralidade de ideias, contextos e pertencimento do que é ser jovem e experienciar o que entendemos por juventudes e essa fase da vida, como nos reporta aos estudos realizados por Vieira et al (2022)

Mas o que se entende por juventude? Do ponto de vista jurídico, o Estatuto da Juventude, Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, reconhece como jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos. Conforme Aquino (2009), com as discussões em torno da elaboração do Estatuto, foram criadas subcategorias: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos). No entanto, é importante ressaltar que esses parâmetros etários são apenas referenciais para o reconhecimento político da fase juvenil, pois não podemos nos ater somente na idade biológica para situar esta fase da vida (VIEIRA et al, 2022, p.4).

Ainda do ponto de vista jurídico, o Estatuto da Juventude instituído pela Lei Federal nº 12,852 de 2013 (BRASIL, 2013) ³⁷ define jovem como:

Artigo 1º:

§ 1º Para os efeitos desta lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e, excepcionalmente, este estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (BRASIL, 2013, p.1).

Para ampliarmos o debate sobre tal conceito, o grupo de jovens foi organizado no formato de um círculo a fim de que pudessem dialogar sobre o entendimento compartilhado na dinâmica de grupos realizada anteriormente. Nos organizamos agora num círculo, para uma apresentação dos grupos, onde os mesmos deveriam indicar os pontos em comum e depois as diferenças. A proposta de tal atividade buscou ampliar a percepção dos jovens sobre o conceito de juventudes, entendendo-as como plurais e multifacetadas. O debate teve início com a fala de uma das jovens participantes, Jeniffer, que afirmou que se percebeu “no mesmo barco que muitos colegas”. Na sequência, questionei o que ela quis dizer com isso e ela prontamente respondeu:

³⁷ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm Acesso em mar.2022.

JENIFFER: [...] “no meu grupo só tinha eu de mulher, então o nosso personagem é um menino negro, a gente fez um menino negro porque alguns de nós são mais clarinhos, mas todo mundo é metade negro, pelo menos.”

O Kevin, do mesmo grupo da Jeniffer, disse que pensaram num personagem negro porque três dos cinco participantes se identificavam assim, apesar de alguns só se identificarem como “moreninhos”, como se evitassem essa associação a negritude. Retomo aqui que parto do princípio que a negritude não se dará, exclusivamente, pela cor da pele, mas por um conjunto de fenótipos, mas compreendo que os jovens, ao se identificarem como “moreninhos”, entendem que a sociedade trata as próprias pessoas negras, inclusive, de uma forma hierarquizada, a partir da cor de sua pele. A isso, chamamos de colorismo, cujo o conceito trago do Glossário Antidiscriminatório: Raça e Etnia (2022):

Colorismo é a compreensão de que pessoas negras são tratadas de forma diferenciada pela sociedade de acordo com a tonalidade da sua pele negra. A partir de uma hierarquização criada pela própria construção do conceito de “raça”, uma espécie de competição entre negros claros e escuros foi criada, desde os tempos da escravização, com a concessão de certas “vantagens sociais” a pessoas negras de pele mais clara. Mas, atenção: o reconhecimento de que pessoas negras são tratadas de formas diferentes de acordo com o fato de serem retintas ou terem a pele mais clara não significa que as pessoas negras de pele clara sofrem menos racismo. Em síntese, temos que o racismo se manifesta de formas diferentes para pessoas diferentes e em contextos diferentes, e reconhecer esse fato não pode ser confundido com a negação da negritude de pessoas negras de pele mais clara – o que, em si mesmo, seria uma forma de violência (p. 26, 2022).

A escuta dos jovens durante a dinâmica, permitiu constatar que os objetivos da proposta foram alcançados, ou seja, nos relatos identificam o território ao qual pertencem, no caso da comunidade local, sua educação (em uma escola pública da comunidade), e a raça como pontos em comum e marcadores que traçam destinos e definem quem eles são nas juventudes. Quando questionados das diferenças, Jeniffer indicou que é uma mulher trans e que, talvez, essa seja a maior diferença dela para qualquer outra pessoa naquela sala. É importante apontarmos aqui que a jovem Jeniffer está na instituição desde os seus 6 anos de idade, então boa parte de seus colegas e da equipe da ACM Cruzeiro do Sul tem acompanhado o processo de transição dessa jovem. Manuela disse que é uma jovem mulher negra, e no seu grupo estava com outras duas jovens negras e dois jovens negros, e que todos indicaram a raça como um fator comum, assim como a comunidade onde vivem, mas que ela ser uma mulher também se soma a sua negritude como algo da sua juventude.

Outro ponto interessante foi na socialização dos participantes do terceiro grupo, todos meninos, dois negros e três brancos, que trouxeram que além da comunidade, escolarização e outras coisas em comum, todos são repetentes na escola e beneficiários do programa Bolsa Família³⁸. Esse grupo, por conta própria, decidiu comentar das projeções futuras que possuem para o seu personagem, também menino, criado nessa atividade: “que ele tenha um bom emprego, que trabalhe muito e conquiste casa, carro, moto e viagens... que ele sempre ande ‘na estica’ (bem vestido)”. O grupo não trouxe a questão racial para a discussão das juventudes, mas me deixaram curioso por começarem falando sobre um programa de transferência de renda, que indica vulnerabilidade social, e depois seguirem para uma ideia de que com muito esforço e trabalho podem conquistar tudo. Isso nos remete a uma ideia de meritocracia, que de uma forma cruel coloca sobre esses jovens a responsabilidade do seu sucesso ou da falta do mesmo, excluindo os atravessamentos sociais, raciais e estruturais que definem essa juventude, e mais:

A meritocracia defende ainda a ideia de que as oportunidades são as mesmas para os jovens de classe média e alta e os das classes populares e que as condições anteriores à chegada no processo seletivo de mérito são as mesmas para ambos. A meritocracia é apresentada a esses jovens e desenvolvida por eles no decorrer de suas falas como um modo de estimular seus esforços para alcançar objetivos determinados e específicos, relacionados sempre a alguma questão financeira (BALDO et al, p. 165).

Ainda, para Bento (2022), esse conceito de meritocracia não estabelece nenhuma relação dessas com a história da pessoa, com seu grupo social, com seu contexto, etc. Isto é, a "meritocracia" defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para uma conclusão igualmente falsa.” (p. 62).

Outro ponto bastante comum que os grupos trouxeram foi o seu pertencimento racial, os grupos foram compostos, em sua maioria, de jovens negros e negras. Ainda os jovens brancos ou que não se identificam como negros, apontam uma “certa medida” dessa experiência de pertencimento racial, ao comentarem de parentes, vizinhos ou amigos da família que são pessoas negras.

³⁸ Bolsa Família é um programa social de transferência de renda, criado em 2003, que visa a redução das desigualdades em nosso país. O programa foi encerrado em 2021 durante o governo Bolsonaro, sendo substituído pelo programa Auxílio Brasil. Em 2023, o programa foi reativado com a posse do então presidente eleito, Lula.

Quando pensamos em juventudes negras, de imediato pensamos que o que esses jovens possuem em comum são os marcadores da violência, da pobreza, desigualdade social, etc. As juventudes negras são quase enxergadas por essas lentes que os marginalizam do campo das oportunidades e do acesso às políticas públicas. Ora, se temos as juventudes, generalizadas, como uma fase de transgressão e de subversão às normas, temos nas juventudes negras esse imaginário mais latente e com um olhar menos compreensivo, estereotipando esse jovem negro como sempre um meliante em potencial, como vemos em Gomes e Laborne (2018) ao falarem do estereótipo do suspeito número um:

No nosso cotidiano é comum ouvirmos frases como: “bandido bom é bandido morto” “direitos humanos só servem para proteger criminosos”. “O ECA só serve para proteger a adolescência criminosa e violenta, por isso é preciso reduzir a maioria penal”. “Negro parado é suspeito e correndo é ladrão”. O estereótipo do suspeito número um e a imagem que amedronta a classe média é: o jovem negro da favela com alguma coisa na mão que sempre será interpretada pela polícia como arma ou droga, mesmo que seja somente um saquinho de pipoca (GOMES e LABORNE, 2018, p. 4).

No contexto da vila Cruzeiro, esse estereótipo se potencializa quando somado à projeção que essa comunidade tem na cidade de Porto Alegre. Um dos jovens rapazes, negro, relata que sempre quando se encontra em situações racistas dentro de um shopping, mercado ou farmácia, evita dizer que é morador da Cruzeiro, porque, segundo o mesmo, não existe argumento que o salve de uma abordagem inadequada se ele se identifica como um morador dessa região. Ainda para Gomes e Laborne (2008), “a nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados (p.4).”

As juventudes negras têm suas vidas e trajetórias atravessadas pelo racismo, sabemos. Os dados do Atlas da Violência (2021) indicam que são os jovens negros as maiores vítimas de violência por arma de fogo. No texto “Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra” (2018), as professoras Nilma Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne falam do direito à vida como o principal direito humano e que qualquer ruptura dessa institucionalidade de ver ser combatida dentro de um Estado democrático.

Na cultura popular o direito à vida é o primeiro direito. O direito ao trabalho é o direito ao viver. O espaço deve garantir o direito à vida. O direito à saúde é

também o direito à vida. O povo tem consciência de que “se eu tenho garantido o direito de viver, sou cidadã, sou cidadão, sou ser humano” (GOMES e LABORNE, 2018, p.2).

É esse direito à vida que tem sido negado às pessoas negras e, sobretudo no contexto deste trabalho, negado aos jovens negros. Para as autoras “Violar o direito à vida da nossa adolescência e juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte” (2018, p.2). Apesar do avanço das políticas públicas, principalmente no campo da educação, que debatem o racismo e a questão racial, ainda nos parece muito distante a superação desse problema.

Esses pertencimentos, ainda que negativos, que os jovens negros tem em comum tem resultado num aumento de consciência política entre esses mesmos jovens e a sociedade. As comunidades partilham dos mesmos problemas, como a violência no território, o tráfico, problemas de segurança e de atuação policial, problemas de saúde e educação, que agravam essa situação. Ainda para Gomes e Laborne, essas são multicausas que corroboram com a violência e extermínio dos jovens negros, mas existe uma macrocausa que não é analisada e nem discutida abertamente na agenda das políticas públicas, uma vez que se esconde atrás dessas multicausas: o racismo (2018, p 11).

Para Gomes e Laborne (2018), o racismo é a macrocausa. As condições territoriais, de segurança pública, saúde e educação potencializam a desigualdade social, mas o racismo, em sua perspectiva estrutural, é o cerne desse problema, sobretudo numa sociedade capitalista, que se produz e se reproduz na lógica do capital, no fomento de discursos que relativizam o racismo, que colocam sobre o próprio jovem negro o peso da responsabilidade pela sua falta de sucesso escolar, profissional, ignorando os estragos que o racismo causa na autoestima desse jovem.

Ainda em círculo fui encaminhando a atividade para o final, mas retomamos a apresentação do último grupo, questionando se basta trabalhar muito para ter sucesso na vida. Heitor, que é um dos jovens desse grupo disse que não, talvez estudar para um emprego que pague mais seja melhor e possibilita algumas coisas, mas que ser rico para “ostentar” é diferente, tem que ser famoso. Na Oficina 3, onde falaremos das relações do racismo e do mundo do trabalho, abordaremos a meritocracia.

Uma das jovens trouxe à discussão do grupo o que ela entendia por juventude como uma adolescente da comunidade que cuida dos irmãos mais novos, relatando que várias de suas amigas, de 15 até 17 anos, estão grávidas e/ou já possuem filhos. Na comunidade da vila Cruzeiro, principalmente nas delimitações onde funciona a ACM Cruzeiro, é comum avistar jovens meninas grávidas ou com filhos. Na própria comunidade, os moradores indicam que a gravidez seria, para essas meninas, o começo de uma vida adulta, ignorando a fase compreendida pela adolescência e as implicações de uma gestação nessa etapa da vida.

Indiferente de ser ou não desejada, a gravidez, em qualquer etapa da vida, implica em uma série de mudanças e desafios, acrescentados pela necessidade de se conciliar a maternidade à continuidade dos estudos, ao trabalho e às práticas de diversão e entretenimento, comuns na juventude em uma cultura como a nossa (SANTOS, *et.al*, 2020, p 346).

Como falamos anteriormente, a ACM Cruzeiro do Sul oferece diversos serviços na comunidade da vila Cruzeiro, inclusive uma escola de educação infantil em turno integral, em parceria com a SMED, Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, que atende mais de 200 crianças. Segundo a equipe de trabalho, é bastante comum que adolescentes e jovens, outrora atendidos nos serviços da ACM Cruzeiro, retornem ainda jovens para ingressar seus filhos na escola de educação infantil dessa instituição.

Esse “maternar” precoce coloca, sobretudo para as meninas, uma responsabilidade e peso muito grandes, ignorando a sua condição juvenil e interpelando-as para uma fase adulta, sem preparo e sem apoio emocional, deixando a sua existência, como vemos em Santos, Vargas e Félix, secundarizada:

A nomeação “é uma gestante”, referente ao ato de estar grávida é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e, também, a inculcação repetida de normas de como deve se comportar e cuidar (de si de do filho ou filha que se encontra em seu ventre). Na lista dos comportamentos e cuidados que uma mulher em estado de gravidez deve seguir há um conjunto de prescrições e condutas que dizem sobre os modos de ser e estar no mundo ((SANTOS, *et.al*, 2020, p 346).

Até o final do ano de 2022, duas das adolescentes que frequentavam o Projeto Trabalho Educativo nesse período são mães. Uma delas engravidou aos 16 anos e a outra aos 14 e, apesar do alto número de faltas e absenteísmo, se mantiveram vinculadas à ACM até o final do ano de 2022, contando com uma rede de apoio familiar, composta pelas avós maternas e suas irmãs, que cuidavam das

crianças para que essas duas jovens pudessem estudar. Agora, em 2023, as crianças estão matriculadas na escola de educação infantil da ACM Cruzeiro.

No círculo, encerrando a atividade do dia, questionei como os jovens haviam se sentido com essa atividade, se acham que encerramos ou ficou algo a ser preenchido, todos indicaram que encerramos a atividade. Lavínia disse ainda que foi importante perceber, “se dar conta”, que jovem ela é, inclusive para não ficar triste se comparando com quem ela vê na internet, televisão, etc.

Começamos esse terceiro encontro já no formato de círculo, iniciei questionando os jovens sobre os aplicativos de entrega que estão super em alta nos últimos anos: *Ifood, Uber Eats e Rappi*. Perguntei se os jovens conheciam, sabendo que a resposta seria unanimemente sim. Depois perguntei se eles conheciam pessoas que trabalham nesses aplicativos e pedi para me descreverem essas pessoas. Os rapazes foram os que mais responderam, falando que conheciam jovens, principalmente homens, que trabalham nesses aplicativos ali mesmo na volta da comunidade, uma vez que a vila Cruzeiro é muito próxima do Barra Shopping Sul. Pedi que os jovens guardassem na memória esses jovens dos quais se lembraram para darmos início a atividade do dia. Um dos jovens, Kevin, interrompe a conversa para dizer: “eu trabalhei fazendo entrega de bike na pandemia, usei o documento do meu padrasto no cadastro do app porque não aceitam menor nos aplicativos.”

Na sequência, a terceira oficina abordou como temática Racismo e mundo do trabalho (Representação das profissões), conforme planejamento contido no quadro 19.

QUADRO 19 - Oficina 3: Racismo e mundo do trabalho

Temática (s): Introdução aos estudos sobre os conceitos de racismo e impactos de práticas racista para as juventudes no âmbito da educação e mundo do trabalho.
Tempo estimado de duração: 2 horas
Público a que se destina: Jovens estudantes
Oficina 3: Racismo e mundo do trabalho

<p>Objetivo (s)</p>	<p>Oportunizar aos jovens a ampliação dos conhecimentos sobre o racismo estrutural e suas manifestações no cotidiano, em especial, seus impactos no mundo trabalho, buscando a adoção de estratégias individuais e/ou coletivas voltadas ao enfrentamento de tal problemática bem como a promoção de práticas antirracistas no âmbito da educação e no trabalho.</p>
<p>Conteúdos propostos</p>	<p>Representações de pessoas negras nos ambientes de trabalho; Juventudes, comunidades e a <i>uberização</i> das relações de trabalho.</p>
<p>Estratégias Metodológicas</p>	<p>1º Momento: Apresentação do vídeo: “Como você enxerga o racismo? Veja a campanha”;</p> <p>2º Momento: Como provocação inicial, pediremos aos jovens que citem as profissões que vem a sua mente e vamos registrando num quadro e/ou caderno, encerrando em 15 ou 20, de acordo com o número de participantes (pedimos que os jovens façam em voz alta, inclusive, para evitar a repetição de alguma profissão);</p> <p>3º Momento: Os jovens, agora organizados em grupos de até 5 pessoas, utilizando a internet e as redes sociais, devem pesquisar num buscador de imagens da internet (sugerimos aqui o Google Imagens) por essas profissões, registrando as 10 primeiras pessoas que o buscador de imagens apresenta quando eles digitam a profissão eleita e atentando para alguns recortes importantes como: raça/etnia, gênero e faixa etária.</p> <p>4º Momento: Os jovens devem sistematizar as informações em cartazes e/ou outra forma de apresentação e trazer as informações para socializar no grande grupo com a mediação do educador, provocando um debate sobre que tipo de pessoa imaginamos ocupando posições profissionais de destaque.</p> <p>5º Momento: sugestões de perguntas para a roda de conversa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Quem é o profissional que mais representa em imagens a profissão X? ● Em profissões que dispõem de cargos de liderança, quem vemos? ● Em profissões operacionais, quem vemos?

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i> ; Sala de informática e computadores; Blocos para anotações.
Referências	<p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade e do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2006.</p> <p>ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.</p> <p>RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.</p> <p>Materiais audiovisuais disponíveis, de forma pública e gratuita na internet: https://www.youtube.com/watch?v=5F_atkP3pqs</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

A escolha da temática da oficina 3 partiu da análise do mapeamento de conhecimentos prévios realizado anteriormente, no qual constatei o quanto os/as jovens participantes da pesquisa compreendem que o racismo compromete a vida das pessoas negras no que diz respeito ao trabalho, apesar de, em sua maioria, reconhecerem essa prática nos momentos de recrutamento e seleção nas empresas, apenas. Dando início a atividade, eu dividi os jovens em três grupos, cada grupo com quatro integrantes. Pedi então para cada grupo eleger cinco profissões, dizendo-as em voz alta, para que eu tomasse nota no quadro e os outros grupos ouvissem e visualisassem, a fim de não repetirem as mesmas profissões em suas pesquisas.

No Projeto Trabalho Educativo, os jovens que participam das atividades relatam com frequência a necessidade de se inserirem em algum emprego, a fim de contribuir com a renda familiar. Não raramente, são pressionados por seus familiares para que arrumem um emprego formal ou atividades remuneradas de meio turno, como estágios, ou empregos informais. À condição juvenil, o “aproveitar” da juventude, é colocado em xeque à medida que os próprios jovens, e até mesmo suas famílias, parecem desconhecer as dinâmicas e adversidades do mundo do trabalho, causando frustrações.

Dentro das inúmeras definições de juventudes, no contexto dessa pesquisa e da comunidade da vila Cruzeiro, falamos de jovens de baixa renda, majoritariamente negros, oriundos de famílias trabalhadoras e assistidas por programas sociais do governo. Estruturalmente, além do racismo, são vários os entraves que esses jovens têm ao se prepararem para o exercício do trabalho e para uma famigerada liberdade financeira, que parece vir acompanhada de uma “precoce vida adulta” para a qual estão sempre se preparando. Como vemos em Vieira et al (2022):

No bojo dessas adversidades do mundo do trabalho estão os jovens. Definir o que seja jovem ou juventude é um exercício complexo, pois corresponde a construções sociais nem sempre presentes nas sociedades nem manifestadas da mesma forma ao longo da história de uma dada sociedade. É nas juventudes que são tomadas decisões importantes no que diz respeito ao caminho de vida a seguir. Essa fase está associada, não raro, ao período de desencanto com as gerações anteriores, vistas como conformistas e defensoras da antiguidade. É por isso que se associa juventude à rebeldia e movimentos detratores do passado. (VIEIRA et al, p.3, 2022)

Pedi que os grupos se dirigissem ao laboratório de informática, para uma segunda etapa dessa atividade, onde deveriam fazer uma pesquisa dessas profissões citadas no *Google Imagens*, selecionando as dez primeiras imagens de profissionais que aparecem ao fazerem essa busca na internet. Depois disso, em linhas gerais, descrevessem esses profissionais a partir dos seguintes recortes: gênero, raça/etnia e faixa etária.

No terceiro momento, com essas informações em mãos, os jovens retornaram para a sala de atividades para apresentarem os dados dessa busca. Começamos com o grupo 2, composto pelos jovens Pérola, Mateus, Manuela e Ricardo. Eles iniciaram falando da profissão do arquiteto, trazendo que ao buscarem no Google as dez primeiras imagens que aparecem são de pessoas brancas, sendo oito homens e duas mulheres. Nenhum negro ou negra. Manuela ainda indica que a única pessoa negra aparece na décima quinta foto, um rapaz negro posando ao lado de outro rapaz branco. O mesmo resultado se aplicou na busca por “gerente comercial”, onde as dez primeiras fotos continham pessoas brancas, homens em sua maioria, magros e na média dos 30 anos. Apenas uma das dez primeiras imagens continha um homem negro, também magro e na média dos 30 anos, ao lado de um outro homem branco.

A mesma lógica se aplicou nos grupos seguintes, quando os jovens mapearam profissões do imaginário comum, como médicos, advogados, psicólogos (profissões que tem como pré-requisito o curso superior, principalmente), poucas vezes pessoas negras apareceram no buscador de imagens da Google. Fica evidente, a partir dessas buscas, o que temos posto no imaginário social, que pessoas negras não ocupam posições de destaque no mercado de trabalho. Jeniffer ainda relata que quando fez a busca por “atriz” no Google Imagens, nas dez primeiras imagens, apenas uma era a de uma jovem mulher negra. Nenhuma mulher mais velha e/ou com sobrepeso, o que, segundo a jovem, indica um problema nessa profissão.

Ainda em discussão, conversamos sobre os empregos que temos destinados aos jovens, sobretudo aos que moram em nossa comunidade. A maioria dos jovens respondeu que como alguns são menores de idade e ainda não terminaram o ensino médio, só conseguem empregos em alguns mercados da região, sem nenhum tipo de contrato ou formalidade, ou empregos fazendo a entrega de lanches nos entornos da comunidade. Esse cenário, onde os jovens e suas famílias demandam por renda para o complemento familiar, bem como, muitas vezes, comprometem a sua escolarização, escancara a falácia da meritocracia, que seguindo o discurso liberal, prega a máxima de que basta esforço e será recompensado. Ao mesmo tempo, essa meritocracia também segmenta as juventudes, uma vez que são os jovens das comunidades os que acabam se inserindo nesses empregos para o complemento da renda familiar, a exemplo do que traz Baldo et al (2022)

Entretanto é sabido que a meritocracia privilegia e auxilia os jovens das classes média e alta em detrimento às classes populares. Os jovens das classes populares podem ter acesso às mesmas oportunidades, porém os caminhos percorridos até ali são muito distintos. O acesso à uma educação de qualidade, à cultura, ao lazer, a não necessidade de ir precocemente para o mercado de trabalho, dentre tantas outras diferenças existentes entre os jovens das classes média e alta e os jovens das classes populares, são só alguns exemplos de como o caminho percorrido até o “processo seletivo do mérito” são distintos e até mesmo contrários (BALDO et al., p.168, 2022).

Falamos ainda da romantização desse esforço, onde o abandono escolar para cumprir uma jornada de até 12 horas fazendo entregas de bicicleta é visto com bons olhos, inclusive, no caso dos meninos, é visto como um alcance de maturidade e responsabilidade. Os jovens ainda trazem que até mesmo na comunidade eles

passam a ser mais respeitados quando estão trabalhando, ainda que em uma jornada que comprometa os estudos, e não ociosos na comunidade.

Vivemos em um tempo que está em voga romantizar a pobreza e a miséria. E por romantizar entende-se o fato de darem mérito a atitudes de superação individual realizadas por pessoas que pertencem às camadas populares. Ao invés do questionamento das desigualdades sociais e econômicas da sociedade, o mérito é dado a atitudes individuais que tendem a superar dificuldades e conseguir alcançar algum objetivo específico. Romantizam a mãe que trabalha 3 turnos para dar o mínimo para seus filhos, mas não questionam a natureza da necessidade de uma pessoa precisar trabalhar 3 turnos em empregos precários e com salários baixíssimos – caso contrário não precisaria trabalhar 3 turnos – para criar seus filhos. Romantizam o jovem que catava sua comida no lixo e chegou ao Ensino Superior lendo livros que encontrou no “lixão”. Romantizam o mérito do “catador de latinhas” que hoje tem uma microempresa, mas não discutem a realidade das desigualdades que o levaram a ter que trabalhar como reciclador. Romantizam o “empreendedorismo” das pessoas, mas não discutem o fato desse empreendedorismo ser fruto da falta de emprego e da necessidade de sobreviver; que tem como resultado a precarização das relações de trabalho e as negações de direitos (BALDO et al., p. 169, 2022).

Essa romantização do trabalho exaustivo e do emprego não formal, disfarçado de empreendedorismo e iniciativa, destoa dos empregos pesquisados pelos jovens no *Google Imagens*, já que as profissões que eles elegeram partem do imaginário comum, do que vemos constantemente em veículos de comunicação, como professores, médicos, advogados e outros. No entanto, essas profissões exigem tempo de dedicação e estudos, compromisso com o término da escola, inclusive, para o ingresso nesses cursos. Outra vez, agora através da diferença dessas profissões, fica evidente a falácia que é o sistema meritocrático.

Retomamos o círculo para fecharmos a atividade com o feedback dos jovens, onde os mesmos disseram que imaginavam, sim, uma disparidade racial nas profissões, principalmente, nas que exigem formação superior, mas que a busca no Google Imagens tornou essa disparidade mais evidente, agora fazendo-os compreender como isso atinge o imaginário social das empresas, instituições e pessoas em geral.

Na sequência, retomamos o debate em torno das dinâmicas territoriais também exemplificam o que temos posto como racismo estrutural. Se olharmos com atenção para as grandes cidades, a exemplo de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, os bairros menos abastados e/ou distantes dos grandes centros, são

majoritariamente ocupados por pessoas negras. Infelizmente, existem grandes estigmas sobre as comunidades e que acabam sendo (re) produzidas nos noticiários veiculados pelas grandes mídias. Por exemplo, cito a enxurrada de notícias sobre acontecimentos envolvendo violências nas comunidades, tais como a disputa de territórios, tráfico de drogas, criminalidades, etc. Em contrapartida, há uma certa invisibilidade das iniciativas voltadas para demandas locais, como esporte, cultura e lazer, entre outras, em especial, resultantes do engajamento coletivos dos diversos segmentos da comunidade, em especial, das juventudes. Infelizmente tais ações acabam não tendo notoriedade, à mesma medida em que muita coisa não tão legal acontece em bairros mais abastados, mas também não viram manchetes.

No quadro 20 apresento o planejamento da quarta oficina, cuja temática foi Território Jovem.

QUADRO 20 - Oficina 4 - Território Jovem

Temática (s): Território Jovem	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Oficina 4: Território Jovem	
Objetivo (s)	Compreensão das juventudes em suas diversidades e seus inúmeros contextos (sociais, territoriais, religiosos, etc).
Conteúdos propostos	Ampliar a compreensão acerca dos conceitos de trabalho e território subsidiando o diálogo e engajamento coletivo na luta por políticas promotoras da equidade racial no contexto pesquisado.
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Para essa atividade, recomendamos a utilização de músicas³⁹ abordando a questão racial, juventudes, trabalho e território.</p> <p>2º Momento: Organização dos jovens em grupos de até 5 pessoas para a análise da letra da música escolhida. É importante pedir que os jovens retirem alguns excertos que mais lhes chamaram a atenção na música, partindo de algumas perguntas para a provocação inicial:</p>

³⁹ No produto educacional apresento uma listagem de sugestões para a realização de tal atividade.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Do que fala essa música? ● Onde percebemos os temas "trabalho, juventudes, racismo e território" nela? <p>3º Momento: Retomada dos jovens no círculo para socializarem as suas impressões com o grande grupo;</p> <p>4º Momento: Ainda no círculo, perguntar aos jovens sobre os territórios jovens, em interface com a música que apresentaram, a partir das seguintes sugestões de perguntas para essa roda de conversa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Quem são as pessoas da nossa comunidade? ● Que espaços temos para os jovens em nossa região?
Recursos	<p>Projeter para a apresentação do vídeo; Papel cartaz; Hidrocor.</p>
Referências	<p>BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111283. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111283. Acesso em mar. 2023.</p> <p>SANTOS MARTINS, Carlos Henrique dos; Rodrigues CARRANO, Paulo Cesar A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. Educação [on-line]. 2011, 36(1), 43-56. ISSN: 0101-9031. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117118584004</p> <p>Músicas: Sujeito de Sorte) de Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - part. Majur e Pablio Vittar) Minha Alma - (A Paz Que Eu Não Quero) - O Rappa Fé - cantoria IZA</p>

Fonte: Produzido pelo autor

Começamos a atividade com a distribuição da letra da música “Fé”⁴⁰, da cantora Iza, para os jovens. É uma música lançada há poucos meses, então a maioria dos jovens disse conhecer. A música é um forte instrumento da sociabilidade

⁴⁰ Disponível em <https://www.letras.mus.br/iza/fe/> Acesso em out.2022.

juvenil, contribuindo para o diálogo com os jovens quando elegemos músicas que abordem a sua realidade, seu território e pertencimento, como vemos em Martins e Carrano (2011):

A música – elemento importante da cultura juvenil – apresenta-se, assim, como aglutinadora de sociabilidades e, por isso, permitiria aos jovens a possibilidade de participação e atuação efetiva nas questões relacionadas com a sua comunidade e como interlocutora com determinados setores da sociedade civil (MARTINS e CARRANO, 2011, p.45).

Pedi que os jovens comentassem a música a partir de duas percepções, sendo uma a estética do videoclipe e outra a letra da música. Os jovens, em sua maioria, disseram que o clipe é bastante reflexivo, tem imagens que fazem uma boa provocação, como o momento em que a cantora vai avançando para um topo, composto de várias outras pessoas negras na base, imagem que um dos jovens identificou como uma conquista coletiva, que mostra que para uma pessoa negra avançar é preciso de outras tantas que vão abrindo o caminho. Voltamos aqui ao conceito de empoderamento de Joice Berth (2022), introduzido ainda na segunda oficina, que traz o empoderamento como uma causa de coletividade, de apoio mútuo, principalmente no contexto das comunidades e das minorias sociais. Uma jovem, candomblecista, falou bastante entusiasmada dos elementos que o vídeo traz das religiões de matriz africana.

Retomamos a letra da música para conversarmos em conjunto sobre alguns excertos dessa composição. O primeiro:

*“Lembro de vários veneno
Eu, ainda menor, nunca sonhei pequeno
A minha coroa me criou sozinha
Levantando sempre no raiar do dia, bem cedo*

*Sempre aprendi com ela
A ser grata pelo que ainda vem
Hoje tu só vê os close, nunca viu meus corre
Mas pra quem confia em Deus, o sonho nunca morre, é, é”*

(Trecho da música “Fé” da cantora Iza)

A comunidade da vila Cruzeiro, principalmente as famílias assistidas em projetos sociais como o da ACM Cruzeiro do Sul, têm em sua composição mulheres como a maioria das mantenedoras e chefes de família. Anualmente a instituição

realiza uma pesquisa de mapeamento de perfil de tais famílias, cujos resultados são analisados pelo setor de Serviço Social da ACM Cruzeiro. Em conversa com a assistente social do projeto, a mesma indica que essa pesquisa é realizada desde 2011 e sempre resultou nas mulheres como as principais chefes de família da comunidade atendida pela ACM Cruzeiro.

Os jovens falaram das mulheres de suas famílias, mães, tias e avós, que desde que se lembram, em maioria, são as chefes das suas casas. Também comentaram que essas mulheres exercem atividades específicas, principalmente em setores de prestação de serviços, tais como na área de limpeza do Barra Shopping Sul e outros comércios da região, algumas atuando exclusivamente na limpeza da casa e cuidado dos filhos/as e outras como empregadas domésticas. Essa posição de trabalho, historicamente direcionada às mulheres negras, e que encontra ressonância nessas mães, tias e avós dos jovens remonta, para Bento (2022), a “um espaço social que atravessa os séculos e bebe à fonte da escravidão. Mulheres negras responsáveis por cuidar, limpar e alimentar um lar.”

Na sequência das atividades realizadas durante a oficina, realizamos o debate sobre um segundo excerto da composição, a saber:

*“Ô, mãe, ô, mãe do céu
Abençoi, abençoi, abençoi a correria
E o nosso pão de cada dia (oh, uô, uô, uô)
Ô, mãe, ô, mãe do céu
Abençoi, abençoi, abençoi a correria
É minha fé que me guia (ah, ah)”*

(Trecho da música “Fé” da cantora Iza)

Voltamos brevemente aqui a falar da religiosidade, e como o fenômeno da fé, principalmente nos segmentos evangélicos e de religiões de matriz africana, é forte na comunidade. No entanto, direcionei os comentários a parte da música que diz “abençoi a correria e o nosso pão de cada dia”, para perceber como os jovens interpretam essa frase. Um dos jovens, um rapaz de 18 anos, falou da correria como o “trampo”, o trabalho que eles (jovens da periferia) fazem para ajudar ou complementar a renda da casa, dando o exemplo das lavagens de automóveis e do trabalho nos aplicativos (entregas de lanches, etc). Outra jovem, lembrando dos

últimos encontros, comenta desses trabalhos de entrega por aplicativos e o quanto ele acaba comprometendo a vida escolar de muitos jovens, a exemplo dos seus colegas (essa jovem cursa o ensino médio na modalidade EJA numa escola da região, no turno da noite), que quase não completam uma semana inteira de idas a aula, porque a noite é onde se tem mais chances de corridas. Antunes (2020) alerta para as jornadas exaustivas e ausência de garantias trabalhistas nesse formato de trabalho que ganha, cada vez mais, força entre os jovens das comunidades:

Vale destacar que quando adoecem, descansam, tiram férias, têm seus instrumentos de trabalho fora do funcionamento, em todas estas situações, os rendimentos são zerados para os/as trabalhadores/as. É por isso que, para sobreviver, atenuar suas vicissitudes e manter seu vínculo de trabalho, são obrigados a trabalhar por longas horas, suprimir descansos, intensificar suas jornadas e ainda agir em estrito acordo com o que é determinado pela empresa (ANTUNES e FILGUEIRAS, 2020, p.37).

É comum que os jovens percebam o exercício do trabalho, ainda que na fase da adolescência, como uma transição para a vida adulta. Isto é, se eu tenho uma renda que é fruto de algum trabalho, é porque sou “quase adulto”, num discurso em que a maturidade tem uma forte relação com a situação financeira. Esse “abençoi a correria e o nosso pão de cada dia” tem uma forte relação com esse emprego informal e, em algumas ocasiões, com as formas ilícitas de se conseguir renda no contexto das comunidades, se expondo às brigas de território e tráfico de drogas, numa demanda de renda e de alcance para uma vida adulta tão almejada no território, como vemos outra vez em Martins e Carrano:

Os jovens fazem seus trânsitos para a vida adulta no contexto de sociedades produtoras de riscos – muitos deles experimentados de forma inédita, tal como o da ameaça ambiental e do tráfico de drogas –, mas também experimentam processos societários com maiores campos de possibilidades para a realização de apostas diante do futuro (MARTINS e CARRANO2011, p. 44).

O território da Vila Cruzeiro é amplamente noticiado como um lugar perigoso, de guerra às drogas, tráfico e brigas por tomadas de território, etc. No entanto, a comunidade é muito maior do que esses pontos onde esses delitos acontecem. Inclusive, a região conta com diversas associações de moradores, como a Associação Mulheres Solidárias - ASMUSSOL, e a Associação de Moradores da Vila Tronco - AMAVTRON, e outras tantas que se organizam em seus pequenos recortes desse grande território para pensar estratégias de melhoria para a região, para atender crianças, adolescentes e suas famílias, e também, em datas festivas, organizam ações conjuntas que mobilizam toda a grande comunidade.

Essas instituições, somadas as ONGs e outras associações, colaboram para a formação dos jovens das comunidades, uma vez que são gerenciadas e mobilizadas por líderes comunitários, moradores da grande Cruzeiro, e que estão na comunidade há muitos anos desempenhando esse papel. Mas, apesar das associações e outras instituições, os jovens carecem de espaços. Os jovens da ACM Cruzeiro, inclusive, relatam gostar dos espaços da instituição, mas demandam por outros espaços que não sejam regulados por adultos e profissionais. Para Martins e Carrano (2011)

[...] diversas manifestações culturais presentes na cidade - e com baixa visibilidade no espaço escolar - têm os jovens como atores principais". É bastante comum que, ao final do dia, eles ocupem as praças da região para experienciar essa sociabilidade juvenil de outra forma no território, sem a regulação direta de educadores e outros adultos. Ainda "os jovens criam espaços próprios de socialização que se transformam em territórios culturalmente expressivos e nos quais diferentes identidades são elaboradas" (2011, p. 44).

No entanto, apesar da abundância de praças que vemos na região da Cruzeiro, os mesmos jovens que falam da ocupação contínua desses espaços, também atentam para os perigos desses lugares, indicando que muitos são pontos para o comércio de drogas ilícitas e, até mesmo, nas praças "livres" desse comércio, correm o risco de uma batida policial que, não raramente, acaba em uma abordagem truculenta.

Os territórios externos à comunidade que os jovens mais frequentam são os entornos da nova Orla do Guaíba (Parque Jaime Lerner), próximo ao centro de Porto Alegre, mas também próximo da vila Cruzeiro, relativamente. Os jovens se encontram uns com os outros e costumam ir em grupos, ficando até tarde da noite no entorno das quadras dessa recém revitalizada orla e, não raramente, entram madrugada adentro ocupando esse lugar. Ainda, os jovens da ACM falam que várias escolas e instituições reservam as quadras para atividades, mas que as escolas da região da Cruzeiro evitam fazer o mesmo, com um certo receio com o comportamento dos jovens nesses espaços e esse é um dos motivos de cogitarem fazer o ensino médio em escolas mais centrais.

Quando comentei da pesquisa com outro profissional da ACM Cruzeiro, um trabalhador negro, o mesmo disse

[...]" nós negros estudamos com culpa, uma culpa de ver toda a família se organizando para garantir que a gente consiga fazer o

curso, a faculdade, e que para isso, muitas vezes, é o dinheiro da janta que tá inteirando as passagens para a gente pegar o ônibus”..

Compartilhei essa fala com os jovens quando fechamos a atividade no círculo. Uma das jovens disse que quer muito fazer o ensino médio no centro da cidade, até para ficar mais perto das possibilidades de estágio, mas sabe que sua mãe não consegue garantir a passagem do ônibus e o *Cartão Tri Vou a Escola*⁴¹ é de até duas passagens por dia, o que impossibilitaria de estagiar de qualquer forma. Outra jovem, também menina, disse que tem a mesma vontade, mas precisa fazer o ensino médio na mesma escola onde os irmãos menores estudam, porque assim consegue levar e voltar com eles da escola para a casa até a hora de ir para a ACM.

Encaminhando para o final desse encontro, falamos sobre os espaços que temos na região da Cruzeiro, como as escolas de ensino médio da região. Os jovens que estudam na região afirmam gostar da escola, mas encontram dificuldades de conseguir um estágio porque a região não é próxima do centro da cidade, onde se tem mais vagas para estágios. Também, alguns jovens assinalam que muitos contratantes têm preconceito com a região e os “escanteiam” nos processos seletivos quando sabem que esses jovens moram e estudam na região da Cruzeiro, devido o estigma dado aos moradores dessa comunidade.

A quinta oficina (Quadro 21) teve como temática Políticas de ações afirmativas e cotas raciais na EPT, em particular, no âmbito da educação e do mundo do trabalho. No cenário atual, as cotas raciais têm sido adotadas em diferentes situações, tais como concursos públicos, processos seletivos para ingresso na educação básica, educação profissional e tecnológica, ensino superior e até mesmo na composição de bancadas de partidos políticos. Objetivamos nesta oficina que os jovens conheçam o funcionamento das cotas raciais, ações afirmativas e seus objetivos para que possam ampliar os conhecimentos e acessarem tais políticas voltadas à promoção da equidade e combate ao racismo estrutural.

QUADRO 21 - OFICINA 5 - Políticas de Ações Afirmativas e Cotas Raciais na EPT

⁴¹ Cartão Tri Vou a Escola é um benefício de gratuidade de passagem escolar para alunos de baixa renda, estudantes de escolas públicas - <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/cartao-tri-vou-escola> - acesso em 13\10\22

<p>Temática (s): Políticas de ações afirmativas: ampliando os conhecimentos sobre cotas raciais como estratégia para a promoção da equidade no contexto da educação escolar brasileira</p>	
<p>Tempo estimado de duração: 2 horas</p>	
<p>Público a que se destina: Jovens estudantes</p>	
<p>Objetivo (s)</p>	<p>Possibilitar aos/as jovens a ampliação de conhecimentos sobre as ações afirmativas e suas relações com a educação e mundo do trabalho a fim de subsidiá-los para que tenham acesso às políticas públicas vigentes no âmbito da educação escolar brasileira.</p>
<p>Conteúdos propostos</p>	<p>Política de cotas e ações afirmativas: conceito e critérios no âmbito da educação e no trabalho. Políticas de ações afirmativas: cotas raciais como estratégia para a promoção da equidade no contexto da educação escolar brasileira.</p>
<p>Estratégias Metodológicas</p>	<p>1º Momento: Com os jovens em círculo, apresente o que são as cotas raciais, a história e importância das ações afirmativas. Você, educador, pode utilizar as informações do slide acima ou comentar com os jovens sobre.</p> <p>2º Momento: Apresentação da música "Cota não é esmola", da Bia Ferreira, disponível no Youtube.</p> <p>3º Momento: Com os jovens organizados em grupos de até 5, pedir que os mesmos retirem excertos da música e analisem em seus grupos.</p> <p>4º Momento: Retomada do grande círculo para os jovens socializarem as impressões dos grupos menores, a partir da apresentação sobre as cotas e dos excertos da música.</p> <p>Sugestões de perguntas para a etapa 4, na retomada do círculo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O que são cotas raciais? ● O que entendemos por ações afirmativas? ● Como as cotas raciais se aplicam no acesso à cursos técnicos e ao ensino superior? ● O que são cotas de escola pública e como se aplicam?

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i> .
Referências	<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.</p> <p>VAZ, Lívia Sant’Anna. Cotas Raciais (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2022.</p> <p>Vídeo disponível no Youtube: O racismo é perigoso. Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=KZG Nu4NcWLS</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Iniciei a atividade perguntando se os alunos conheciam ou ao menos tinham ouvido falar do que são cotas. Para a minha surpresa, poucos disseram saber o que é ou como funciona, o único jovem que tomou a frente para falar disse “é tipo ganhar uma bolsa para estudar, né?”. Antes de responder, principalmente antes de entrarmos na discussão das cotas raciais e das ações afirmativas, assistimos ao vídeo da música “cota não é esmola”, da Bia Ferreira, disponível, de forma pública e gratuita, no canal do Youtube⁴². Trago aqui um excerto da música que mais chamou a atenção dos jovens logo após o vídeo:

*“Cansada de esmolas e sem “dim” da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o racismo”*

Trecho da Música “Cota não é esmola”.

O vídeo mobilizou a atenção dos jovens que, ao final do mesmo, aplaudiram bastante. Uma das jovens, negra, disse que enxergou sua mãe no vídeo no verso em que a música fala “ela acorda e limpa apartamentos na cidade”. No livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, bell hooks (2013), traz um capítulo inteiro falando sobre essencialismo e experiência, denunciando uma

⁴² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM> Acesso em out.2022.

espécie de hierarquização do debate das pautas sociais em sala de aula, onde grupos marginalizados, a exemplo aqui dos jovens negros, são tolidos no seu conhecimento e no compartilhar de ideias, por dominarem a discussão usando a “autoridade da experiência”, sem levar em consideração de que esses, sim, são grupos sistematicamente oprimidos e explorados em nossa sociedade.

Quero mobilizar aqui para uma série de contribuições que os jovens trouxeram, a partir do vídeo, pautadas em suas experiências pessoais ou na experiência de familiares. Acredito aqui que a “autoridade da experiência” citada por bell hooks se organiza em uma outra dinâmica, uma vez que a maioria dos jovens que participam das oficinas são negros e todos são moradores da mesma comunidade. Ainda, para hooks, sobre o essencialismo:

Quando esses grupos empregam o essencialismo como meio de dominação em contextos institucionais, eles estão, em geral, imitando os paradigmas de afirmação da subjetividade que fazem parte do mecanismo de controle nas estruturas de dominação. É fato que muitos alunos brancos, homens, trouxeram à minha sala de aula uma insistência na autoridade da experiência, que lhes permite sentir que vale a pena ouvir tudo o que eles têm a dizer, ou mesmo que suas ideias e sua experiência devem ser o foco central da sala de aula. A política de raça e do sexo no patriarcado da supremacia branca lhes dá essa “autoridade” sem que eles tenham de dar nome ao desejo que têm dela (hooks, 2013, p. 111).

Um dos jovens, Marcos, trouxe algo muito importante para a discussão quando relatou do receio de frequentar outros lugares, ainda que para estudar, longe da região da Cruzeiro, “aqui na vila, pelo menos, todo mundo conhece a gente, a gente sabe para onde ir ou em qual rua entrar se der alguma coisa. Se eu estudar no centro (faculdade), vou ter que ficar me cuidando o tempo todo.” Os jovens todos têm um apreço muito forte à comunidade, a segurança e pertencimento que sentem na região e compartilham, em maioria, dos mesmos receios ao frequentarem outros bairros, principalmente os bairros da região central da cidade, que é onde se concentram boa parte das instituições de ensino técnico e superior.

Ao refletir a partir da fala do jovem Marcos, reporto-me aos estudos de bell hooks (2013) que ao falar da autoridade da experiência, indicando aos jovens que falaremos na próxima oficina sobre o ensino médio, trabalho e possibilidades de acesso ao ensino técnico e superior através de políticas públicas destinadas para pessoas oriundas da escola pública. Compartilhei, inclusive, com os jovens a minha

trajetória estudantil e profissional enquanto homem negro, mestrando em uma instituição federal, no centro da cidade de Porto Alegre, na condição de cotista de pós graduação, fazendo uso de uma política de ações afirmativas do IFRS. Com isso, voltamos aqui a discutir que a cota não é uma esmola, como vemos em discursos mais conservadores, que ignoram os aspectos sociais. Cotas raciais são uma das diversas políticas de redução das desigualdades para pessoas pobres e negras. Inclusive, as universidades e outras instituições utilizam a expressão “ações afirmativas” para potencializar esse processo, positivando essa política.

Seguindo a atividade, começamos uma conversa sobre a história das cotas no Brasil e o que são as ações afirmativas. No entanto, a discussão após a exibição do vídeo tomou mais tempo do que o previsto, enriquecendo o momento, mas deixando pouco tempo para seguirmos a discussão. Trouxemos para os jovens a definição de cotas raciais da jurista Lívia Sant’Anna Vaz, em seu livro “Cotas Raciais” (2022), ao expressar que as ações afirmativas são um mecanismo essencial à justiça, ao trabalharem para uma igualdade através de ações de equidade.

As cotas raciais são uma espécie do gênero de ações afirmativas. Estas, por sua vez, são políticas dirigidas à correção de desigualdades estruturais, por meio de medidas tendentes a promover a igualdade de oportunidades para membros de grupos sociais vulnerabilizados. Para esse fim, são consideradas características essenciais e geralmente imutáveis dos indivíduos como raça, etnia, origem, gênero, idade, deficiência (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), dentre outros (VAZ, 2022, p.13).

Fizemos, então, a leitura da explicação do ex-ministro Joaquim Barbosa Gomes, em 2001, do que são as ações afirmativas⁴³, disponível no site da JusBrasil:

“As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade”.(GOMES, 2001, p.1).

⁴³ Disponível em

[www.https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/3101168/ministro-joaquim-barbosa-afirma-que-aco-es-afirmativas-co-ncretizam-principio-constitucional-da-igualdade](https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/3101168/ministro-joaquim-barbosa-afirma-que-aco-es-afirmativas-co-ncretizam-principio-constitucional-da-igualdade) - acessado em 11/10/2022

Voltamos a comentar a dualidade estrutural na educação e o racismo estrutural na educação e mundo do trabalho. Relacionando que são essas estruturas de poder que marginalizam pessoas pobres e, de forma mais estrita, jovens negros. Diante disso, um discurso de oportunidades iguais pode ser muito perigoso, uma vez que não basta estender as oportunidades aos jovens negros (ações de igualdade), é preciso pensar estratégias de enfrentamento aos preconceitos estruturais que são sistemáticos e atingem não apenas a condição financeira desses jovens e suas famílias, mas a sua autoestima é abalada e comprometida pelo racismo. Por isso, as ações afirmativas (ações de equidade para então chegarmos a uma igualdade), são políticas importantes e essenciais à manutenção da justiça desses adolescentes e jovens tolhidos de oportunidades.

Ainda, as cotas raciais, enquanto políticas de redução das desigualdades, não dão conta de todo o problema e impacto causados pelo racismo e as atrocidades cometidas ao povo negro ao longo da história desse país. Apesar do grande debate em torno das cotas raciais, inclusive em 2022, onde se discutia os 10 anos da lei de cotas e a manutenção dessa política. Segundo a lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), em seu primeiro artigo:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita (p.1).

Portanto, a lei de cotas para acesso ao ensino superior, ampliada mais tarde para acesso também aos cursos técnicos de instituições federais, não é um simples presente dado às pessoas negras, uma vez que os critérios de acesso são bastante elaborados, planejados, de acesso público e definidos, onde a reserva de vagas é de 50% para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública, de forma geral. É dentro desse percentual de 50% que os jovens negros concorrem também às vagas. Isto encerra o que temos visto nos discursos conservadores que desqualificam essa política ao dizer que “pessoas negras estão tomando vagas de pessoas brancas”. Ora, inclusive, isso gera uma outra discussão que se relaciona

com o racismo e a dualidade estrutural, uma vez que se discursa que essas vagas são roubadas, é porque o imaginário social não assume pessoas negras em institutos federais, em universidades públicas, em posições de poder, etc.

Voltamos ao círculo para fecharmos a oficina, concluindo que ações afirmativas são políticas ou ações que visam combater e/ou diminuir desigualdades estruturais, históricas, ainda presentes em nossa sociedade.

Na sexta oficina seguimos abordando a temática das ações afirmativas, em especial, abordando algumas políticas desenvolvidas para o ingresso e permanência dos jovens pobres, sobretudo dos jovens negros, em cursos técnicos e superiores, em especial, ofertados de forma pública e gratuita pela rede federal de EPT.

QUADRO 22 - OFICINA 6: Juventudes negras e cotas raciais: atuais políticas públicas de acesso à educação profissional e tecnológica

Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Possibilitar os/as jovens a compreensão das formas de ingresso na EPT e no ensino superior mediante a análise das políticas de ações afirmativas vigentes bem como ampliando os conhecimentos acerca da rede federal, tendo como referência o mapeamento das oportunidades oferecidas pelo IFRS- Campus Porto Alegre.
Conteúdos propostos	Estrutura e funcionamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI); Estrutura e funcionamento da rede federal de EPT, em especial, enfocando as oportunidades e formas de ingresso, em particular, a partir do estudo do IFRS.
Estratégias Metodológicas	1º Momento: Organização dos jovens em grupos de até 5 participantes. 2º Momento: Separação dos itens a serem pesquisados pelos grupos, a exemplo: Grupo 1:

	<ul style="list-style-type: none"> • O que é e como funcionam: ENEM, SISU, PROUNI, FIES. <p>Grupo 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que é ensino médio integrado? • O que são os Institutos Federais? Tem algum na minha cidade? • Como funciona o ingresso para cursos técnicos e superiores nos IFs? <p>Grupo 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais as universidades públicas que temos em nossa cidade? • Como funcionam as ações afirmativas para o ingresso nessas instituições? <p>3º Momento: Retomada dos grupos para o círculo, para socializarem com os demais as informações obtidas.</p>
Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i> .
Referências	<p>VAZ, Lívia Sant’Anna. Cotas Raciais (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2022.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal_nº_12711.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Enquanto pesquisador e educador do contexto pesquisado, a condição juvenil, apontada na pergunta “quem pode ser jovem?”, feita em nossa segunda

oficina, permaneceu durante todo esse estudo provocando inquietações. Sabemos que nas juventudes, principalmente as juventudes pobres e negras, as políticas públicas direcionadas a essa população trazem em seus objetivos, ainda que de forma bastante subjetiva, uma preparação restrita a mera inserção no mercado de trabalho e para a vida adulta, tendo em vista as vulnerabilidades acentuadas dessa comunidade, muitas vezes ignorando a formação omnilateral, humana e integral da qual temos falado. Contudo, entendo que a urgência de políticas pautadas numa formação emancipatória das juventudes, possibilitando o exercício da cidadania mediante o acesso a direitos fundamentais, tais como educação e trabalho, entre outros, é uma necessidade que urge.

No cenário pesquisado, as políticas públicas de acesso ao ensino técnico ou superior significam, para muitos jovens e suas famílias, uma das poucas chances de mudar a sua realidade. Na última oficina, falamos da Lei 12711\12 (BRASIL 2012), conhecida popularmente como a Lei de Cotas, que completou dez anos desde a sua implementação em 2022. Uma matéria no site da UFG⁴⁴, Universidade Federal de Goiás, destaca que apesar das cotas não resolverem todo o problema em torno do racismo, se temos hoje uma universidade mais diversa e plural é porque temos essa política que deu certo.

Para a realização da oficina, o espaço utilizado foi a sala de informática da instituição, os jovens se organizaram em três pequenos grupos e receberam as seguintes tarefas de pesquisa:

- Grupo 1: o que é e como funcionam o ENEM, SISU, PROUNI e FIES;
- Grupo 2: o que é o ensino médio integrado? O que são os Institutos Federais? Tem algum na minha cidade?;
- Grupo 3: quais as universidades públicas que temos em nossa cidade? Como funcionam as ações afirmativas para o ingresso nessas instituições?

Foram disponibilizados os links oficiais dos sites das instituições e programas, sobretudo, para os jovens não acabarem caindo em *spans* ou *clickbaits* (sites enganosos, propagandas enganosas, publicidades enganosas que tem o objetivo de gerar engajamento e vender produtos ou serviços).

⁴⁴ Avanços nas Ações Afirmativas com a Lei de Cotas: disponível em <https://jornal.ufg.br/n/155775-avancos-nas-acoes-afirmativas-com-a-lei-de-cotas> - acesso em 14\10\22

Para a socialização da atividade, retomamos o círculo, onde o primeiro grupo começou socializando com os demais sobre o funcionamento do ENEM, que é o Exame Nacional do Ensino Médio, cujo o objetivo é avaliar o desempenho do aluno ao término dos estudos, também o ENEM serve como um critério de seleção para os alunos concorrerem a bolsas do ProUni, que é o Programa Universidade para Todos, para ingressarem com bolsas parciais ou integrais em cursos superiores de instituições privadas.

Apesar da ampla divulgação desses programas, os jovens desconheciam o seu funcionamento, indicando que acham o processo bastante burocrático e demorado, e que se preparar um ano inteiro ou mais para uma prova compromete, inclusive, a possibilidade de focar em conseguir logo um emprego.

Falar de ensino médio, principalmente de ensino médio integrado à educação profissional, a exemplo dos cursos técnicos integrados, rendeu uma maior discussão. Ainda que tenhamos um número maior de possibilidades de acesso ao ensino superior, especialmente, se comparado aos anos que antecedem a criação dos Institutos Federais, Lei de Cotas, programas como o ProUni, Fies e outros, boa parte dos jovens da comunidade, em geral, tendem a evadir da escola nesse período de ensino médio.

Unindo essa discussão à pesquisa do terceiro grupo, falamos de quais são as instituições públicas de cursos técnicos e superiores em Porto Alegre e as ações afirmativas para ingresso nesses lugares.

O IFRS, nos câmpus Porto Alegre e Restinga (zona sul de Porto Alegre), oferece diversos cursos técnico integrado ao ensino médio, concomitantes e subsequentes, além de cursos FIC, de formação livre e intermediária em várias áreas do conhecimento. Os jovens apresentaram, retirado do site do IFRS, as cotas destinadas a alunos de escola pública, conforme o Anexo III do edital de 2022⁴⁵, onde consta:

EDITAL IFRS/2022 - INGRESSO DISCENTE

[...]

1.1 Pelas determinações da Lei 12.711, de 29/08/2012, Lei 13.184, de 04/11/2015, Lei 13.409, de 28/12/2016, Decreto 7.824 de 11/10/2012, Decreto nº 9.034 de 20/04/2017, Portaria Normativa nº

⁴⁵<https://ingresso.ifrs.edu.br/2022/wp-content/uploads/sites/27/2021/09/ANEXO-II-SISTEMA-DE-RESERVA-DE-VAGAS-2.pdf> < acesso em 20/01/2023 >

18 de 11/10/2012 do Ministério da Educação, Portaria Normativa nº 9 de 05/05/2017 do Ministério da Educação, Resolução nº 061/2013 do Conselho Superior do IFRS, Resolução nº 022/2014 do Conselho Superior do IFRS e Resolução nº 046/2018, que altera a Resolução nº 053/2017 do Conselho Superior do IFRS que regulamentam as normas para o Processo Seletivo dos Cursos de Nível Técnico, a ocupação das vagas será através das disposições contidas neste Anexo.

1.2 Para fins deste Edital, entende-se por egressa/egresso de escola pública, a/o candidata/candidato que cursou integralmente, a totalidade do Ensino Fundamental em instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público. I. Será considerada/considerado egressa/egresso de escola pública a/o candidata/candidato Refugiada/Refugiado ou Solicitante de Refúgio.

1.3 Do total das vagas oferecidas em cada curso e turno, serão reservadas, no mínimo, 80% (oitenta por cento) para candidatas/candidatos egressas/egressos de escola pública. I. Do total das vagas reservadas, conforme estabelecido no item

1.3 deste anexo, a metade, 50% (cinquenta por cento), será reservada às/aos candidatas/candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo por pessoa, que equivale a R\$1.650,00 (IFRS, 2022).

Voltamos a discutir a importância das ações afirmativas, principalmente das cotas raciais, mas direcionando a discussão para o ensino médio com o técnico integrado e tomando por exemplo uma instituição, o IFRS, que tem essa prerrogativa em seu funcionamento. Da importância das ações afirmativas no ensino médio integrado, mais amplamente, no contexto educacional do IFRS, Lousada (2015) traz a seguinte reflexão:

Desse modo, as ações afirmativas no contexto educacional seriam estratégias de enfrentamento à injustiça escolar a fim de que a escola seja menos injusta possível, para que os atores sociais nela inseridos decidam e avaliem com a equidade viável, sustentados por uma ética que considera os mais frágeis, em prol da construção de uma escola unitária – com acesso a conhecimento pertinente para todos –, para além da lógica de exclusão e competitividade entre as performances individuais (LOUSADA, 2015, p.25).

Ainda, mantendo a discussão nas ações afirmativas e cotas raciais, falamos da verticalização do ensino, a exemplo dos cursos de formação intermediária que podem ser feitos antes ou depois de um curso técnico, e até mesmo da continuidade de estudos na mesma instituição. Dando por exemplo um jovem que cursa o ensino médio integrado ao técnico de informática no campus Restinga, e que esse jovem pode dar continuidade nos estudos, através de novo processo seletivo, nos cursos superiores de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas para a Internet, Eletrônica Industrial e outros.

Ao final da atividade, ainda em círculo, fizemos a reflexão de que as ações afirmativas, principalmente as cotas raciais, podem ser consideradas uma estratégia

de combate às desigualdades sociais e, mais estritamente, as cotas raciais podem ser consideradas como uma estratégia que minimiza os impactos do racismo estrutural na vida dos jovens negros.

Os jovens dessa comunidade falam bastante sobre a necessidade de ter um emprego, de se tornarem independentes e entrarem na vida adulta, numa busca incansável de fuga da realidade da comunidade à mesma medida em que percebem o quanto a experiência da comunidade contribui na formação deles e na forma com que percebem as desigualdades presentes no mundo.

A ideia de trabalho que os jovens citam com frequência destoa de uma formação para o trabalho que seja humana e integral, omnilateral, muitas vezes caindo empregos sem vínculo formal e/ou que comprometem sua trajetória escolar, pressionados pela necessidade de renda e de “adentrarem” numa vida adulta, sendo afastados da condição juvenil.

O último encontro consistiu numa avaliação das atividades e na retomada da pergunta do problema de pesquisa desse trabalho, buscando ouvir dos jovens quais as estratégias de ensino, após participarem das oficinas de letramento racial, que os mesmos indicam para a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional (ver quadro 23).

Quadro 23: Oficina 7: Por uma educação antirracista: avaliação dos conhecimentos compartilhados pelos/as jovens participantes da pesquisa.

Temática: Por uma educação antirracista: avaliação dos conhecimentos compartilhados pelos/as jovens participantes da pesquisa.	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Sistematizar os conhecimentos produzidos sobre racismo estrutural e suas manifestações no contexto da educação e do mundo do trabalho apontando subsídios para a reflexão e adoção de estratégias individuais e coletivas que promovam e consolidem políticas de ações afirmativas que promovam práticas educativas antirracistas.

Conteúdos propostos	Avaliação individual e coletiva das ações desenvolvidas durante as oficinas.
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Com os jovens organizados no círculo da cultura, passar as orientações de como será a atividade de avaliação;</p> <p>2º Momento: Agora, com os jovens divididos em grupos de 4 ou 5 participantes, pedir que eles revisitem as oficinas anteriores, tomando nota dos pontos positivos, relevância, crítica e sugestões de melhorias para cada uma das oficinas;</p> <p>3º Momento: Os jovens devem colocar as informações em um cartaz ou outro documento que permita socializar com o grande grupo essa avaliação das oficinas;</p> <p>4º Momento: Retomada do círculo da cultura e socialização da avaliação para todo o grande grupo.</p>
Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do <i>Power Point</i> .
Referências	<p>BERTH, Joice. Empoderamento (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo da Cultura. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). Dicionário Paulo Freire, Editora Autêntica, São Paulo, 2010.</p> <p>MEDRADO, Benedito; MENEGON, Vera; SPINK, Mary Jane. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Revista Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Para o processo de avaliação, usamos outra vez o círculo da cultura de Paulo Freire, mas pedimos que os jovens se organizassem em pequenos grupos de quatro participantes, para que pudessem comentar das atividades, coisas que

gostaram ou não, sugestões de outras atividades ou assuntos que faltaram. Para isso, demos o tempo de 30 minutos. Retomamos o círculo pedindo para os jovens socializarem com o grande grupo suas impressões e avaliação das oficinas. Apesar da primeira parte da avaliação consistir nesse momento de reflexão em pequenos grupos, coletamos as impressões individuais de cada jovem sobre as oficinas. As falas dos/as jovens nos reportam a leitura de Brandão (2010), segundo o qual, no círculo da cultura “o diálogo deixa de ser uma simples metodologia ou técnica de ação grupal e passa a ser a própria diretriz de uma experiência centrada no suposto de que aprender é aprender a “dizer sua palavra”. Tal postura implica compreender que

Cada pessoa é uma fonte original e única de uma forma própria de saber, e qualquer que seja a qualidade desse saber, ele possui um valor em si por representar a representação de uma experiência individual de vida e de partilha na vida social. (BRANDÃO, 2010, p. 134)

Uma das jovens, a Pérola, disse que as atividades a fizeram pensar sua juventude e uma vida adulta que está para chegar, que fez perceber que os problemas no mundo do trabalho estão além da dificuldade de acessar um bom emprego ou uma formação que garanta uma melhor posição no mercado, uma vez que o racismo estrutural também é um entrave que vai barrá-la de diversas oportunidades, mas que saber disso desde cedo é bom, porque faz perceber que o problema não está com ela, que é um problema que não tem relação com as suas competências, portanto assegura sua autoestima. Essa jovem, ainda, sugeriu que uma das oficinas, pelo menos, deveria falar da mulher negra e o mundo do trabalho, porque acredita que a mulher negra é a mais prejudicada no trabalho, na vida adulta, na conciliação entre estudos, afazeres domésticos e cuidados da casa. Fiz com os jovens uma relação do que Djamila Ribeiro, no livro “Lugar de Fala” (2019), fala sobre essa importante intersecção de raça e gênero:

Ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação: “mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil”, quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está incorreta? Logicamente não, mas do ponto de vista ético, sim. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. (RIBEIRO, 2019, p. 39).

No contexto pesquisado, a maioria dos/as jovens são oriundos/as de famílias pobres e, a partir da escuta dos/as mesmos/as, destaco a necessidade de

ampliarmos tal diálogo abordando outras intersecções que atravessam as juventudes no contexto pesquisado, tais como gênero e sexualidade.

Uma outra sugestão, dada pelo jovem Gustavo, foi de as oficinas serem divididas em dois encontros, um primeiro para a apresentação da atividade e início da mesma, e um segundo encontro onde os jovens, com mais tempo para pensar a discussão da atividade, poderiam expor melhor suas percepções.

Encerramos com a pergunta central dessa pesquisa, apresentada na oficina 1 para os jovens, quando falamos dos objetivos dessas oficinas: “Que estratégias de ensino podem ser adotadas visando a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional e mundo do trabalho?”.

Um dos grupos, representado pela jovem Manuela, disse que no campo da educação a questão racial não pode ficar reduzida ao mês da consciência negra, muito menos ser uma discussão de apenas um ou dois professores, mas, sim, uma discussão que deve se fazer presente em todo o espaço e toda a equipe de trabalho. Agora, no mundo do trabalho, é importante que as empresas e empregadores também percebam que o racismo é um processo estrutural e, nas palavras da jovem, “isso pode ajudar os RHs (Recursos Humanos) a avaliarem as competências reais, sem preconceitos mesmo”. Luís, do mesmo grupo, ainda disse que “as empresas têm discursos muito bonitos, mas na prática é zero.”

O segundo e terceiro grupo seguiram a mesma linha em suas falas, ressaltando que no campo da educação, sobretudo na educação profissional, é importante que essa discussão seja fomentada por toda a equipe pedagógica, não apenas por alguns educadores. É preciso também que toda a equipe tenha entendimento do racismo em sua perspectiva estrutural, para não reduzirem as situações de racismo à uma simples implicância que basta ser ignorada para que deixe de acontecer. Meinerz (2017) ao analisar a aplicação das leis 10639/03 (BRASIL, 2003) e 11645/08 (BRASIL, 2008) na educação básica diz que

Em geral, são os profissionais negros ou com algum afeto à causa da diversidade étnico-racial que assumem mais continuamente o estudo dessas temáticas com jovens e crianças do ensino fundamental e médio (MEINERZ, p. 68, 2017).

Apesar da sensibilidade que o tema do racismo causa em educadores negros, é preciso que educadores e outros profissionais não negros também se atentem a

essa discussão, percebendo o impacto do racismo na vida escolar e na formação profissional dos adolescentes e jovens.

No campo do mundo do trabalho, os grupos ainda reforçaram que as empresas e outras organizações não percebem o racismo como uma prática estrutural, reduzindo-o sempre à uma prática individual quando acontece algum episódio de racismo nas mesmas, e isso não permite um avanço, porque fortalece uma ideia de discursos antirracistas que não se tornam práticas, muito menos políticas. Para isso, Bento (2022), traz a seguinte pergunta: “quando e como um discurso contra o racismo se torna verdadeiramente uma prática antirracista?”, refletindo sobre as empresas e organizações que adotam discursos, principalmente no mês de novembro (mês da consciência negra) ou quando são denunciadas por algum episódio de racismo em seu ambiente de trabalho. Ainda, para Bento:

As organizações constroem narrativas sobre si próprias sem considerar a pluralidade da população com a qual se relacionam, que utiliza seus serviços e que consome seus produtos. Muitas dizem prezar a diversidade e a equidade, inclusive colocando esses objetivos como parte de seus valores, de sua missão e do seu código de conduta. mas como essa diversidade e essa equidade se aplicam se a maioria de suas lideranças e de seu quadro de funcionários é composta quase exclusivamente de pessoas brancas? (BENTO, 2022, p. 17).

Os jovens avaliaram positivamente as oficinas e as atividades propostas, indicando sua relevância. Fica ainda evidente, para os jovens desse contexto, que as estratégias de ensino para uma educação antirracista, algo que objetivamos com esse trabalho, devem ser estratégias de práticas de ensino, estratégias que não se apoiem apenas nos discursos, mas que corroborem para a criação de práticas antirracistas nos ambientes da educação profissional e do mundo do trabalho, estratégias que corroborem na criação de políticas efetivas para as juventudes negras e sua inserção no mundo do trabalho, sem abrir mão de uma formação humana e integral na educação, e sem comprometer a sua escolarização.

Caminhando para o encerramento desse momento de avaliação, os jovens Ricardo, Gustavo e Wagner, lembraram do grave incidente envolvendo um supermercado em Porto Alegre, quando um homem negro foi retirado de dentro do mercado de forma truculenta pela equipe de segurança, sendo espancado - e filmado - até o momento de sua morte. Os jovens trouxeram esse evento atentando que esse supermercado, assim como diversas outras empresas, emitiu notas

colocando na equipe daquele mercado a responsabilidade pelo crime, eximindo a grande corporação dessa responsabilidade, colocando outra vez o racismo dentro do campo individual. Ainda, para esses jovens, essa empresa só passou a se dedicar para a promoção de práticas antirracistas⁴⁶ após esse incidente, reforçando que é preciso pressionar o governo para que essas práticas, antes de tudo, sejam políticas públicas.

Para os jovens, as estratégias de ensino para uma educação antirracista precisam transitar, sobretudo no contexto da educação profissional, para o campo das práticas educativas, possibilitando uma inserção real dessa discussão nos currículos e nas agendas das políticas públicas de educação, incidindo, inclusive, no mundo do trabalho e, mais amplamente, na vida em sociedade.

⁴⁶ Disponível em:

<https://exame.com/bussola/carrefour-investira-r-144-mi-em-acoes-de-combate-ao-racismo-no-brasil/> - acessado em 15/11/2022

5 PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Apresentação do Produto Educacional

O Programa de Pós graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, é um mestrado profissional que está na Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e, portanto, necessita incidir na criação de um Produto Educacional associado à dissertação e a pesquisa realizada. Como alerta Leite (2018):

Segundo as regulamentações legais citadas, os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos. O trabalho final do curso deve incluir um relato fundamentado dessa experiência, do qual o produto educacional desenvolvido é parte integrante (LEITE, 2018, p.331).

A fim de subsidiar a elaboração do produto educacional busquei subsídios nos estudos realizados pelo pesquisador Kaplun (2003), o qual propõe a organização em 3 eixos, a saber: comunicacional, conceitual e pedagógico, articulados entre si. Vejamos uma breve descrição de cada um dos eixos propostos pelo autor:

QUADRO 23: Eixos de avaliação do PE

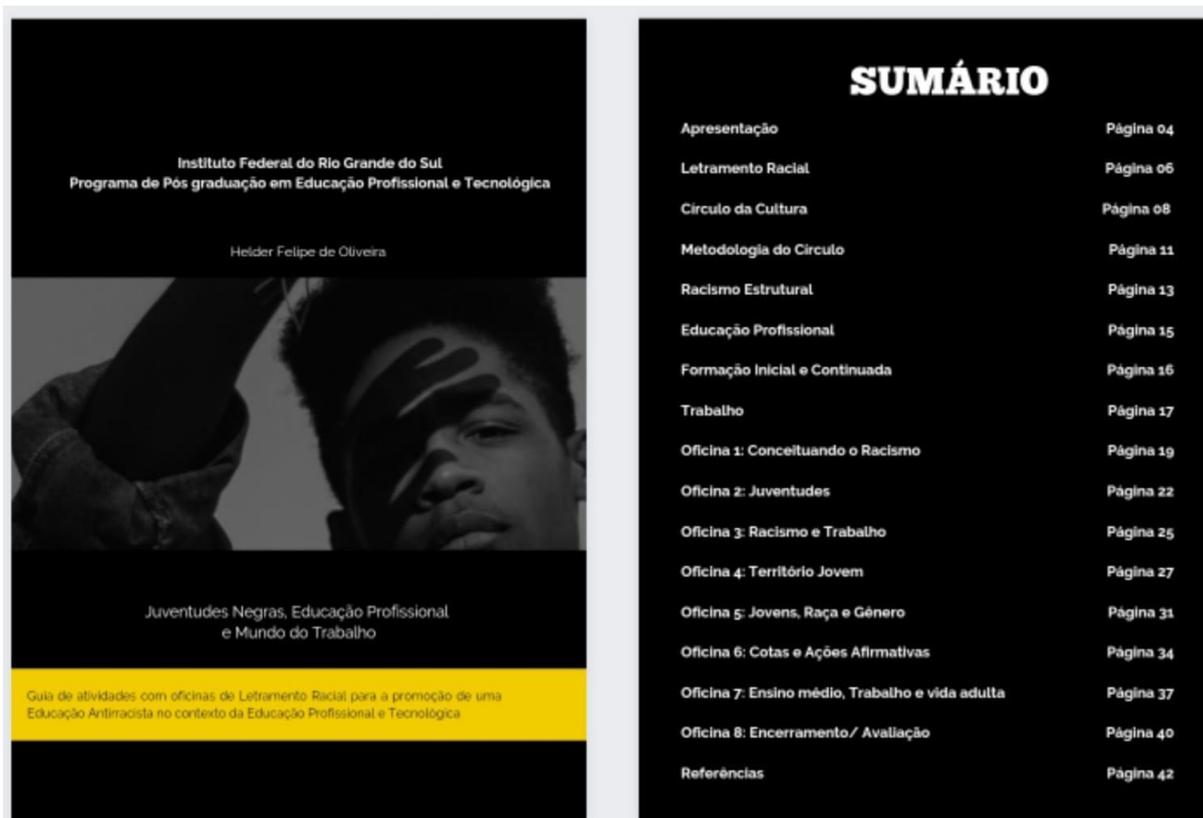
EIXO COMUNICACIONAL	Diz respeito ao formato, diagramação e linguagem empregada no material educativo. Esse eixo propõe que, pelo tipo de figura retórica ou poética, sejam criados modos concretos de relação com os destinatários.
EIXO CONCEITUAL	Contempla as ideias centrais abordadas pelo material, bem como o tema ou temas principais geradores de experiências de aprendizado.
EIXO PEDAGÓGICO	É o articulador principal de um material educativo. Ele expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, quais pessoas estamos convidando e onde se encontram essas pessoas antes de partirmos.

Fonte: Kaplun (2003)

Julgo pertinente destacar que o Produto Educacional (PE) resultou da pesquisa realizada, a qual incluiu a realização de oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional e do

mundo do trabalho, as quais foram sistematizadas mediante a elaboração de um Guia destinado a educadores/as que atuam em espaços formais e não formais da EPT com jovens. Abaixo apresento a capa e sumário do PE:

Figura 25: Capa e sumário do Produto Educacional



Fonte: Acervo do autor

O PE, que consiste em Guia de Atividades, foi criado a partir da realização das oficinas das quais os jovens participaram, na ACM Cruzeiro do Sul, durante essa pesquisa e tem como finalidade subsidiar professores, educadores e outros profissionais com interesse na educação profissional, principalmente para os profissionais atuantes no campo da diversidade étnico racial, no combate ao racismo, nos estudos das relações entre racismo e juventudes, racismo e mundo do trabalho, etc.

5. 2 Finalidade do Produto Educacional

Como finalidade, o produto tem o objetivo de introduzir a perspectiva do

racismo estrutural quando as atividades, sobretudo no contexto da educação profissional, abordam temas como o racismo. Acredito que a falta de conhecimento da perspectiva estrutural esvazia o potencial de discussão dos impactos do racismo nas juventudes, na educação e no mundo do trabalho.

A relativização do racismo é um problema, como visto nos relatos dos jovens durante as intervenções que fiz com as oficinas, por isso julguei relevante que o PE contasse com alguns pequenos textos introdutórios, que explicassem conceitos importantes para a efetivação dessas atividades muito antes de chegar na realização das oficinas. Então, antes do leitor chegar às oficinas, a orientação é de que ele se aproprie dos conceitos de racismo estrutural, educação profissional e cursos FIC, trabalho e outros, conforme exemplo da imagem abaixo:

Figura 26: Exemplo de indicação de materiais para estudo dos conceitos.

LETRAMENTO RACIAL

Quer saber mais sobre Letramento Racial?

Dicas de vídeos disponíveis gratuitamente no Youtube que poderão subsidiar o estudo sobre tal conceito.

Video: O que é Letramento Racial?
Acesse AQUI ou através do QR CODE abaixo:

Video: Letramento Racial, reconhecer e desconstruir o racismo
Acesse AQUI ou através do QR CODE abaixo:

PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher negra com cabelos compridos e blusa colorida. Ao fundo parede branca com estante de madeira e livros.

PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher negra com cabelos curtos e blusa colorida em tons de branco e azul. Ao fundo parede com luz escura.

Fonte: Produzido pelo autor

Na apresentação dos conceitos, busquei fazer uma explicação em textos curtos, indicando outras leituras e/ou vídeos, para não perder de vista a interatividade que objetivo com o PE.

5.3 Da aplicação do Produto Educacional

Ao sistematizar os dados da pesquisa no produto educacional busco compartilhar subsídios teóricos e metodológicos visando a abordagem e/ou aprimoramento das práticas de ensino desenvolvidas com jovens nos diversos níveis e modalidades da educação profissional. Em especial, abordando o racismo estrutural na formação de tais juventudes numa perspectiva que leva em consideração os aspectos históricos e sociais desse problema. Busco contribuir para a superação do discurso meritocrático que coloca sobre as juventudes, principalmente, jovens negros, aos/as quais é atribuída a responsabilidade do insucesso. Como resultado, espero que possamos adotar práticas de ensino voltadas ao empoderamento individual e coletiva de tais estudantes a partir da criação de espaços para o diálogo e construção de estratégias para o combate ao racismo.

Quanto à estrutura, o produto educacional está disponibilizado no formato de um livro digital, no qual o/a leitor/a poderá ter acesso ao conteúdo das oficinas e sugestões de materiais. O formato do texto é em arquivo PDF clicável, mas também conta com a opção *QR CODE* para acessar os conteúdos, conforme imagem abaixo:

Figura 27: Exemplo de imagens clicáveis e QR CODEs no Produto Educacional

OFICINA 3
RACISMO E TRABALHO

Desenvolvimento:

Dica 1: Recomendamos o vídeo abaixo para introduzir as atividades da Oficina 3, pois acreditamos que ele exemplifica os impactos do racismo no mundo do trabalho, contribuindo com essa atividade.

Video:
Como você enxerga o racismo: teste de imagem.

Para acessar clique [AQUI](#) ou utilize o QR CODE abaixo:

PraTodosVerem: Imagem de uma pessoa vestida com uma camisa branca de manga comprida, aparecendo somente os braços e segurando uma fotografia. Ao fundo uma parede branca. Na fotografia, há a imagem de um homem negro, vestindo chapéu e camisa de manga curta, segurando uma tesoura de poda que está sendo utilizada numa planta. Ao fundo há diversas plantas.

4

Temática: Territórios e espaços de sociabilidade juvenil.

Objetivo: Perceber o funcionamento e as dinâmicas territoriais das comunidades, principalmente na ocupação de espaços públicos e coletivos pelo público jovem.

Oficina 4: Territórios Juvenis.

Duração: 2h

Público alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

TERRITÓRIO JOVEM

As dinâmicas territoriais também exemplificam o que temos posto como racismo estrutural. Se olharmos com atenção para as grandes cidades, a exemplo de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, os bairros menos abastados e/ou distantes dos grandes centros, são majoritariamente ocupados por pessoas negras.

Infelizmente, existem grandes estigmas sobre as comunidades, e esses estigmas são reforçados pelas grandes mídias quando noticiam apenas os acontecimentos ruins dessas comunidades, como a disputa de territórios, tráfico de drogas, criminalidades, etc.

Existe muita coisa boa acontecendo nas comunidades, mas que infelizmente não tem notoriedade, à mesma medida em que muita coisa não tão legal acontece em bairros mais abastados, mas também não viram manchetes.

Fonte: Produzido pelo autor.

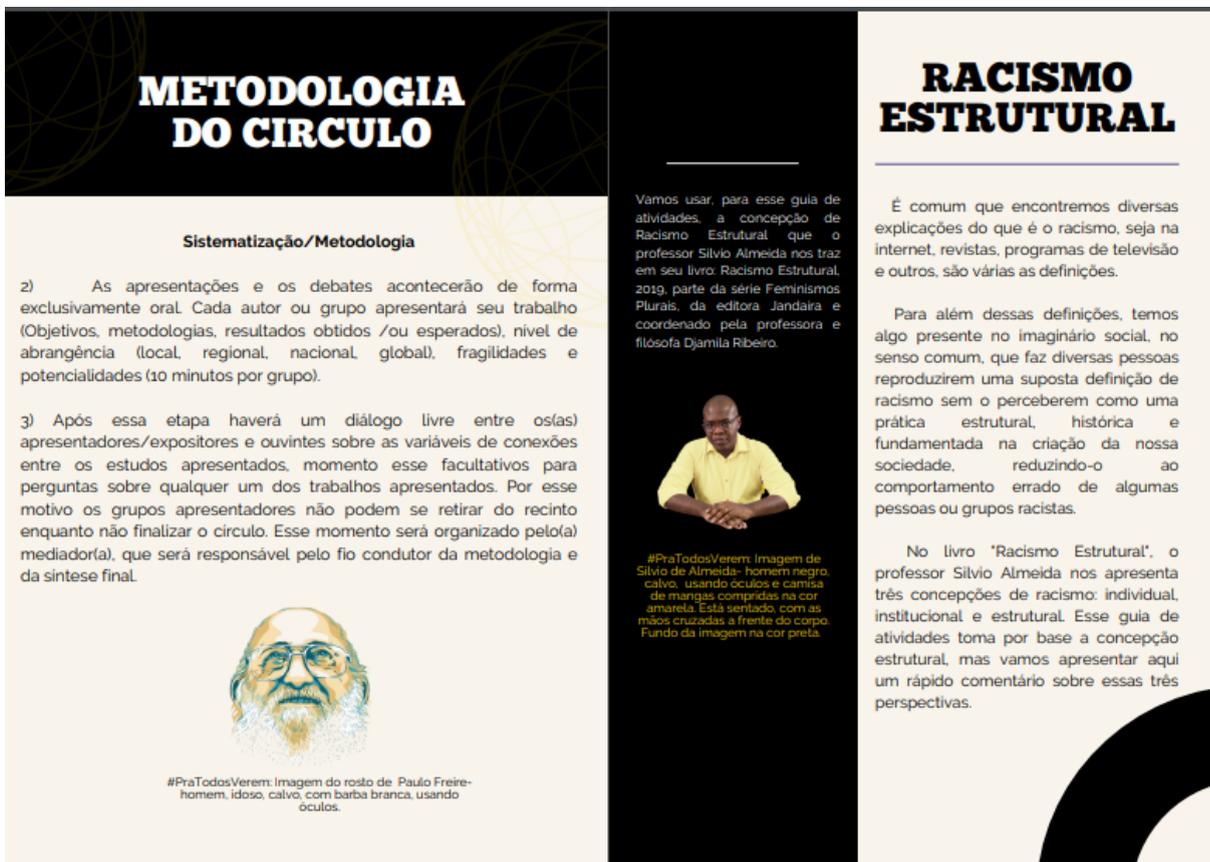
Conforme destaquei, o produto conta com dicas de materiais diversos, seja para a manutenção das oficinas ou até para que o leitor se aprofunde nos conceitos apresentados no material. Por isso, o formato de um PDF clicável é indicado, uma vez que dispõe de orientações de onde o leitor deve clicar caso queira acessar os vídeos indicados ou precise se aprofundar nos conceitos que compõem o material.

5.4 Da execução das Oficinas

Em sua organização metodológica, para a execução das oficinas, apoiei o PE no conceito de Letramento Racial, da socióloga Neide Almeida, e no Círculo da Cultura de Paulo Freire (Brandão, 2010). Ainda na parte introdutória do PE, coloquei a metodologia, passo a passo, do círculo da cultura, pois o funcionamento das

oficinas ocorre dentro dos preceitos do compartilhamento de ideias e dialogicidade do círculo, como vemos na imagem abaixo:

Figura 28: Imagem com a metodologia do círculo da cultura.



METODOLOGIA DO CIRCULO

Sistematização/Metodologia

2) As apresentações e os debates acontecerão de forma exclusivamente oral. Cada autor ou grupo apresentará seu trabalho (Objetivos, metodologias, resultados obtidos /ou esperados), nível de abrangência (local, regional, nacional, global), fragilidades e potencialidades (10 minutos por grupo).

3) Após essa etapa haverá um diálogo livre entre os(as) apresentadores/expositores e ouvintes sobre as variáveis de conexões entre os estudos apresentados, momento esse facultativos para perguntas sobre qualquer um dos trabalhos apresentados. Por esse motivo os grupos apresentadores não podem se retirar do recinto enquanto não finalizar o círculo. Esse momento será organizado pelo(a) mediador(a), que será responsável pelo fio condutor da metodologia e da síntese final.

RACISMO ESTRUTURAL

Vamos usar, para esse guia de atividades, a concepção de Racismo Estrutural que o professor Silvio Almeida nos traz em seu livro: Racismo Estrutural, 2019, parte da série Feminismos Plurais, da editora Jandaíra e coordenado pela professora e filósofa Djamila Ribeiro.

É comum que encontremos diversas explicações do que é o racismo, seja na internet, revistas, programas de televisão e outros, são várias as definições.

Para além dessas definições, temos algo presente no imaginário social, no senso comum, que faz diversas pessoas reproduzirem uma suposta definição de racismo sem o perceberem como uma prática estrutural, histórica e fundamentada na criação da nossa sociedade, reduzindo-o ao comportamento errado de algumas pessoas ou grupos racistas.

No livro 'Racismo Estrutural', o professor Silvio Almeida nos apresenta três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural. Esse guia de atividades toma por base a concepção estrutural, mas vamos apresentar aqui um rápido comentário sobre essas três perspectivas.

#PraTodosVerem: Imagem do rosto de Paulo Freire- homem, idoso, calvo, com barba branca, usando óculos.

#PraTodosVerem: Imagem de Silvio de Almeida- homem negro, calvo, usando óculos e camisa de mangas compridas na cor amarela. Está sentado com as mãos cruzadas à frente do corpo. Fundo da imagem na cor preta.

Fonte: Produzido pelo autor.

Para introduzir os conceitos de racismo estrutural, tomei por base os estudos de Almeida (2019), ainda Ribeiro (2018, 2019) e outros. Para falar de trabalho, em seu sentido ontológico, sustentei o conceito Saviani (2007) e ao falar da precarização das relações de trabalho nos dias de hoje, usei Antunes (2006, 2020).

As oficinas que compõem o Produto Educacional foram aplicadas na ACM Cruzeiro do Sul, num espaço não formal de educação profissional, no Projeto Trabalho Educativo, cujos jovens participantes foram voluntários/as dessa pesquisa. Após a elaboração do PE, ele foi enviado para educadores/as de outras duas unidades sociais da ACM-RS, uma localizada no bairro Restinga e a outra no bairro Morro Santana. Para o envio, foram escolhidos profissionais que também atuam com juventudes e educação profissional e/ou educação de jovens. No próximo capítulo abordo a avaliação deste produto.

6. AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação é uma parte importante do processo de aperfeiçoamento, críticas e sugestões de melhoria do Produto Educacional, principalmente em um programa de mestrado profissional, sobretudo nessa pesquisa, que incidiu no meu espaço de trabalho, incidindo na criação de um PE para a melhoria e aperfeiçoamento de práticas de ensino de professores que trabalham com a educação profissional para as juventudes. O produto surge a partir de um problema de pesquisa, mas toma forma a partir das oficinas e da escuta dos jovens, que tanto contribuíram para a melhoria desse material. Como o material criado é destinado a educadores, nesse momento de avaliação, Leite (2018) considera ser

(...) necessário assegurar que os produtos educacionais criados em mestrados profissionais na área de ensino, em especial os materiais textuais destinados a professores, sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público alvo a que se destinam; sejam elaborados a partir de metodologia que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e que sejam validados a partir de eixos e descritores específicos. (LEITE, 2018, p. 338)

Além dos eixos propostos por Kaplun (2003), a saber: comunicacional, conceitual e pedagógico, ao propor as questões de avaliação, busquei contemplar os seguintes critérios apresentados por Leite (2018), ambos citados anteriormente na descrição do produto educacional.

Partindo desse pressuposto de uma avaliação de modo coletivo, convidei educadores de outras unidades sociais da ACM-RS, atuantes na área da educação profissional e/ou das juventudes, localizadas no bairro Morro Santana (zona leste da cidade) e Restinga (extremo-sul da cidade). Foram convidados cinco profissionais, a partir de uma avaliação em formulário criado no *Google Forms*. Obtive cinco respostas dos cinco convites enviados para esse processo.

**Quadro 29 - Perfil dos participantes da avaliação
do Produto Educacional**

Gênero	Raça / Etnia	Idade	Formação
--------	--------------	-------	----------

			Acadêmica
Feminino	Negra	26 anos	Pedagoga
Masculino	Negro	39 anos	Educador Físico
Masculino	Negro	33 anos	Educador Físico
Feminino	Negra	31 anos	Historiadora
Feminino	Negra	42 anos	Pedagoga

Fonte: Elaborado pelo autor.

O formulário foi organizado em cinco partes, uma primeira onde os leitores são introduzidos ao convite para avaliar o PE e, de imediato, ao aceite do TCLE para dar seguimento ao processo de avaliação, uma segunda parte onde são convidados a falarem um pouco de si mesmos, compartilhando - à seu critério - informações de raça, gênero, idade, área de formação e atuação profissional, por fim, as outras três partes foram organizadas em três seções que dispõem de perguntas objetivas, consistindo na avaliação do PE:

Quadro 30: Questões propostas para a avaliação do PE

Seção 1	Questões relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do produto educacional
Seção 2	Questões referentes ao conteúdo do produto educacional
Seção 3	Questões referentes à relevância e impacto social do produto educacional.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos eixos acima, no decorrer do processo de elaboração e avaliação do produto educacional busquei contemplar as questões apresentadas por Leite (2018) e que contemplam cinco aspectos: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação.

Com base em tais premissas, na primeira seção, os respondentes foram questionados se o produto educacional apresenta uma introdução específica para o público ao qual se destina, se as formas e cores são atrativas para os leitores, se as letras utilizadas (fontes, tamanhos, cores e formato possibilitam a acessibilidade e se

o embasamento teórico tem relação com a forma escolhida para se comunicar com o leitor. Os participantes avaliaram que o material atende positivamente as questões da Seção 1.

Na segunda seção, referente ao conteúdo do produto educacional, foi perguntado se o texto é de fácil compreensão e se promove o respeito à diversidade (a exemplo das flexões de gênero), todos os respondentes indicaram que sim, que o material atende essas expectativas. No entanto, na segunda pergunta, onde questiono se o texto promove uma leitura dinâmica, com informações técnicas e indicações de outros materiais, um dos respondentes indica que o material atende parcialmente. Na seção de comentários, esse respondente indica que o tempo sugerido de 1h para a realização das oficinas é pouco, pois é preciso que os jovens tenham tempo de “assimilar” os conteúdos provocados com a discussão nas oficinas. A partir desse comentário, ajustei no material enviado o tempo de duração das oficinas, indicando 2h de duração como sugestão. Essa foi a média de tempo que utilizei para realizar as oficinas com os jovens, num cenário em que elas foram aplicadas em encontros semanais, para possibilitar essa escuta dos mesmos.

Na terceira seção, referente à relevância e impacto social do produto educacional, os respondentes foram questionados se o produto educacional tem potencial para contribuir para o debate sobre juventudes, educação profissional, mundo do trabalho e enfrentamento ao racismo estrutural, inspirando práticas de ensino voltadas à promoção de uma educação antirracista em espaços escolares e não escolares de educação profissional. Todos responderam que sim.

A avaliação do PE permitiu melhorias indicadas pelos respondentes do questionário, mas também fez que percebesse algumas retomadas necessárias para a introdução de conceitos neste material. Falamos dos conceitos de racismo estrutural, letramento racial, mundo do trabalho e outros, mas não abordamos o conceito de dualidade estrutural que é tão presente nos capítulos iniciais desta pesquisa. Na última pergunta, deixei um campo para os participantes apontarem críticas e sugestões de melhorias de forma escrita, contribuindo com um comentário. Nesse campo, tivemos quatro respondentes, de um total de cinco participantes:

Profissional 1: Amei as oficinas propostas para os jovens, além de serem interativas, apresenta os devidos suportes para as realizações das atividades. Me senti representada, mostrou o quanto podemos seremos capazes de chegar onde queremos, que apesar da nossa luta diária contra

o racismo, não podemos nos esconder e sim buscar o empoderamento constantemente. O conteúdo mostra que o aluno também pode ser o protagonista das suas ideias e pensamentos, onde auxilia e aprimora o conhecimento. Parabéns pelo belo trabalho e desejo do fundo do coração que seja publicado para o acesso de todos.

Profissional 2: É um trabalho muito bem escrito e muito bonito visualmente, gostei muito da indicação dos vídeos e materiais para eu melhorar o que sei sobre determinado assunto. Minha única sugestão é que as oficinas tenham um tempo maior de duração porque eu acho que em 1h a gurizada não tempo de digerir todas essa informação tão importante. Parabéns e sucesso!

Profissional 3: É um excelente material! Certamente vai contribuir muito para discutir o trabalho, o racismo, a educação, e a vida adulta com nossos estudantes. Sugiro que seja distribuído nos fóruns da comunidade.

Profissional 4: Trabalho de qualidade; baseado em realidades

Outra sugestão de melhoria partiu dos próprios jovens em nossa última oficina, quando trouxeram da necessidade de também falar de gênero quando falamos em racismo, uma vez que a dinâmica do racismo, ainda que em sua perspectiva estrutural, se dá de forma diferente para jovens mulheres negras e jovens homens negros. Nas oficinas, não raramente, essa discussão se somava às temáticas propostas em cada encontro. Com isso, entendo ser interessante uma oficina que abarque essas dinâmicas das questões de gênero em intersecção com a questão racial. Ampliei a segunda oficina, onde falamos da diversidade das juventudes, incluindo essa discussão.

Por fim, ressalto os/as participantes foram unânimes em avaliar de forma positiva o produto educacional, incluindo comentários que observam a importância e relevância do mesmo para a abordagem da temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este percurso de pesquisa retomo a questão inicial que deu origem ao problema: Que estratégias de ensino poderão ser adotadas visando a promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional? Ao longo das oficinas, percebi que essas estratégias de ensino que procurávamos transitam para o campo das práticas educativas.

Ainda, de acordo com o objetivo geral deste trabalho, busquei, na escuta desses jovens, perceber quais as melhores estratégias para aprimorar essas práticas de ensino. Os jovens, durante os nossos encontros, trouxeram que é preciso que os discursos contra o racismo no contexto da educação profissional e do mundo do trabalho precisam, efetivamente, se transformarem em práticas antirracistas. Do contrário, seguiremos reduzindo o racismo ao campo individualista, não dando conta do real problema.

Quando falo em práticas antirracistas, falo da ampliação desse debate, mas também da urgência de avançar além do discurso. Mais precisamente, precisamos de métricas tangíveis de práticas antirracistas na educação profissional, ainda mais nas escolas da rede pública e nas instituições sociais atuantes nas comunidades.

A exemplo de práticas antirracistas, o IFRS, assim como outros Institutos Federais, conta com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena, NEABI⁴⁷, um setor propositivo e consultivo que promove ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas às identidades e relações étnico-raciais, principalmente para as populações indígenas e afrodescendentes. No cenário atual da educação básica, sei que é muito presunçoso imaginar um setor ou núcleo atuando dentro das escolas, instituições sociais, ONGs, com esse escopo.

⁴⁷ O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, criado por portaria instituída em cada campus, é um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa <acesso em 12 de mar. de 2023 >

Essas práticas antirracistas, agora no contexto das ONGs e instituições sociais que ofertam a educação profissional, sobretudo na formação de jovens, precisam incorporar os currículos dos cursos ofertados, principalmente nos cursos que preparam para o exercício do trabalho, como os cursos FIC, que são bastante presentes nas comunidades. Acredito que alinhar práticas antirracistas à educação profissional, somando aqui à formação humana e integral, pode minimizar os impactos do racismo estrutural presentes no mundo do trabalho, partindo do princípio de que o conhecimento desse problema, em sua perspectiva estrutural, pode auxiliar esses/as jovens na criação de estratégias de superação do racismo cotidiano.

Ainda, esse conhecimento dos impactos do racismo estrutural na educação profissional e no mundo do trabalho, desmascara o discurso meritocrático, ampliando o conhecimento desses/as jovens e superando a máxima do “basta se esforçar”, tão presente nos discursos que negam a realidade estrutural dos problemas sociais.

Um problema a ser superado e que corrobora com a manutenção do racismo, é a crescente das pedagogias do “aprender a aprender”, que como vimos, não dispõem de uma crítica de superação à sociedade capitalista. Se o racismo e a dualidade são estruturais e estruturantes, é porque temos o capitalismo como cerne dessa estrutura, inclusive no fomento de um discurso meritocrático dentro das escolas, instituições sociais, ONGs e outros espaços. Entendo que muitas dessas pedagogias se propõe ao fomento da igualdade, do respeito à diversidade no ambiente escolar, etc. No entanto, os/as jovens trouxeram o que aqui reitero, é preciso que os discurso contra o racismo se tornem, efetivamente, práticas antirracistas e para isso acontecer, é preciso ter em vista a contribuição do sistema capitalista para a manutenção, produção e reprodução do racismo estrutural no campo dessas desigualdades sociais presentes nesse sistema.

Na primeira oficina realizada, onde busquei mapear conhecimentos prévios acerca do racismo, os jovens falaram bastante em empoderamento, apesar de relacionarem essa palavra quase que exclusivamente à ostentação, ao triunfalismo, implicado na *hashtag* favela venceu (#FavelaVenceu), desconhecendo o empoderamento como uma prática coletiva, deixando-o preso à lógica do consumo. Acredito que a compreensão desse conceito é de grande importância para as práticas de ensino antirracistas, uma vez que esvazia ou diminui o potencial ofensivo

do racismo e rompe com o discurso neoliberal do triunfalismo, dessa “ostentação” que ignora os aspectos sociais, como se a educação profissional e o mundo do trabalho fossem meramente uma competição. Quando os jovens compreendem que o empoderamento é uma prática coletiva, que ninguém se empodera sozinho, e que os objetivos do empoderamento são dizimar ou minimizar desigualdades, eles percebem esse conceito como uma prática de ensino, uma estratégia antirracista que os fortalece e empodera, possibilitando novas formas de interpretar a realidade.

Outro objetivo deste trabalho foi a produção de subsídios teóricos e metodológicos, a partir da escuta de jovens, visando a promoção da educação antirracista no contexto das práticas de ensino da Educação Profissional e Tecnológica e no mundo trabalho. Penso que a escuta dos jovens possibilitou essa produção, principalmente no último encontro das oficinas realizadas, onde eles puderam indicar a efetividade das atividades, sugerir novas ações e colaborar com as estratégias de ensino que acreditam ser importantes para dar conta do que propus com esse trabalho. No entanto, acredito que essa discussão não se esgota com a pesquisa realizada, os subsídios teóricos e metodológicos presentes nesse trabalho e no Produto Educacional dão conta das juventudes, educação profissional e mundo do trabalho no contexto da comunidade da vila Cruzeiro, mas existem outras questões que também se originam no racismo estrutural e atravessam a educação e o mundo do trabalho, a exemplo do racismo religioso e da intolerância religiosa. Uma das jovens participantes das oficinas, ao relatar que sua mãe trabalha como atendente no shopping, disse que a mesma esconde sob o uniforme o seu colar de fio de contas⁴⁸, um adorno com significado de proteção e devoção para adeptos das religiões de matriz africana.

Outro ponto a ser considerado, que pode ser aprofundado em pesquisas futuras, são as relações de gênero em intersecção com raça e racismo no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Durante a qualificação desse trabalho, em março de 2022, a professora Dra. Juliana Ribeiro de Vargas, falou da necessidade de abordarmos essa questão ao apresentarmos da comunidade da vila Cruzeiro, tendo em vista que ser um jovem menino negro coloca o sujeito como alvo principal

⁴⁸ Fio de contas: Produzidos em diversos materiais e cores, cujos sentidos variam entre nações, os colares significam a ligação sagrada entre os praticantes e os orixás do candomblé. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/152/fios-e-contas--simbolos-de-fe-e-protecao> Acesso em: 17 de mar. de 2023.

das violências originadas na guerra às drogas, nas brigas por território, nas abordagens policiais equivocadas ou pautadas pelo perfilamento racial, tolhendo a vida e as perspectivas de educação, trabalho e futuro desse jovem. Realizei uma oficina com os jovens que abordasse essas questões, principalmente transitando para o campo do trabalho e da educação em relações com jovens negras e negros. No entanto, acredito que essa questão pode ser maior e melhor explorada, ao falarmos também das jovens negras dessa comunidade que, não raramente, têm de assumir o papel de cuidadoras dos irmãos mais novos ou idosos da casa em detrimento dos seus estudos. Na ACM Cruzeiro do Sul, no Projeto Trabalho Educativo, são as jovens de gênero feminino quem tem o maior índice de faltas e absenteísmo, levando em consideração esse cenário que aqui exemplifico.

Busquei com o conceito de Uberização, introduzido por Antunes (2020), abordar as relações precarizadas de trabalho no contexto das comunidades, principalmente no trabalho sem garantias de proteção trabalhista preconizado pelos aplicativos de transporte e entrega de lanches, ao qual muitos jovens recorrem como uma alternativa de emprego, uma vez que é um setor crescente, com demanda reprimida de trabalho, onde as exigências e pré requisitos estão dentro das possibilidades e perfis desses jovens. Apesar da crítica ao discurso empreendedor “trabalhe a hora que quiser” que essas empresas de aplicativos usam para mascarar a falta de formalidade trabalhista, entendo que nesse ínterim da sociedade capitalista e crise de empregos, as pessoas não são simplesmente seduzidas pelo discurso da lógica do consumo, as pessoas fazem, na verdade, o que é preciso para sobreviver nesse sistema.

Ainda, nas oficinas que falamos sobre as ações afirmativas, principalmente das cotas raciais de acesso ao ensino superior, busquei ampliar, dentro de uma motivação muito particular, o entendimento dos jovens sobre o funcionamento de programas como o ENEM, SISU, PROUNI e outros. Em dado momento, ainda na execução dessas oficinas, falamos do ensino médio e das possibilidades de fazê-lo de forma integrada ou concomitante à educação profissional, a exemplo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFRS. Acredito que essas oficinas foram bastante efetivas dentro do que foi proposto, mas também penso que o ensino médio integrado deve ser melhor explorado nessas discussões. Os jovens moradores da comunidade da vila Cruzeiro, assim como em outras comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica, abandonam a trajetória escolar nos

anos finais do ensino fundamental ou durante o ensino médio. Com isso, acredito que fomentar as possibilidades de um ensino médio integrado, que possibilite uma formação para o exercício do trabalho à mesma medida em que dispõe de possibilidades de verticalização do ensino, pode dar conta, ainda que parcialmente, desse problema que é a evasão escolar na juventude, principalmente nas juventudes negras.

É importante que as práticas de ensino antirracistas das quais falamos, não percam de vista a perspectiva estrutural do racismo. Na escuta dos jovens, percebi que os mesmos trouxeram, mais de uma vez, inclusive, que empresas e escolas têm discursos antirracistas, mas as suas práticas apontam para o contrário. Insisto na perspectiva estrutural porque se abirmos mão dela, correremos o risco de cair, principalmente no contexto da educação profissional, no campo das pedagogias modernas que, ao não manterem uma crítica à sociedade capitalista, acabam por relativizar, conseqüentemente, o racismo, reduzindo-o ao campo individual. Nesse cenário, empresas e escolas não revisitam suas práticas, uma vez que apenas um discurso contra o racismo parece dar conta das agendas desse problema. Todo o evento de racismo passa a ser tratado como “uma atitude isolada que não condiz com os valores da instituição”.

bell hooks (2013), exemplifica essa dicotomia entre discurso e prática ao falar da experiência escolar no contexto da segregação racial nos Estados Unidos. Ao falar da transição dos alunos negros para escolas “integradas”, onde teriam aulas com alunos e professores brancos, hooks nos traz que a segregação categorizava espaços para escolas negras e escolas brancas, bem como a ocupação de assentos no transporte público tendo o critério racial. Apesar dessas condutas soarem hoje com o horror que representam, elas eram normalizadas na sociedade da época e previstas como direito do cidadão. Na busca de contrapor o problema, surgem as propostas de integração que em seu bojo prometiam o fim da segregação racial. hooks defendia uma escola mista, com alunos negros e brancos, professores negros e brancos também, pois em suas análises evidenciou o tratamento diferenciado que os professores davam aos alunos negros, tratando-os com visível desprezo e elegendo-os como alunos/as “problema”, sendo algo que ainda vemos hoje nas escolas atuais, inclusive brasileiras. Isto é, apesar das políticas de integração prometerem contrapor o problema do racismo, as práticas - nesse caso dos

professores - apontavam para o contrário. Por isso insisto que as práticas de ensino para uma educação antirracista devem ser criadas à luz do conhecimento da perspectiva estrutural do racismo.

Como vimos ainda no referencial teórico desse trabalho, a educação antirracista consiste em um conjunto de práticas que combate ativa e efetivamente as manifestações do racismo no ambiente escolar, no mundo do trabalho, em instituições sociais e outros lugares. Reconhecer a existência de um problema racial na sociedade brasileira é o primeiro passo para a divulgação dessas práticas de ensino. Na escuta dos jovens, vários deles trouxeram que ao denunciarem situações ou episódios de racismo na escola, são frequentemente aconselhados a ignorar o que dizem os ofensores, na premissa de que basta fingir que nada aconteceu e esse “simples constrangimento” se encerrará sozinho, invisibilizado. Ribeiro (2019), alerta para a importância de encarar essas situações, tirando-as da invisibilidade e falando sobre elas.

É importante ter em mente que para soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso – se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também branquitude (RIBEIRO, 2019, p.30)

Na perspectiva das possibilidades geradas com as oficinas de letramento racial, no contexto da educação profissional, sugiro algumas características que resultam da escuta dos jovens em nosso último encontro, compiladas e ampliadas a partir dos comentários e sugestões dos mesmos durante essa atividade de encerramento, que consistiu numa avaliação das oficinas realizadas. Acredito que essas sugestões podem auxiliar na difusão de práticas educativas antirracistas na educação profissional:

- 1) Fomentar o conhecimento do racismo em sua perspectiva estrutural;
- 2) Superar a perspectiva individualista, que não permite avanço nas tratativas de superação do racismo;
- 3) Promover ações contínuas de formação que relacionem o racismo com a educação e o mundo do trabalho, atentos à perspectiva estrutural e mantendo a crítica à sociedade capitalista.

Também é importante pensar na importância de uma postura ética e políticas de educadores/as e das próprias instituições de EPT na adoção de práticas voltadas ao combate ao racismo e na garantia dos direitos fundamentais, tais como educação e trabalho para as juventudes, em especial, juventudes negras, foco desta pesquisa. Essas ações são importantes para o fomento de práticas antirracistas, principalmente no contexto da Educação Profissional na oferta de cursos FIC, através das ONGs e instituições sociais das comunidades. Retomo o que vimos em Meinerz (2017) que, ao analisar a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, nos traz que “são os profissionais negros ou com algum afeto à causa étnico-racial que assumem mais continuamente o estudo dessas temáticas com jovens e crianças do ensino fundamental e médio” (p. 68). É de extrema importância que essa discussão seja um compromisso assumido, não uma prática multiplicada por apenas alguns profissionais que se afeiçoam a essa discussão. Para o fortalecimento do antirracismo, da interpretação do racismo em sua forma estrutural, é preciso que essa discussão assuma uma agenda contínua na EPT.

Por fim, reitero, diante do exposto nesta pesquisa, penso que as estratégias de ensino para o avanço de uma educação antirracista no contexto da educação profissional precisam transitar efetivamente para as práticas educativas e de ensino, sem abrir mão da perspectiva estrutural do racismo.

Acredito que a educação profissional, principalmente devido à sua história, é uma das modalidades mais competentes para interpretar a realidade social à qual estamos sujeitos, superando o que temos visto em outros setores da educação. Ao abarcar em suas concepções dois direitos fundamentais do cidadão, o direito à educação e o direito ao trabalho, a EPT se relaciona com a vida e as expectativas desses jovens, possibilitando uma formação humana e integral para o exercício das profissões e o viver em sociedade. No site do MEC, encontramos as seguintes observações à respeito da EPT⁴⁹:

A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Dentre as várias possibilidades, destacam-se como exemplos a articulação da EPT com:

- a modalidade da educação de jovens e adultos, em caráter preferencial, segundo a LDB;
- a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de

⁴⁹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>> Acesso em jan. 2023

oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo) e na forma subsequente.

Com esta concepção, a LDB situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito à "educação" e a "profissionalização" como dois dos direitos que devem ser garantidos "com absoluta prioridade". (BRASIL, Ministério da Educação, p.1).

No mundo do trabalho, é preciso que os discursos contra o racismo se tornem ativamente em postura ética e política na consolidação de práticas antirracistas. De nada adianta a mobilização corriqueira e datada no mês de novembro (em alusão ao dia da Consciência Negra) e/ou ações pontuais que surgem devido à pressão popular, majoritariamente após incidentes de racismo, se as práticas apontarem para o contrário do que temos em seus discursos. Volto agora a hooks (2013), que citei no começo desse trabalho, é preciso que esses jovens sejam ensinados a transgredir, que essas práticas educativas sejam vistas como um possível caminho para a promoção da liberdade. Segundo o dicionário Dicio⁵⁰, disponível de forma online, pública e gratuita, uma das definições de transgredir é "ultrapassar o limite de algo, atravessar". Aqui relaciono o ato de transgredir como superar os limites do que está posto pelo racismo estrutural. Ainda, seguindo a definição do mesmo dicionário, transgredir também significa "desrespeitar uma ordem, uma lei, procedimento, transgredir uma norma social". Penso que é um dever, enquanto trabalhador da educação, ensinar que esses alunos questionem leis e normas sociais que corroboram com a manutenção de um sistema que os marginaliza de oportunidades e direitos em detrimento do privilégio hegemônico de alguns poucos que se favorecem da dinâmica dessa estrutura de poder.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transgredir/> acesso em 22 de mar. de 2023

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais (Coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANTIRRACISMO. *In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia*. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/direitos-humanos/enfrentamento-as-discriminacoes/glossario-antidiscriminatorio.htm>> Acesso em mar. 2023

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade e do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>>. Acesso em jun. 2021.

BALDO, Ana Maria et al. **Nunca me Sonharam: Juventudes das Classes Populares, Meritocracia, Acesso Universitário e Trabalho**. In: PRATES, Daniela de Azevedo Medeiros et al - organizadoras: **Juventudes Contemporâneas: Juventudes, Trabalho e Educação**. Porto Alegre. Editora Cirkula, 2022.

BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111283. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111283>. Acesso em mar. 2023.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. - 1ª Ed - São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento** (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Círculo da Cultura**. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**, Editora Autêntica, São Paulo, 2010.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Anuário Estatístico de Educação Profissional e Tecnológica - ano base 2019**. Brasília: INEP:2021. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/anuario%20-a-educacao-profissional-e-tecnologica>> Acesso em jan.2022.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em jan. 2022.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em jan. 2022.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei Federal nº /l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei%20Federal%20n%C2%BA12711.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em jan. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional**. Portal MEC. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>. Acesso em nov. 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2021. Disponível em

<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em dez.2021

BRASIL, Ministério da Economia. **Atlas da Violência (2021)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>> Acesso em mar. 2021

BRASIL, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Texto para discussão. Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2018. Disponível em file:///C:/Users/Dell/Downloads/vulnerability-1.pdf Acesso em mar.2023.

BUDIÑO, Nara Zari Lemos. **Ações afirmativas para a Educação Profissional e Tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica). UFSM. Santa Maria, 2019.

DOS SANTOS SANTANA, L.; BARBOSA SILVA, S.; SANTANA SANTOS, R. “Não fale em crise, trabalhe” e a reforma trabalhista : efeitos de sentidos na pandemia da Covid-19. **Revista Heterotópica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 160–179, 2020. DOI: 10.14393/HTP-v2n2-2020-57217. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/57217> Acesso em mar. 2022.

CAIXETA, Mariana. **Por uma pedagogia multirracial: inclusão, emancipação e ressignificação dos estudantes negros no ambiente escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IFTM. Uberaba, 2019.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf Acesso em mar. 2021

COLORISMO. *In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia*. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/direitos-humanos/enfrentamento-as-discriminacoes/glossario-antidiscriminatorio.htm>> Acesso em mar. 2023

FERRETE, Rodrigo Bozi. **O “combo” da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IFS. Aracaju, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação. online. 2009, vol.14, n.40, pp.168-194. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf>>. Acesso em jul. 2021

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. **A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.7, n.13, 2019, p. 01-22. Disponível em <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/227>>. Acesso em jul.2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em jul. 2021.

GOULART, Sheila Fagundes. **Os processos formativos de estudantes cotistas autodeclarados pretos e pardos e os contextos emergentes na UFSM.** Tese (Doutorado em Educação). UFSM. Santa Maria, 2021.

GUARESCHI, Pedrinho. **Empoderamento.** In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). **Dicionário Paulo Freire,** Editora Autêntica, São Paulo, 2010.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. **A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível.** HOLOS, [S.l.], v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>. Acesso em abr. 2021.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo Martins Fontes, 2013.

KAPLÚN, G.. **Materiais educativos: experiência de aprendizado.** Revista Comunicação & Educação, 2003, n.271, p. 46-60. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60>

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada; o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educação e Sociedade, v. 28, p. 1153-1178, 2007. Disponível em <educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf>. Acesso em jul. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos.** In: 7º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa. v.1. 2018. Atas [...]. Disponível em <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>>. Acesso em jul. 2021.

LOUSADA, Vinícius Lima. **A Política de Ações Afirmativas do IFRS: a Caminho da Escola Justa?** In: **Ações Afirmativas do IFRS /** Organizadores: Andréa Poletto Souza, Bruna Poletto Salton e Jair Adriano Strapazzon - Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015.

MARTINS, Ícaro Amorin. **“Se eu não sou negra, eu sou o quê?” Da importância de discutirmos discriminação racial, interseccionalidade e empoderamento em**

sala de aula. Dissertação (Mestrado em Ensino de História/ProfHistória). UFRN. Natal, 2018.

MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Available from SciELO Books

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; Rodrigues CARRANO, Paulo Cesar **A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar.** Educação [on-line]. 2011, 36(1), 43-56. ISSN: 0101-9031. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117118584004>

MEDRADO, Benedito; MENEGON, Vera; SPINK, Mary Jane. **Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas.** Revista Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014

MEINERZ, Carla; Pereira, Junia SALES. **Apresentação da Seção Temática Educação e Relações Étnico Raciais.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v.42, N. 1, 2017.

MEINERZ, Carla. **Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v.42, N. 1, 2017.

MENEZES, Germano de Oliveira. **Educação para as relações étnico-raciais: percepção dos professores de história do ensino médio integrado do IF Sudeste MG – campus Muriaé e campus Rio Pomba.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IF Sudeste MG. Rio Pomba, 2020.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração.** HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2007. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em jul. 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo.** Coleção Feminismos Plurais (Coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

PAIS, José Machado. **A Construção Sociológica das Juventudes - alguns contributos.** Análise Social: Vol. XXV, 1990.

PAIS, José Machado. **Lazeres e Sociabilidades Juvenis - um ensaio de análise etnográfica.** Análise Social: Vol. XXV, 1990.

RAÇA. *In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia.* Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/areas-de-atuacao/direitos-humanos/enfrentamento-as-discriminacoes/glossario-antidiscriminatorio.htm>> Acesso em mar. 2023

RÉGIS, Leandro. **A Contribuição do ensino de História para a Formação dos**

Estudantes dos Cursos Técnicos Integrados de Química e de Informática do IFSC-Campus Gaspar: o Racismo em Debate. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). CERFEAD/IFSC. Florianópolis/SC, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, [online], vol.12, n.34, p.152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em jul. 2021.

SAMPAIO, Simone S.; MENEGUETTI, Gustavo. **Entre a vida e a morte: estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil.** Revista Katálysis, v. 23, n. 3, p. 635-647, dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p635/44336>. Acesso em jan.2022.

SALES Jr., Ronaldo. (2006). **Democracia racial: o não-dito racista** . Tempo Social, 18(2), 229-258. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Editora Enigma, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR, 1996.

VIEIRA, Josimar de Aparecido et al. **Expectativas dos Jovens diante do Mundo do Trabalho na Contemporaneidade: Sentidos e Perspectivas.** Revista Valore. Volta Redonda, 2022. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/995/903>> Acesso em set. 2022

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas Raciais** (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2022.

RIBEIRO, F. da C. .; SILVA, S. dos S. . **UMA CARTILHA PARA ESTRUTURAÇÃO DE OFICINA PEDAGÓGICA.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], p. 04–40, 2021. DOI: 10.51891/918. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/918>. Acesso em mar. 2023.

VALLE, H. S. do, & ARRIADA, E. (2012). **“Educar para transformar”: a prática das oficinas**. *Revista Didática Sistemica*, 14(1), 3–14. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/2514>

VENDRAMIN, Carla. **Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo.** Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos , v. 2019, p. 16-16, 2019. Disponível em

<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/download/4389/4393>
Acesso em mar.2021.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Helder Felipe de Oliveira
Liliane Madruga Prestes



**Juventudes Negras, Educação Profissional
e Mundo do Trabalho**

**Guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma
Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.**

AUTOR:
Helder Felipe de Oliveira

CO-AUTORA E ORIENTADORA:
Liliane Madruga Prestes

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO:**
Helder Felipe de Oliveira

REVISÃO:
Christiane Jaroski Barbosa

Produto educacional elaborado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48j Oliveira, Helder Felipe de

Juventudes Negras, Educação Profissional e Mundo do Trabalho : Guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica [recurso eletrônico] / Helder Felipe de Oliveira, Liliane Madruga Prestes. -- Porto Alegre, RS : IFRS, 2023.

1 arquivo em PDF (55 p.)

ISBN 978-65-5950-067-3

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: "Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista.". (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). - IFRS, Campus Porto Alegre, RS, 2023.

1. Ensino profissional. 2. Mercado de trabalho. 3. Racismo. 4. Juventude I. Prestes, Liliane Madruga. II. Título.

CDU: 377

Catálogo na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933



Esta obra está licenciado com uma
Licença Creative Commons
Atribuição Não - Comercial
4.0 Internacional

LETRAMENTO RACIAL

Quer saber mais sobre Letramento Racial?

Dicas de vídeos disponíveis gratuitamente no Youtube que poderão subsidiar o estudo sobre tal conceito.



PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher negra com cabelos compridos e blusa colorida. Ao fundo parede branca com estante de madeira e livros.

Vídeo: **O que é Letramento Racial?**

Acesse **AQUI** ou através do QR CODE abaixo:



PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher negra com cabelos curtos e blusa colorida em tons de branco e azul. Ao fundo parede com luz escura.

Vídeo: **Letramento Racial, reconhecer e desconstruir o racismo**

Acesse **AQUI** ou através do QR CODE abaixo:



CÍRCULO DA CULTURA

Para a organização das oficinas, tomamos como inspiração o Círculo da Cultura, do método Paulo Freire, que consiste numa construção de conhecimentos por meio do diálogo.

Acreditamos que os círculos rompem com a ideia do educador como o único que detém o conhecimento, uma vez que a sua configuração permite uma dinâmica mais coletiva, horizontal, de trabalho em grupo, respeito e participação, fomentando a criticidade..

Círculo de Cultura é um método criado por Freire que tem como premissa o diálogo. Seja para a mediação de conflitos, para o partilhar de conhecimentos ou até mesmo para a definição de alguma pauta. O círculo parte do diálogo e escuta atenciosa aos seus participantes.

Vamos falar mais sobre o Círculo da Cultura e sua metodologia nas próximas páginas.

METODOLOGIA DO CIRCULO

Sistematização/ Metodologia

2) As apresentações e os debates acontecerão de forma exclusivamente oral. Cada autor ou grupo apresentará seu trabalho (objetivos, metodologias, resultados obtidos /ou esperados), nível de abrangência (local, regional, nacional, global), fragilidades e potencialidades (10 minutos por grupo).

3) Após essa etapa, haverá um diálogo livre entre os(as) apresentadores/expositores e ouvintes sobre as variáveis de conexões entre os estudos apresentados, momento esse facultativo para perguntas sobre qualquer um dos trabalhos apresentados. Por esse motivo, os grupos apresentadores não podem se retirar do recinto enquanto não finalizar o círculo. Esse momento será organizado pelo(a) mediador(a), que será responsável pelo fio condutor da metodologia e da síntese final.



#PraTodosVerem: Imagem do rosto de Paulo Freire-
homem, idoso, calvo, com barba branca, usando
óculos.

1

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p.50).

OFICINA 1

CONCEITUANDO RACISMO

Na Oficina 1, trabalharemos com o conceito de racismo na perspectiva apontada por Almeida (2019). Com base em tal entendimento, o presente Guia propõe que enxerguemos o racismo como uma prática estrutural. Para tanto, o desafio é problematizarmos e rompermos com concepções arraigadas em nossa sociedade que limitam o entendimento do racismo como uma prática individual, de instituições, ou o classifiquemos dentro do senso comum, sem muita atenção para a discussão teórica.

Diante do exposto, objetivamos que, com essa primeira atividade, os/as jovens sejam apresentados as três perspectivas do racismo, a saber: individual, institucional e estrutural, com destaque a essa última. A proposta é tensionarmos as relações de poder tão presentes nos tecidos da nossa história, buscando o desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas promotoras de uma educação antirracista.

OFICINA 1

CONCEITUANDO O RACISMO

Temática (s): Introdução aos estudos sobre os conceitos de racismo e impactos de práticas racista para as juventudes no âmbito da educação e mundo do trabalho.	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: adolescentes, jovens e adultos.	
Objetivo (s)	Promover a escuta das juventudes, investigando o que entendem por racismo e que práticas racistas identificam no seu cotidiano. Ampliar os espaços para diálogo com as juventudes visando à produção de subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas educativas antirracistas.
Conteúdos propostos	Introdução aos estudos sobre racismo; Identificação e problematização de práticas racistas, sobretudo no contexto das juventudes e do mundo do trabalho; Compreensão e diferenciação da perspectiva individualista, institucional e estrutural do racismo.
Estratégias Metodológicas	1º Momento: Problematização inicial: abordagem inicial do entendimento dos/participantes sobre o conceito de racismo e suas consequências, a partir da análise da atual sociedade brasileira apresentado através do documentário: "O racismo é perigoso na educação das crianças", o qual está disponível de forma pública e gratuita no canal do Youtube. 2º Momento: Roda de conversa sobre as nuances do racismo apontadas no documentário na percepção dos/as jovens participantes do estudo e as relações que estabelecem com o cotidiano. 3º Momento: Apresentação expositiva dialogada sobre os tipos de racismo e suas manifestações, articulando com o documentário apresentado. 4º Momento: Sistematização final: Elaboração coletiva de uma nuvem de palavras enfocando as concepções sobre racismo e como ele tem sido (re) produzido no cotidiano a partir da vivência dos participantes do estudo.

OFICINA 1

CONCEITUANDO O RACISMO

Sugestões de materiais para o diálogo com as juventudes:



PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher negra com cabelos compridos e blusa branca. Ao fundo parede branca desenhos fora de foco, em preto.

Acesse [AQUI](#) o vídeo:

O racismo é perigoso na educação das crianças
ou acesse através do QR CODE abaixo:



Dica 1: Recomendamos o vídeo acima para introduzir as ações da Oficina 1, conforme a página anterior, mas você pode buscar outros vídeos que disparem essa discussão para o seu grupo.

Dica 2: Nuvens de palavras são ótimos instrumentos para o educador mapear as impressões da sua atividade com os alunos, as nuvens permitem reconhecer palavras em voga, avaliar a prática de trabalho do educador e outras coisas. Para a atividade 1, usamos o site "mentimeter", mas você pode usar outras formas ou sites para chegar a essa nuvem de palavras.

[Clique aqui e acesse o site](#)
[mentimeter.com](https://www.mentimeter.com)
ou utilize o QR CODE ao lado



OFICINA 2

JUVENTUDE OU JUVENTUDES: QUE JOVEM SOU EU?

Temática (s): Juventude ou Juventudes: Que jovem sou eu?	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Promover o debate sobre os conceitos de juventude (s) e diversidade (s) problematizando-os mediante o diálogo com os/as jovens visando à reflexão crítica e à adoção de práticas pautadas pelo respeito, reconhecimento e valorização das diferenças individuais e/ou coletivas.
Conteúdos propostos	Ampliando o entendimento sobre os conceitos de juventude (s) e diversidade (s).
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Apresentação do tema Juventudes, a partir da exibição do vídeo "Juventude e Diversidades, da CUT - Central Única dos Trabalhadores, Brasil".</p> <p>2º Momento: Perguntas para provocações iniciais: Que jovem eu sou? O que me difere de outros jovens? Ser jovem negro é diferente de ser um jovem não negro? Ser um jovem nessa comunidade me faz diferente de outros jovens?</p> <p>3º Momento: Organizar os jovens em dois ou três grupos, para que construam uma "personagem jovem" que assimile os pontos em comuns que esses jovens do grupo possuem (características como raça/etnia, territorialidade, experiência familiar, e outros). Os jovens devem dar um nome para esse personagem, falar sobre seus processos de escolarização, pertencimento religioso e/ou comunitário, faixa etária, identidade de gênero e sexualidade, e outros.</p> <p>4º Momento: Depois desse personagem criado, organizado com as características em comum desses jovens dos grupos, os jovens - ainda no mesmo grupo - devem agora assinalar quais as diferenças que eles possuem uns dos outros, afinal as juventudes são diversas e plurais. Queremos aqui que percebam as juventudes como diversas, uma vez que, apesar dos vários pertencimentos em comum que eles possuem entre si, ainda são distintos uns dos outros em outras perspectivas, como orientação sexual, identidade de gênero e religiosidade, a exemplo.</p> <p>5º Momento: Sistematização final: apresentação do que os grupos construíram.</p>

OFICINA 2

JUVENTUDE OU JUVENTUDES: QUE JOVEM SOU EU?

Desenvolvimento:



PraTodosVerem: Imagem do vídeo: mulher, jovem, negra com cabelos compridos, camiseta preta, microfone na mão. Ao fundo prédios e pessoa caminhando numa passeata com bandeiras e tambores.

Clique [AQUI](#) e acesse ao vídeo: Juventude e Diversidade OU utilize o QR CODE abaixo:



Dica 1: Recomendamos o vídeo acima para introduzir as atividades da Oficina 2, mas existem outros vídeos que falam das juventudes disponíveis de forma gratuita no YouTube e outros sites.

Dica 2: Usamos algumas perguntas no segundo momento da atividade para provocações iniciais, mas você pode adaptar as perguntas ou se utilizar de dinâmicas e outras atividades que façam essas mesmas provocações.

Ao abordarmos conceito de gênero, reportamos aos estudos realizados pelo pesquisador Leandro Colling (2018, p.38) o qual destaca que:

"[...] Gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento".

JOVENS, RAÇA E GÊNERO

Sabemos que a ideia principal de guia de atividades é discutir o racismo estrutural e seus impactos nas juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho. No entanto, no contexto das comunidades, as relações de gênero nas juventudes negras também incide na questão racial e nos impactos do racismo.

Ser um jovem menino negro em uma comunidade marcada pela violência é algo que coloca esse jovem no topo da cadeia de morte, seja devido às brigas territoriais, ao tráfico, à abordagem policial truculenta e outros

Ser uma jovem menina negra no mesmo cenário, coloca essa jovem na posição de cuidadora, daquela que precisa se responsabilizar pelos irmãos mais novos, idosos e/ou adoentados em seu núcleo familiar, comprometendo, muitas vezes, a sua escolarização.

3

Temática:

Representações de pessoas negras nos ambientes de trabalho; Juventudes, comunidades e a uberização das relações de trabalho

Objetivo: Perceber como o racismo impacta no mundo do trabalho, comprometendo, na questão das juventudes, oportunidades de primeiro emprego.

Oficina 1: Racismo e Mundo do Trabalho

Duração: 2h

Publico-alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

RACISMO E TRABALHO

O racismo estrutural impacta drasticamente no mundo do trabalho, uma vez que as estruturas de poder das instituições são, em sua maioria, lideradas por homens brancos, o racismo compromete a vida profissional e a carreira de pessoas negras.

Somos impelidos a imaginar pessoas negras ocupando posições no mercado de trabalho que nada tenham a ver com liderança, a mesma medida em que construímos um imaginário social onde apenas um perfil pode acessar posições de comando e/ou destaque: pessoas brancas.

Ao falarmos com as juventudes, esperamos que percebam, enquanto avançamos no letramento racial, como o racismo estrutural pode comprometer até mesmo uma chance de primeiro emprego, ainda que o jovem preencha os requisitos necessários para a vaga almejada.

OFICINA 3

RACISMO E TRABALHO

Temática (s): Introdução aos estudos sobre os conceitos de racismo e impactos de práticas racista para as juventudes no âmbito da educação e mundo do trabalho.	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Oportunizar aos jovens a ampliação dos conhecimentos sobre o racismo estrutural e suas manifestações no cotidiano, em especial, seus impactos no mundo trabalho, buscando a adoção de estratégias individuais e/ou coletivas voltadas ao enfrentamento de tal problemática, bem como a promoção de práticas antirracistas no âmbito da educação e no trabalho.
Conteúdos propostos	Representações de pessoas negras nos ambientes de trabalho; Juventudes, comunidades e a uberização das relações de trabalho.
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Apresentação do vídeo: "Como você enxerga o racismo? Veja a campanha";</p> <p>2º Momento: Como provocação inicial, pediremos aos jovens que citem as profissões que vem a sua mente e vamos registrando num quadro e/ou caderno, encerrando em 15 ou 20, conforme o número de participantes (pedimos que os jovens façam em voz alta, inclusive, para evitar a repetição de alguma profissão);</p> <p>3º Momento: Os jovens, agora organizados em grupos de até 5 pessoas, utilizando a internet e as redes sociais, devem pesquisar num buscador de imagens da internet (sugerimos aqui o Google Imagens) por essas profissões, registrando as 10 primeiras pessoas que o buscador de imagens apresenta quando eles digitam a profissão eleita e atentando para alguns recortes importantes como: raça/etnia, gênero e faixa etária.</p> <p>4º Momento: Os jovens devem sistematizar as informações em cartazes e/ou outra forma de apresentação e trazer as informações para socializar no grande grupo com a mediação do educador, provocando um debate sobre que tipo de pessoa imaginamos ocupando posições profissionais de destaque.</p>

5

Temática: Política de cotas e ações afirmativas: conceito e critérios no âmbito da educação e no trabalho; Políticas de ações afirmativas: cotas raciais como estratégia para a promoção da equidade no contexto da educação brasileira

Objetivo: Possibilitar aos/as jovens a ampliação de conhecimentos sobre as ações afirmativas e suas relações com a educação e mundo do trabalho.

Oficina 5: Políticas de Ações Afirmativas e Cotas Raciais.

Duração: 2h Público alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS

Cotas raciais geram grandes debates até hoje. As cotas são aplicadas em concursos para cargos públicos, para o acesso a instituições de ensino superior, e até mesmo partidos políticos tem adotado cotas na composição de seus candidatos.

Nas universidades e outras instituições de ensino, as cotas raciais são parte das políticas de ações afirmativas e, em linhas gerais, servem para garantir o ingresso e permanência dos estudantes que dela se utilizarem.

Objetivamos nessa oficina que os jovens conheçam o funcionamento das cotas raciais, ações afirmativas e seus objetivos, para não caírem em discursos que comprometam o funcionamento dessa política.

OFICINA 5

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS

Apresentação: Cotas raciais, o que são.

Para ampliar o estudo, sugerimos o documentário "Cotas raciais no Brasil: entenda o que são.", o qual foi produzido pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Goiás.

ACESSE CLICANDO [AQUI](#) OU UTILIZE O QR CODE ABAIXO:



#PraTodosVerem: Imagem de rosto de pessoa negra, contendo a seguinte frase #cotassim, escrita em letras brancas, escrita cobrindo a imagem acima do nariz. Fundo branco.

6

AFINAL, O QUE É A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?

Criada em 2008 pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, conforme os dados do MEC (2019), está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

JUVENTUDES NEGRAS E COTAS RACIAIS: ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Se antes falamos sobre cotas e as ações afirmativas, queremos agora, nesse sexto encontro, apresentar algumas políticas desenvolvidas para o ingresso e permanência dos jovens pobres, sobretudo dos jovens negros, em cursos técnicos e superiores, em razão de uma preparação para a vida adulta e/ou para o exercício do trabalho.

Em nossa segunda oficina tínhamos uma questão em mente: "Quem pode ser jovem?" Isto é, experimentar a condição juvenil. Sabemos que as políticas públicas direcionadas aos jovens negros e moradores de comunidade sempre tem em seus objetivos, ainda que de forma subjetiva, uma preparação para a vida adulta e para o exercício do trabalho.

Objetivamos nessa oficina que os jovens conheçam o funcionamento das políticas de ações afirmativas e seus objetivos, dialogando com a educação e o mundo do trabalho no âmbito da educação profissional. Para tanto, num primeiro momento, apresentamos brevemente a rede federal de educação profissional e tecnológica.

CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE A EPT NA REDE FEDERAL

Atualmente, a rede federal de educação profissional e tecnológica
é formada por:

38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs),
2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs),
o Colégio Pedro II (CPII),
22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais
e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Para saber mais sobre a localização das instituições da rede
federal no seu Estado ou região, bem como os cursos ofertados,
de forma pública e gratuita, acesse o site
clikando [AQUI](#)
ou
através do QR CODE abaixo:



REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais (Coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANTIRRACISMO. In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade e do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BALDO, Ana Maria et al. Nunca me Sonharam: Juventudes das Classes Populares, Meritocracia, Acesso Universitário e Trabalho. In: PRATES, Daniela de Azevedo Medeiros et al - organizadoras: Juventudes Contemporâneas: Juventudes, Trabalho e Educação. Porto Alegre. Editora Cirkula, 2022.

BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111283.

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. - 1ª Ed - São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. Empoderamento (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo da Cultura. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*, Editora Autêntica, São Paulo, 2010.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Anuário Estatístico de Educação Profissional e Tecnológica - ano base 2019. Brasília: INEP:2021.

BRASIL, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Texto para discussão. Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2018.

BUDIÑO, Nara Zari Lemos. Ações afirmativas para a Educação Profissional e Tecnológica: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica). UFSM. Santa Maria, 2019.

DOS SANTOS SANTANA, L.; BARBOSA SILVA, S.; SANTANA SANTOS, R. "Não fale em crise, trabalhe" e a reforma trabalhista: efeitos de sentidos na pandemia da Covid-19. Revista Heterotópica, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 160–179, 2020. DOI: 10.14393/HTP-v2n2-2020-57217.

CAIXETA, Mariana. Por uma pedagogia multirracial: inclusão, emancipação e ressignificação dos estudantes negros no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IFTM. Uberaba, 2019.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COLORISMO. In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

FERRETE, Rodrigo Bozi. O "combo" da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IFS. Aracaju, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação. online. 2009, vol.14, n.40, pp.168-194.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplicio de. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.7, n.13, 2019, p. 01-22.

RAÇA. In: Glossário Antidiscriminatório Volume 3: Raça e Etnia. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

RÉGIS, Leandro. A Contribuição do ensino de História para a Formação dos Estudantes dos Cursos Técnicos Integrados de Química e de Informática do IFSC-Campus Gaspar: o Racismo em Debate. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). CERFEAD/IFSC. Florianópolis/SC, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, [online], vol.12, n.34, p.152-165, 2007.

SAMPAIO, Simone S.; MENEGUETTI, Gustavo. Entre a vida e a morte: estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil. Revista Katálysis, v. 23, n. 3, p. 635-647, dez. 2020.

SALES Jr., Ronaldo. (2006). Democracia racial: o não-dito racista. Tempo Social, 18(2), 229-258.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Editora Enigma, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR, 1996.

VIEIRA, Josimar de Aparecido et al. Expectativas dos Jovens diante do Mundo do Trabalho na Contemporaneidade: Sentidos e Perspectivas. Revista Valore. Volta Redonda, 2022.

VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas Raciais (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaira, 2022.

SUMÁRIO

Apresentação	Página 05
Letramento Racial	Página 07
Círculo da Cultura	Página 09
Metodologia do Círculo	Página 11
Racismo Estrutural	Página 13
Educação Profissional	Página 16
Formação Inicial e Continuada	Página 17
Trabalho	Página 18

SUMÁRIO

Oficina 1: Conceituando o Racismo.	Página 20
Oficina 2: Juventude ou Juventudes: que jovem sou eu?	Página 24
Oficina 3: Racismo e Trabalho.	Página 31
Oficina 4: Território Jovem.	Página 35
Oficina 5: Políticas de ações afirmativas e cotas raciais.	Página 39
Oficina 6: Juventudes negras e cotas raciais: atuais políticas de acesso à educação profissional e tecnológica.	Página 44
Oficina 7: Por uma educação antirracista/Encerramento/Avaliação.	Página 49
Referências	Página 51

APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é destinado a educadores/as e demais profissionais da educação que atuam com jovens e adultos, em especial, em espaços formais e não formais de ensino e de Educação Profissional e Tecnológica. Consiste num guia de atividades contendo uma proposta de sequência de oficinas cujo objetivo é inspirar a adoção de práticas de ensino que contribuam para o enfrentamento ao racismo estrutural, com enfoque, na educação profissional e no mundo do trabalho.

Resulta do estudo desenvolvido no decorrer do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado em rede, pelo IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, na linha de pesquisa de Práticas Educação na EPT. Tais estudos foram sistematizados mediante o relato de uma sequência de oficinas desenvolvidas com a participação de jovens de uma comunidade da região metropolitana de Porto Alegre - RS que participam de uma espaço voltado à educação profissional na modalidade de formação continuada.

APRESENTAÇÃO

Quanto ao referencial teórico, ressaltamos que esse guia de atividades é um produto educacional, resultante de uma pesquisa de mestrado, por isso não podemos perder de vista alguns conceitos que estão presentes na dissertação associada a esse produto, são: juventudes negras, educação profissional, racismo estrutural e mundo do trabalho.

Quanto à metodologia de organização das oficinas propostas, partimos do conceito de letramento racial, introduzido no Brasil pela pesquisadora Lia Vainer Schucman e, para a metodologia das oficinas, tomamos por inspiração os círculos da cultura, do educador Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Acreditamos que estes autores servirão de referência no desenvolvimento de outras iniciativas no âmbito das práticas de ensino.

Quanto à estrutura do material, buscamos deixá-lo minimamente acessível e, para tanto, buscamos descrever as imagens e adicionar o respectivo endereço eletrônico de cada um dos materiais sugeridos, cujo acesso é público e gratuito.

Por fim, desejamos que os subsídios apresentados contribuam e inspirem outras iniciativas voltadas à promoção de uma educação antirracista no contexto da educação profissional e do mundo do trabalho.

Boa leitura!

Helder Felipe de Oliveira
Dra. Liliane Madruga Prestes

LETRAMENTO RACIAL

(...) o letramento racial está relacionado principalmente com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas. Se não admitirmos que nossa sociedade é organizada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio do branco, trabalharemos com uma falsa e insustentável ideia de igualdade, porque o racismo é estrutural e institucional (ALMEIDA, p. 2)

Letramento racial é um conceito estadunidense, desenvolvido pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine, trazido ao Brasil pela pesquisadora Lia Vainer Schucman. Professores, dos anos iniciais principalmente, sabem que letramento é a fase que antecede a alfabetização, pois é o momento em que os alunos são introduzidos às letras, à importância da leitura e, antes mesmo do silabar, são impelidos a perceber a leitura como uma prática social, presente em todas as sociedades modernas.

Quero aqui relacionar o letramento à perspectiva estrutural que temos posto para trocar as lentes de como as pessoas enxergam o racismo. Isto é, um letramento para qualificar a forma de enxergar a realidade.

Clique aqui e acesse o texto da socióloga Neide Almeida, explicando mais do conceito de Letramento Racial.

Ou utilize o QR CODE ao lado:



CÍRCULO DA CULTURA

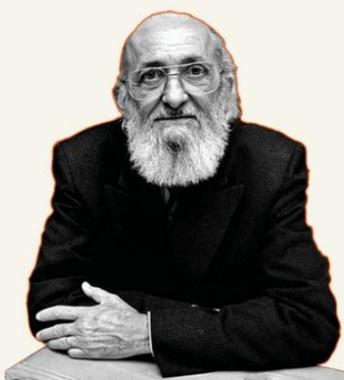
A partir da crítica formulada por Paulo Freire a respeito do que ele denominou de “educação bancária”, o Círculo da Cultura dispõe as pessoas ao redor de uma “roda de pessoas”, em que visivelmente ninguém ocupa um lugar proeminente. O professor que sabe e ensina quem não sabe e aprende aparece como o monitor, o coordenador de um diálogo entre pessoas a quem se propõe construir juntas o saber solidário a partir do qual cada um ensina-e-aprende. Era ponto de partida a ideia de que apenas, através de uma pedagogia centrada na igualdade de participações livres e autônomas, seria possível formar sujeitos igualmente autônomos, críticos, criativos e conscientes e solidariamente dispostos a três eixos de transformações: a de si mesmo como uma pessoa entre outras; a das relações interativas em e entre grupos de pessoas empenhadas em uma ação social de cunho emancipatoriamente político; a das estruturas da vida social (BRANDÃO, 2010, p. 135)

Dica de leitura para ampliar os conhecimentos sobre o Círculo da Cultura e outros conceitos e contribuições do patrono da educação brasileira para a nossa educação.

Clique [AQUI](#) ou utilize o QR CODE ao lado para acessar o **Dicionário Paulo Freire**.



METODOLOGIA DO CÍRCULO



#PraTodosVerem: Imagem de Paulo Freire- homem branco, idoso, calvo, com barba branca, usando óculos e casaco preto de mangas compridas. Está sentado e de braços cruzados tendo como fundo uma parede branca.

O Círculo de Cultura é um método criado pelo educador Paulo Freire que parte do pressuposto da construção do conhecimento por meio do diálogo - fator básico e necessário à prática pedagógica democrática. Estas são características dos Círculos de Cultura - o diálogo, a participação, o respeito ao outro, ao trabalho em grupo, a dinâmica de um constructo contínuo. Portanto, os Círculos de Cultura são espaços no qual se ensina e se aprende. Espaço em que a preocupação não é simplesmente transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de construção do conhecimento de forma coletiva, através das experiências vividas.

Sistematização/ Metodologia

O início da metodologia será de responsabilidade do(a) mediador(a) e se formará por um momento de socialização do coletivo, de reconhecimento/apresentações (Título do projeto, nome do Coordenador, dos participantes, campus de origem, local onde ocorre a ação).

1) Os autores(as) irão se posicionar em círculo e compartilharão suas experiências e aprendizagens construídas a partir da sua participação nas ações desenvolvidas nas comunidades. Para apresentação, poderão participar até 3 membros por trabalho submetido.

Para ampliar os estudos sobre Círculo da Cultura
acesse [AQUI](#) ou utilize o QR CODE ao lado.



RACISMO ESTRUTURAL

Vamos usar, para esse guia de atividades, a concepção de Racismo Estrutural que o professor Silvio Almeida nos traz em seu livro: Racismo Estrutural, 2019, parte da série Feminismos Plurais, da editora Jandaíra e coordenado pela professora e filósofa Djamila Ribeiro.



#PraTodosVerem: Imagem de Silvio de Almeida- homem negro, calvo, usando óculos e camisa de mangas compridas na cor amarela. Está sentado, com as mãos cruzadas a frente do corpo. Fundo da imagem na cor preta.

É comum que encontremos diversas explicações do que é o racismo, seja na internet, revistas, programas de televisão e outros, são várias as definições.

Para além dessas definições, temos algo presente no imaginário social, no senso comum, que faz diversas pessoas reproduzirem uma suposta definição de racismo sem o perceberem como uma prática estrutural, histórica e fundamentada na criação da nossa sociedade, reduzindo-o ao comportamento errado de algumas pessoas ou grupos racistas.

No livro "Racismo Estrutural", o professor Silvio Almeida nos participa de três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural. Esse guia de atividades toma por base a concepção estrutural, mas vamos apresentar aqui um rápido comentário sobre essas três perspectivas.

RACISMO ESTRUTURAL

RACISMO INDIVIDUAL

1

Essa perspectiva percebe o racismo como uma anormalidade, como o comportamento errado de uma pessoa ou determinado grupo, como se a prática do racismo fosse meramente um problema ético, uma falha de caráter individual ou coletiva.

RACISMO INSTITUCIONAL

Nessa perspectiva, o racismo é visto como o resultado do funcionamento das instituições. Isto é, não mais percebido como um comportamento individual ou uma falha de caráter, mas como uma prática produzida por instituições que funcionam na divulgação de desvantagens e privilégios baseados na raça.

2

RACISMO ESTRUTURAL

3

Na perspectiva institucional, vimos que o racismo funciona em acordo com instituições que resguardam a ordem social. Uma ordem com conflitos e tensões previamente presentes em sua estrutura. O racismo dessas instituições, então, compõe a estrutura dessa mesma ordem que visa resguardar. Em outras palavras: as instituições são racistas porque a sociedade é racista, uma vez que o racismo é estrutural e presente na sua fundação.

RACISMO ESTRUTURAL

O conceito de **Racismo Estrutural** marca uma superação nos estudos do racismo ao avançar sobre as perspectivas individual e institucional. Para subsidiar o debate, propomos o vídeo produzido pelo professor Silvio de Almeida, pesquisador brasileiro que, em janeiro de 2023, foi nomeado como Ministro dos Direitos Humanos.



#PraTodosVerem: Imagem de Silvio de Almeida- homem negro, calvo, usando terno e gravata. Fundo da imagem com árvore e gramado.

Acesse [AQUI](#) o vídeo:
Racismo Estrutural,
de Silvio Almeida
OU
utilize o
QR CODE abaixo:



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados para propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Fonte: Site do Ministério da Educação

**Clique aqui e veja essa informação na
íntegra no site do Ministério da Educação
ou
utilize o QR CODE abaixo:**



A LDB situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito à “educação” e à “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

**Acesse aqui a lei Nº 9.394, de
20 de dezembro de 1996 ou
utilize o QR CODE ao lado:**



FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, assim denominada na LDB, também possui a denominação de "qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores", determinada no Decreto nº 5.154/2004, alterado pelo Decreto nº 8.268/2014.

A formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho.

Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional.

Instituições ofertantes

Podem oferecer cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional às instituições que compõem:

- as redes federal, estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica;
- os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNAs);
- instituições privadas de educação profissional e tecnológica;
- escolas habilitadas para oferta de cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Além das instituições relacionadas acima, os cursos livres podem ser oferecidos por empresas, associações de classe, sindicatos, igrejas etc.

Saiba mais acessando o QR CODE ao lado.



TRABALHO

Quando falamos de trabalho nesse guia de atividades, estamos nos referindo ao trabalho em seu sentido ontológico e histórico, como nos traz Saviani (2007), ao falar do trabalho como algo que é inerente à vida humana, ao ser social, uma vez que só o ser humano trabalha e educa.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007).



#PraTodosVerem: Imagem de Dermeval Saviani - homem branco, cabelos grisalhos, usando camisa óculos e camisa branca. Fundo da imagem na cor preta.

Compreendemos a importância de todo o trabalho e toda a diversidade de profissões que temos no tempo presente, mas, ao falarmos com as juventudes, queremos que se atentem às relações de trabalho do nosso tempo e como elas se precarizaram e se esvaziaram do seu potencial de um trabalho que realiza o ser humano enquanto ser social.

TRABALHO

A precarização das relações de trabalho é algo que tem se agravado nos últimos anos. Imaginamos, ao pensar esse guia, no quanto essa agenda atinge a vida dos jovens que, ao terminarem a escola ou precisarem auxiliar na renda familiar, tem de lidar com um mercado exigente e pouco receptivo a esses novos trabalhadores.

Boa parte dessas novas relações de trabalho, que visam garantir benefícios às empresas por meio da flexibilização das relações trabalhistas, encontra ressonância nos jovens das comunidades. Ainda, parte desse movimento de precarização ganha força nas plataformas digitais e nos aplicativos de entrega. Temos, então, a chama **uberização** das relações de trabalho.

As supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são, de fato, estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que estabelecem. A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição. (ANTUNES e FILGUEIRAS, 2020).

Enquanto educadores, é preciso atentarmos para essas "novas formas de trabalho" que podem atingir a vida dos jovens, comprometendo etapas de sua formação, inclusive, profissional.

OFICINA 1

CONCEITUANDO O RACISMO

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do Power Point.
Referências	ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro) . São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. Sugestão de vídeo: O RACISMO é PERIGOSO na EDUCAÇÃO das CRIANÇAS - Canal PretoLink para acesso ao vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLs

2

Temática: Compreensão das juventudes em sua diversidade e inúmeros contextos (sociais, territoriais, de raça e etnia, religiosos, etc.).

Objetivo: Reconhecer a diversidade das juventudes, o quanto esse conceito é múltiplo e plural, mas também identificar pontos em comum, como os marcadores sociais, principalmente, que narram a vida e pertencimento dos jovens nas comunidades, sobretudo dos jovens negros.

Oficina 2: Juventudes (Que jovem sou eu?)

Duração: 2h

Público-alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

OFICINA 2

JUVENTUDE OU JUVENTUDES: QUE JOVEM SOU EU?

As juventudes são diversas, dinâmicas e plurais. Os atravessamentos de raça\etnia, orientação sexual e identidade de gênero, capacitismo e territorialidade traçam destinos e comportamentos, bem como os pertencimentos religiosos, atividades de grupos (esporte, clubes, etc).

Para dar seguimento ao que propomos com o letramento racial, é importante que os jovens percebam de que ou quais juventudes estamos falando, e também percebam como se encaixam nessa narrativa de experiência juvenil que temos proposto.

OFICINA 2

JUVENTUDE OU JUVENTUDES: QUE JOVEM SOU EU?

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do Power Point;Papel cartaz;Hidrocor.
Referências	Vídeo disponível no Youtube: Juventude e Diversidade . Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=KvR5pCQVuaw

JOVENS, RAÇA E GÊNERO

A) O caso dos homens negros:

Quando pensamos em recortes de gênero, não podemos abrir mão de pôr uma lupa sobre essas questões e pensar nos atravessamentos produzidos pela raça e racismo que entram em conflito ou se potencializam na desigualdade de gênero. A masculinidade branca, em uma sociedade patriarcal como o Brasil, dispõe de uma série de mecanismos que corroboram para a manutenção do seu poder. A mesma situação não acontece com os homens negros, porque a masculinidade para esses se dá em uma dinâmica diferente de poder, uma vez que a raça e o racismo são determinantes.

A filósofa Djamila Ribeiro, em seu livro, "Pequeno manual antirracista", fala dessas intersecções ao exemplificar a homossexualidade de homens brancos que são discriminados pela orientação sexual, mas ainda fazem parte de um grupo hegemônico que detém o poder, sendo, portanto, estruturalmente privilegiados. Homens negros não pertencem a esse grupo hegemônico determinado pela branquitude, portanto não se utilizam desses privilégios.

1º Momento: Com todos os jovens organizados em círculo, introduza essas impressões de gênero e sexualidade e suas interfaces com o racismo e as juventudes, após questione:

- No que trabalham os homens negros da nossa comunidade?
- Qual o nível de escolarização dos homens negros da nossa comunidade?
- Quantos jovens meninos da nossa comunidade evadiram da escola? Quantos são negros?

JOVENS, RAÇA E GÊNERO

B) O caso das mulheres negras:

A psicóloga Cida Bento, em seu livro "O pacto da branquitude", elucida que as mulheres negras historicamente sofrem com a marginalização social e exclusão das oportunidades de trabalho, sendo estruturalmente invisibilizadas em seu potencial e vistas como a sempre "empregada doméstica", na função de cuidadora e asseio da casa dos patrões.

Outra vez a filósofa Djamila Ribeiro, agora em seu livro "Lugar de Fala", traz à luz uma fala bastante repercutida pelo senso comum, a de que mulheres ganham 30% a menos do que homens. Mas de que mulheres e homens estamos? Do ponto de vista lógico, essa informação não está incorreta. Mas do ponto de vista ético, sim. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos.

Atentar para a desigualdade salarial olhando apenas para a perspectiva de gênero não dá conta do problema estrutural que temos. Negar o atravessamento racial, principalmente numa sociedade como a brasileira, é corroborar com o racismo, uma vez que a raça e o racismo são determinante.

2º Momento: Com todos os jovens organizados em círculo, introduza essas impressões de gênero e sexualidade e suas interfaces com o racismo e as juventudes, após questione:

- No que trabalham as mulheres negras da nossa comunidade?
- Qual o nível de escolarização das mulheres negras da nossa comunidade?
- Quantas jovens meninas da nossa comunidade evadiram da escola? Quantas são negras?

OFICINA 3

RACISMO E TRABALHO

<p>Estratégias Metodológicas</p>	<p>5º Momento: sugestões de perguntas para a roda de conversa: Quem é o profissional que mais representa em imagens a profissão X? Em profissões que dispõem de cargos de liderança, quem vemos? Em profissões operacionais, quem vemos?</p>
<p>Recursos</p>	<p>Projetor para a apresentação do vídeo e do Power Point; Sala de informática e computadores; Blocos para anotações.</p>
<p>Referências</p>	<p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade e do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2006.</p> <p>ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. <i>Contracampo</i>, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.</p> <p>RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.</p> <p>Materiais audiovisuais disponíveis, de forma pública e gratuita na internet: https://www.youtube.com/watch?v=5F_atkP3pqs</p>

OFICINA 3

RACISMO E TRABALHO

Desenvolvimento:

Dica 1: Recomendamos o vídeo abaixo para introduzir as atividades da Oficina 3, pois acreditamos que ele exemplifica os impactos do racismo no mundo do trabalho, contribuindo com essa atividade.



PraTodosVerem: Imagem de uma pessoa vestida com uma camisa branca de manga comprida, aparecendo somente os braços e segurando uma fotografia. Ao fundo uma parede branca. Na fotografia, há a imagem de um homem negro, vestindo chapéu e camisa de manga curta, segurando uma tesoura de poda que está sendo utilizada numa planta. Ao fundo há diversas plantas.

Vídeo:
Como você enxerga o racismo:
teste de imagem.

Para acessar clique [AQUI](#) ou
utilize
o QR CODE abaixo:



4

Temática: Territórios e espaços de sociabilidade juvenil

Objetivo: Perceber o funcionamento e as dinâmicas territoriais das comunidades, principalmente na ocupação de espaços públicos e coletivos pelo público jovem.

Oficina 4: Territórios Juvenis.

Duração: 2h

Público-alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

TERRITÓRIO JOVEM

As dinâmicas territoriais também exemplificam o que temos posto como racismo estrutural. Se olharmos com atenção para as grandes cidades, a exemplo de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, os bairros menos abastados e/ou distantes dos grandes centros são majoritariamente ocupados por pessoas negras.

Infelizmente, existem grandes estigmas sobre as comunidades, e esses estigmas são reforçados pelas grandes mídias quando noticiam apenas os acontecimentos ruins dessas comunidades, como a disputa de territórios, tráfico de drogas, criminalidades, etc.

Existe muita coisa boa acontecendo nas comunidades, mas que infelizmente não tem notoriedade, a mesma medida em que muita coisa não tão legal acontece em bairros mais abastados, mas também não viram manchetes.

OFICINA 4

TERRITÓRIO JOVEM

Temática (s): Território Jovem	
Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Compreensão das juventudes em suas diversidades e seus inúmeros contextos (sociais, territoriais, religiosos, etc).
Conteúdos propostos	Ampliar a compreensão acerca dos conceitos de trabalho e território subsidiando o diálogo e engajamento coletivo na luta por políticas promotoras da equidade racial no contexto pesquisado.
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Para essa atividade, recomendamos a utilização de músicas abordando a questão racial, juventudes, trabalho e território.</p> <p>2º Momento: Organização dos jovens em grupos de até 5 pessoas para a análise da letra da música escolhida. É importante pedir que os jovens retirem alguns excertos que mais lhes chamaram a atenção na música, partindo de algumas perguntas para a provocação inicial: Do que fala essa música? Onde percebemos os temas "trabalho, juventudes, racismo e território" nela?</p> <p>3º Momento: Retomada dos jovens no círculo para socializarem as suas impressões com o grande grupo;</p> <p>4º Momento: Ainda no círculo, perguntar aos jovens sobre os territórios jovens, em interface com a música que apresentaram, a partir das seguintes sugestões de perguntas para essa roda de conversa: Quem são as pessoas da nossa comunidade? Que espaços temos para os jovens em nossa região?</p>

OFICINA 4

TERRITÓRIO JOVEM

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo;Papel cartaz;Hidrocor.
Referências	<p>BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111283. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111283. Acesso em mar. 2023.</p> <p>SANTOS MARTINS, Carlos Henrique dos; Rodrigues CARRANO, Paulo Cesar A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. Educação [on-line]. 2011, 36(1), 43-56. ISSN: 0101-9031. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117118584004</p> <p>Músicas: Sujeito de Sorte) de Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - part. Majur e Pabllo Vittar); Minha Alma - (A Paz Que Eu Não Quero) - O Rappa; Fé - cantoria IZA.</p>

OFICINA 4

TERRITÓRIO JOVEM

Sugestões de músicas e clipes para a Oficina 4:



#PraTodosVerem: Imagem do vídeo: jovem, negro com cabelos compridos, sem camisa, corrente no pescoço e sorrindo, com aparelho dentário. Ao fundo, do lado esquerdo a luz do sol.

Música: Sujeito de Sorte) de Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - part. Majur e Pablllo Vittar)

Para acessar clique [AQUI](#) ou utilize o QR CODE ao lado:



Música: Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero) - O Rappa

Para acessar clique [AQUI](#) ou utilize o QR CODE ao lado.



#PraTodosVerem: Imagem do vídeo: à direita, um jovem, negro, cabelos curtos carregando um menino negro nos ombros. O menino tem cabelos curtos, usa óculos e está vestido com camisa branca. Do lado esquerdo, está a imagem de um jovem negro usando touca, camiseta branca. Todos aparecem sorrindo. Ao fundo há uma quarta pessoa observando a cena. A parede de fundo é dividida entre preto e branco e possui um cartaz pequeno com letras ilegíveis.



#PraTodosVerem: Imagem da cantora IZA, mulher negra, com cabelos compridos, colar prateado no pescoço, brincos, e vestida com terno vermelho.



OFICINA 5

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS

Temática (s): Políticas de ações afirmativas: ampliando os conhecimentos sobre cotas raciais como estratégia para a promoção da equidade no contexto da educação escolar brasileira

Tempo estimado de duração: 2 horas

Público a que se destina: Jovens estudantes

Objetivo (s)

Possibilitar aos/as jovens a ampliação de conhecimentos sobre as ações afirmativas e suas relações com a educação e mundo do trabalho a fim de subsidiá-los para que tenham acesso às políticas públicas vigentes no âmbito da educação escolar brasileira.

Conteúdos propostos

Política de cotas e ações afirmativas: conceito e critérios no âmbito da educação e no trabalho. Políticas de ações afirmativas: cotas raciais como estratégia para a promoção da equidade no contexto da educação escolar brasileira.

Estratégias Metodológicas

1º Momento: Com os jovens em círculo, apresente o que são as cotas raciais, a história e importância das ações afirmativas. Você, educador, pode utilizar as informações do slide acima ou comentar com os jovens sobre.

2º Momento: Apresentação da música "Cota não é esmola", da Bia Ferreira, disponível no YouTube.

3º Momento: Com os jovens organizados em grupos de até 5, pedir que eles retirem excertos da música e analisem em seus grupos.

4º Momento: Retomada do grande círculo para os jovens socializarem as impressões dos grupos menores, a partir da apresentação sobre as cotas e dos excertos da música. Sugestões de perguntas para a etapa 4, na retomada do círculo: O que são cotas raciais? O que entendemos por ações afirmativas? Como as cotas raciais se aplicam no acesso a cursos técnicos e ao ensino superior? O que são cotas de escola pública e como se aplicam?

OFICINA 5

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS

Recursos	Projetor para a apresentação do vídeo e do Power Point.
Referências	<p>ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estrutural (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal_nº_12711.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.</p> <p>VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas Raciais (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2022.</p> <p>Vídeo disponível no Youtube: O racismo é perigoso. Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS</p>

OFICINA 5

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS

Outra sugestão para explorar a temática é a música **Cota Não é Esmola** da cantora **Bia Ferreira**.

ACESSE CLICANDO [AQUI](#) OU UTILIZE O QR CODE ABAIXO:



#PraTodosVerem: Imagem da cantora Bia Ferreira, mulher preta, usando turbante, brincos, blusa quadriculada nas cores branco e vinho, segurando um violão e com um microfone à sua frente. Ao fundo, painel colorido com desenho colorido do rosto de uma pessoa, e plantas e folhas verdes ao redor dos cabelos.

Sugestões de questionamentos para o debate na retomada do círculo sobre ações afirmativas e cotas raciais:

O que você entende por ações afirmativas?

O que você sabe ou gostaria de saber sobre cotas raciais?

O que você sabe ou gostaria de saber sobre cotas de escola pública e como se aplicam?

O que você sabe ou gostaria de saber sobre cotas raciais e como se aplicam no acesso à educação profissional e ao ensino superior?

OFICINA 6

JUVENTUDES NEGRAS E COTAS RACIAIS: ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Possibilitar os/as jovens a compreensão das formas de ingresso na EPT e no ensino superior mediante a análise das políticas de ações afirmativas vigentes, bem como ampliando os conhecimentos acerca da rede federal, tendo como referência o mapeamento das oportunidades oferecidas pelo IFRS- Campus Porto Alegre.
Conteúdos propostos	Estrutura e funcionamento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI); Estrutura e funcionamento da rede federal de EPT, em especial, enfocando as oportunidades e formas de ingresso, em particular, a partir do estudo do IFRS.
Estratégias Metodológicas	<p>1º Momento: Organização dos jovens em grupos de até 5 participantes.</p> <p>2º Momento: Separação dos itens a serem pesquisados pelos grupos, a exemplo: Grupo 1: O que é e como funcionam: ENEM, SISU, PROUNI, FIES. Grupo 2: O que é ensino médio integrado? O que são os Institutos Federais? Tem algum na minha cidade? Como funciona o ingresso para cursos técnicos e superiores nos IFs? Grupo 3: Quais as universidades públicas que temos em nossa cidade? Como funcionam as ações afirmativas para o ingresso nessas instituições?</p> <p>3º Momento: Retomada dos grupos para o círculo, para socializarem com os demais as informações obtidas.</p>

OFICINA 6

JUVENTUDES NEGRAS E COTAS RACIAIS: ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

<p>Recursos</p>	<p>Projetor para a apresentação do vídeo e do Power Point.</p>
<p>Referências</p>	<p>VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas Raciais (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaíra, 2022.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei_Federal_nº_12711.htm. Acesso em: 5 jul. 2021.</p>

COMO ACESSAR O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA E GRATUITA?

Prezado/a educador/a, vamos disponibilizar aqui alguns links com informações sobre o ENEM, PROUNI, SISU E FIES, bem como com informações sobre o IFRS e as formas de ingresso.

Clique na imagem ou no QR CODE e acesse as informações:



**#ParaTodosVerem: Acima as imagens contêm as
logos do ENEM, PROUNI, SISU, FIES E IFRS.**

7

Objetivo: Participar os jovens dos impactos das oficinas realizadas, ouvindo, através do círculo da cultura, a avaliação deles sobre essas atividades.

Oficina 8: Encerramento/Avaliação.

Duração: 2h

Público-alvo: adolescentes, jovens e adultos participantes de cursos FIC de qualificação profissional.

OFICINA 7: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: AVALIAÇÃO/ENCERRAMENTO.

Prezado/a educador/a, estamos chegando ao final das nossas oficinas de letramento racial para o mundo do trabalho. Até aqui falamos dos impactos do racismo estrutural nas juventudes negras e suas interfaces com o mundo do trabalho.

Queremos, ao final dessas atividades, que os jovens façam uma avaliação desse processo de formação das oficinas.

Entendemos que a forma de se fazer uma avaliação varia bastante de uma instituição para outra, e varia, até mesmo, entre os educadores. No entanto, sugerimos que a avaliação seja feita aos moldes do Círculo da Cultura, de Paulo Freire, que fez parte do processo metodológico de construção e aplicação das oficinas.

OFICINA 7: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: AVALIAÇÃO/ENCERRAMENTO.

Tempo estimado de duração: 2 horas	
Público a que se destina: Jovens estudantes	
Objetivo (s)	Sistematizar os conhecimentos produzidos sobre racismo estrutural e suas manifestações no contexto da educação e do mundo do trabalho apontando subsídios para a reflexão e adoção de estratégias individuais e coletivas que promovam e consolidem políticas de ações afirmativas que promovam práticas educativas antirracistas.
Conteúdos propostos	Avaliação individual e coletiva das ações desenvolvidas durante as oficinas.
Estratégias Metodológicas	1º Momento: Com os jovens organizados no círculo da cultura, passar as orientações de como será a atividade de avaliação; 2º Momento: Agora, com os jovens divididos em grupos de 4 ou 5 participantes, pedir que eles revisitem as oficinas anteriores, tomando nota dos pontos positivos, relevância, crítica e sugestões de melhorias para cada uma das oficinas; 3º Momento: Os jovens devem colocar as informações em um cartaz ou outro documento que permita socializar com o grande grupo essa avaliação das oficinas; 4º Momento: Retomada do círculo da cultura e socialização da avaliação para todo o grande grupo.
Recursos	Projeter para a apresentação do vídeo e do Power Point.
Referências	BERTH, Joice. Empoderamento (Coleção Feminismos Plurais / coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo. Editora Jandaira, 2021. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo da Cultura . In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, José Jaime (Orgs). Dicionário Paulo Freire . Editora Autêntica, São Paulo, 2010. MEDRADO, Benedito; MENEGON, Vera; SPINK, Mary Jane. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas . <i>Revista Psicologia & Sociedade</i> , Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014

BRASIL, Senado Federal. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL, Senado Federal. Lei Federal nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL, Senado Federal. Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL, Senado Federal. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL, Senado Federal. Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional. Portal MEC.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2021.

BRASIL, Ministério da Economia. Atlas da Violência (2021). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2021. Disponível em:

MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Available from SciELO Books.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; Rodrigues CARRANO, Paulo Cesar. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. Educação [on-line]. 2011, 36(1), 43-56. ISSN: 0101-9031.

MEDRADO, Benedito; MENEGON, Vera; SPINK, Mary Jane. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Revista Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014

MEINERZ, Carla; Pereira, Junia SALES. Apresentação da Seção Temática Educação e Relações Étnico Raciais. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.42, N. 1, 2017.

MEINERZ, Carla. Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.42, N. 1, 2017.

MENEZES, Germano de Oliveira. Educação para as relações étnico-raciais: percepção dos professores de história do ensino médio integrado do IF Sudeste MG – campus Muriaé e campus Rio Pomba. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). IF Sudeste MG. Rio Pomba, 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2007. ISSN 1807-1600.

MOREIRA, Adilson. Racismo Recreativo. Coleção Feminismos Plurais (Coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

PAIS, José Machado. A Construção Sociológica das Juventudes - alguns contributos. Análise Social: Vol. XXV, 1990.

PAIS, José Machado. Lazeres e Sociabilidades Juvenis - um ensaio de análise etnográfica. Análise Social: Vol. XXV, 1990.

RIBEIRO, F. da C. .; SILVA, S. dos S. . UMA CARTILHA PARA ESTRUTURAÇÃO DE OFICINA PEDAGÓGICA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], p. 04-40, 2021.

VALLE, H. S. do, & ARRIADA, E. (2012). "Educar para transformar": a prática das oficinas. Revista Didática Sistêmica, 14(1), 3-14.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos , v. 2019, p. 16-16, 2019.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS

Juventudes Negras, Educação Profissional e Mundo do Trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista.

Prezado\

Você está sendo convidado/a para participar do projeto de pesquisa intitulado: **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando a promoção de uma educação antirracista**. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede pelo IFRS – Campus Porto Alegre.

Nessa pesquisa pretendemos promover a escuta das juventudes, sobretudo dos jovens negros, no contexto do mundo do trabalho e da formação para o mundo do trabalho, a fim de produzirmos subsídios teóricos e metodológicos para o enfrentamento ao racismo.

Para a realização deste estudo, gostaríamos de contar com a sua participação. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitamos que você preencha o questionário abaixo e, antecipadamente, agradecemos.

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. Saiba mais

Como você se identifica com relação a sua identidade de gênero:

Feminino

Masculino

Não-binário

Prefiro não dizer

Outro:

Qual a sua faixa etária?

15 anos (completos em 2022)

16 anos (completos em 2022)

17 anos (completos em 2022)

18 anos (completos em 2022)

Tenho mais de 18 anos

Outro:

Com relação a sua identidade étnico racial, como você se declara:

Negro\

Pardo\

Indígena

Branco\

Prefiro não responder

Outro:

Qual a sua escolaridade?

Anos iniciais do ensino fundamental (1º até o 5º ano)

Anos finais do ensino fundamental (6º até o 9º ano)

Ensino médio (cursando)

Ensino médio (trancado\interrompido)

Ensino médio completo

Evadido da escola

Outro:

O que você entende por racismo?

Sua resposta

Em sua opinião, o racismo está presente no seu cotidiano?

Sim

Não

Não sei opinar

Não quero responder

Em caso afirmativo: descreva brevemente em que situações você percebe o racismo no cotidiano?

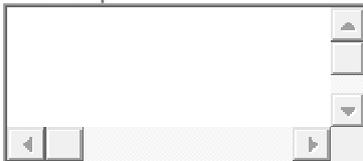
Sua resposta

Em sua opinião, o racismo está presente no mundo do trabalho?

- Sim
- Não
- Não sei opinar
- Não quero responder

Em caso afirmativo, em sua opinião, em que situações o racismo se manifesta com mais frequência (por exemplo, seleção da vaga, promoção, avaliação do desempenho profissional, etc.)?

Sua resposta

A text input field with a scroll bar and a submit button. The field is empty and has a light gray border. The scroll bar is on the right side, and the submit button is on the bottom right corner.

Na luta contra o racismo, quais suas sugestões para que tal temática seja abordada nos espaços voltados às juventudes, em especial, no contexto da educação profissional?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO
PRODUTO EDUCACIONAL

Juventudes Negras, Educação Profissional e Mundo do Trabalho: Guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional

Prezado/a

Você está sendo convidado/a para avaliar o Produto Educacional chamado: **Guia de atividades de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional**. Este produto está associado a uma dissertação de mestrado, e está vinculado ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede pelo IFRS – Campus Porto Alegre.

Para a realização deste estudo, gostaríamos de contar com a sua participação. Após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, solicitamos que você preencha o questionário abaixo e, antecipadamente, agradecemos.

Agradecemos desde já a sua contribuição.

[Faça login no Google](#) para salvar o que você já preencheu. Saiba mais

TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado(a) para participar da avaliação do Produto Educacional intitulado: **Juventudes Negras, Educação Profissional e Mundo do Trabalho: Guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional**.

Este produto está associado a uma dissertação, vinculado ao **Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica**, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre. Nessa pesquisa buscamos promover a escuta das juventudes, sobretudo dos jovens negros, no contexto do mundo do trabalho e da formação para o mundo do trabalho, a fim de produzirmos subsídios teóricos e metodológicos para o enfrentamento ao racismo estrutural e para a promoção de uma educação antirracista.

A pesquisa foi realizada na ACM Cruzeiro do Sul, no projeto Trabalho Educativo, através de questionário estruturado e oficinas com os jovens atendidos nesse projeto, a fim de mapear as percepções acerca do racismo estrutural presentes no mundo do trabalho e na educação profissional. Para a coleta de dados foi utilizado/a o referido questionário estruturado, a ser disponibilizado, em meio digital, através de formulário na plataforma *google forms*, e as observações durante as oficinas que compõem o processo da pesquisa.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação nesse estudo;
- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

Após a leitura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido referente a sua participação na avaliação desse Produto Educacional.

DECLARO QUE:*

Li e estou de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ACEITO participar, de forma voluntária e remota, da avaliação desse Produto Educacional.

Não, não aceito.

Seção 3 de 6

Identificação do participante

Descrição (opcional)

Escreva um pouco sobre você (idade, gênero, raça/etnia e escolaridade, atividade que realiza, etc.):

Texto de resposta longa

Seção 4 de 6

Seção 1: Questões relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do Produto Educacional

Descrição (opcional)

O produto educacional contém introdução específica para qual público se destina?

Sim, atenc

Atende pã

Não atenc

Quanto às cores e formas utilizadas, o material apresentado é atrativo ao/a leitor/a?

Sim, atenc

Atende pã

Não atenc

Quanto a letra (tipo, cores e formato) e formatação do texto possibilita a acessibilidade para o/a leitor/a?

Sim, atenc

Atende pã

Não atenc

O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o/a leitor/a?

Sim, atenc

Atende pa

Não atenc

Após a seção 4

Continuar para a próxima seção

Seção 5 de 6

Seção 2: Questões referentes ao conteúdo do Produto Educacional

Descrição (opcional)

O texto apresentado facilita a compreensão dos conceitos pelo/a leitor/a apontando subsídios e promovendo o respeito à diversidade (a exemplo da flexão de gênero)?

Sim, atenc

Atende pa

Não atenc

O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas e indicações de outros materiais, à mesma medida em que é dinâmico?

Sim, atenc

Atende pa

Não atenc

Após a seção 5

Continuar para a próxima seção

Seção 6 de 6

Seção 3: Questão referente à relevância e impacto social do produto educacional sem título

Descrição (opcional)

O produto educacional tem potencial para contribuir para o debate sobre juventudes, educação profissional, mundo do trabalho e enfrentamento ao racismo estrutural, inspirando práticas de ensino voltadas à promoção de uma educação antirracista em espaços escolares e não escolares de educação profissional.

Sim, atenc

Atende pa

Não atenc

Comentários, críticas e sugestões.

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(para pais e/ou responsáveis)

Prezado (a) Senhor (a):

Seu _____ está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**Juventudes negras: transgressão e mudança na luta contra o racismo estrutural, no contexto da educação profissional e tecnológica.**”. Este projeto está vinculado ao *Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica*, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre. Nessa pesquisa pretendemos promover a escuta das juventudes, sobretudo dos jovens negros, no contexto do mundo do trabalho e da formação para o mundo do trabalho, a fim de produzirmos subsídios teóricos e metodológicos para o enfrentamento ao racismo estrutural.

A pesquisa será feita na ACM Cruzeiro do Sul, no projeto Trabalho Educativo, através de questionário estruturado e oficinas com os jovens atendidos nesse projeto, a fim de mapear as percepções acerca do racismo estrutural presentes no mundo do trabalho e nos cursos de formação para o mundo do trabalho, os quais serão disponibilizado para preenchimento somente após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado/a o referido questionário estruturado, a ser disponibilizado, em meio digital, através de formulário na plataforma *google forms*, e as observações durante as oficinas que compõem o processo da pesquisa.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, pode haver algum desconforto pelo desconhecimento ou mobilizar sentimentos e percepções causadoras de desconforto emocional ou psicológico. Caso isso ocorra, serei encaminhado (a) para os setores de Serviço Social e Psicologia, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Também me disse que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera que, ao participarem da pesquisa, os jovens ampliem o seu conhecimento sobre o racismo estrutural, consigam identificá-lo como uma prática estruturante da nossa sociedade, a fim de pensarem estratégias para o enfrentamento desse

preconceito. Esperamos, também, que a pesquisa nos possibilite identificar subsídios teóricos e metodológicos para amarrar essa discussão aos cursos de formação profissional, não reduzindo a discussão do racismo a eventos pontuais, mas agendando-o como uma discussão presente, urgente e necessária nos cursos de capacitação profissional, a fim de que os jovens recebam mais do que a formação técnica para o trabalho, mas consigam perceber os abismos sociais causados pelo preconceito racial e o quanto isso interfere nos processos seletivos, independente de toda a formação e preparação para o trabalho que esse jovem possa apresentar. Esperamos também que o pesquisador aprofunde seus conhecimentos e técnicas, e que possa contribuir para uma formação para o mundo do trabalho que seja humana e integral, atenta aos problemas sociais produzidos pelo racismo estrutural, no seu espaço de trabalho.

Outra expectativa é a de que o produto educacional, produzido a partir dessa pesquisa, possa contribuir efetivamente nos cursos de formação profissional, principalmente nos cursos de formação na área administrativa e áreas afins, mobilizando as equipes de trabalho desses cursos e alocando essa discussão como uma agenda importante para essas áreas de atuação.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que meu representado (a) poderá deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que meu representado não será identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em que meu representado (a) continue participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionados com a participação nesse estudo;
- de que meu representado terá direito a compensação material relacionadas às despesas relativas à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a participação de meu representado no estudo;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico;
- de que meu representado não responda qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

=====

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito que meu representado _____ participe da pesquisa intitulada: “**Juventudes negras: transgressão e mudança na luta contra o racismo estrutural, no contexto da educação profissional e tecnológica**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) representante legal

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Helder Felipe da Silva de Oliveira

Telefone para contato: (51) 996261957

E-mail para contato: helder.fsoliveira@gmail.com

Pesquisador(a) orientadora: Liliane Madruga Prestes

Telefone para contato: (51) 989395978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

ANEXO C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a para participar do projeto de pesquisa intitulado: **Juventudes negras: transgressão e mudança na luta contra o racismo estrutural, no contexto da educação profissional e tecnológica**. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. Este projeto está vinculado ao *Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica*, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre. Nessa pesquisa pretendemos promover a escuta das juventudes, sobretudo dos jovens negros, no contexto do mundo do trabalho e da formação para o mundo do trabalho, a fim de produzirmos subsídios teóricos e metodológicos para o enfrentamento ao racismo estrutural.

A pesquisa será feita na ACM Cruzeiro do Sul, no projeto Trabalho Educativo, através de questionário estruturado e oficinas com os jovens atendidos nesse projeto, a fim de mapear as percepções acerca do racismo estrutural presentes no mundo do trabalho e nos cursos de formação para o mundo do trabalho, os quais serão disponibilizado para preenchimento somente após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado/a o referido questionário estruturado, a ser disponibilizado, em meio digital, através de formulário na plataforma *google forms*, e as observações durante as oficinas que compõem o processo da pesquisa.

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo, isto é, pode haver algum desconforto pelo desconhecimento ou mobilizar sentimentos e percepções causadoras de desconforto emocional ou psicológico. Caso isso ocorra, serei encaminhado (a) para os setores de Serviço Social e Psicologia, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Também me disse que que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera que, ao participarem da pesquisa, os jovens ampliem o seu conhecimento sobre o racismo estrutural, consigam identificá-lo como uma prática estruturante da nossa sociedade, a fim de pensarem estratégias para o enfrentamento desse preconceito. Esperamos, também, que a pesquisa nos possibilite identificar subsídios teóricos e metodológicos para amarrar essa discussão aos cursos de formação profissional, não reduzindo a discussão do racismo a eventos pontuais, mas agendando-o como uma discussão presente, urgente e necessária nos cursos de capacitação profissional, a fim de que os jovens

recebam mais do que a formação técnica para o trabalho, mas consigam perceber os abismos sociais causados pelo preconceito racial e o quanto isso interfere nos processos seletivos, independente de toda a formação e preparação para o trabalho que esse jovem possa apresentar. Esperamos também que o pesquisador aprofunde seus conhecimentos e técnicas, e que possa contribuir para uma formação para o mundo do trabalho que seja humana e integral, atenta aos problemas sociais produzidos pelo racismo estrutural, no seu espaço de trabalho.

Outra expectativa é a de que o produto educacional, produzido a partir dessa pesquisa, possa contribuir efetivamente nos cursos de formação profissional, principalmente nos cursos de formação na área administrativa e áreas afins, mobilizando as equipes de trabalho desses cursos e alocando essa discussão como uma agenda importante para essas áreas de atuação.

O/a pesquisador/a me informou e me garantiu os seguintes direitos:

- que minha participação é voluntária e que a qualquer momento posso deixar de participar do estudo, sem que isso me traga qualquer tipo de dano;
- que eu não serei identificado (a) nem pelo meu nome, nem pelo uso de dados ou materiais que possam identificar minha participação no estudo; além disso, será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que posso pedir acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de custo na minha participação na pesquisa;
- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que achar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “**Juventudes negras: transgressão e mudança na luta contra o racismo estrutural, no contexto da educação profissional e tecnológica**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada e sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, ____ de ____ de _____.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Helder Felipe da Silva de Oliveira

Documento de Identidade: 7095741191

Telefone para contato: (51) 996261957

E-mail para contato: helder.fsoliveira@gmail.com

Pesquisador(a) orientadora: Liliane Madruga Prestes

Documento de Identidade: 2058193521

Telefone para contato: (51) 989395978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, FABRÍCIO SOBROSA AFFELDT, responsável pelo CAMPUS PORTO ALEGRE do IFRS, autorizo a realização da pesquisa intitulada **JUVENTUDES NEGRAS: TRANSGRESSÃO E MUDANÇA NA LUTA CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL, NO CONTEXTO DA EPT**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde no 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados ao pesquisador: acesso aos espaços físicos para a pesquisa e acervo digital da biblioteca.

Fabricio Sobrosa Affeldt Digitally signed by Fabricio Sobrosa Affeldt
Date: 2021-11-16 09:43:35

FABRÍCIO SOBROSA AFFELDT
Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre
Portaria n.º 156/2020

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS,

CEP: 95.700-000 Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: Helder Felipe da Silva de Oliveira

Documento de Identidade: 7095741191

Telefone para contato: (51) 996261957

E-mail para contato: helder.fsoliveira@gmail.com

Pesquisador(a) orientadora: Liliane Madruga Prestes

Documento de Identidade: 2058193521

Telefone para contato: (51) 989395978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br



ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, ALINE SILVA FLORES, coordenadora da instituição ACM CRUZEIRO DO SUL, autorizo a realização da pesquisa intitulada "JUVENTUDES NEGRAS: TRANSGRESSÃO E MUDANÇA NA LUTA CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL, NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA", a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informada pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

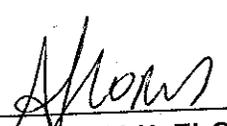
Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

A pesquisa, apontamos, pode apresentar riscos mínimos. Por tratar de um tema sensível, que é o racismo estrutural, no contexto do mundo do trabalho e da educação profissional e tecnológica, pode mobilizar sentimentos e desencadear desconfortos emocionais. Diante disso, no caso de isso ocorrer, o pesquisador se compromete a acionar os setores de Serviço Social e Psicologia, presentes na instituição, e que já trabalham no acompanhamento psicossocial dos adolescentes e jovens atendidos na instituição onde a pesquisa ocorrerá. O pesquisador se compromete a fazer os devidos encaminhamentos junto aos órgãos de saúde da rede pública do contexto pesquisado, caso necessário e/ou demandado por quaisquer dos/as participantes da pesquisa.

Serão disponibilizados, ao pesquisador: acesso aos espaços físicos e documentos para análise.

Porto Alegre, 01 de novembro de 2021.


ALINE SILVA FLORES
Coordenadora Técnica de

92 363.000/0007-29
ACM CRUZEIRO DO SUL
RUA CRUZEIRO DO SUL 2702
Santa Tereza - CEP 90.840-000
PORTO ALEGRE - RS

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP:
95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador (a) principal: Helder Felipe da Silva de Oliveira

Telefone para contato: (51) 996261957

E-mail para contato: helder.fsoliveira@gmail.com

Demais pesquisadores:

Nome: Liliane Madruga Prestes

Telefone para contato: (51) 989395978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br


92.863.000/0007-29
ACM CRUZEIRO DO SUL
RUA CRUZEIRO DO SUL, 2702
Santa Tereza - CEP 90.840-000
PORTO ALEGRE - RS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventudes negras: transgressão e mudança na luta contra o racismo estrutural, no contexto da EPT.

Pesquisador: HELDER FELIPE DA SILVA DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53301021.3.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.176.355

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto avaliado com pendência anterior, conforme parecer nº 5.132.047 emitido pelo CEP em 27/11/2021.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer anterior nº 5.132.047 emitido pelo CEP em 27/11/2021.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer anterior nº 5.132.047 emitido pelo CEP em 27/11/2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer anterior nº 5.132.047 emitido pelo CEP em 27/11/2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão adequados, uma vez que a pendência observada (a falta de TCLE para adultos) foi atendida.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente n. 5.132.047 emitido pelo CEP em 27/11/2021 no qual "Solicitamos providências quanto à seguinte pendência:

1) Incluir o TCLE para os participantes adultos conforme a Resolução nº466/CNE de 12/12/12 II.23 e II.24 e a Resolução nº 510/CNE de 07/04/16, Art.2º.V;"

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.176.355

RESPOSTA: em carta resposta de 29/11/2021 o pesquisador informa que a pendência foi atendida e o TCLE_Adultos anexado na mesma data.

ANÁLISE: A pendência observada foi atendida.

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1858339.pdf	29/11/2021 20:39:07		Aceito
Outros	Carta_RespostaCEP.pdf	29/11/2021 20:38:29	HELDER FELIPE DA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Adultos.pdf	29/11/2021 20:37:16	HELDER FELIPE DA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_BROCHURA_completo.pdf	16/11/2021 21:02:30	HELDER FELIPE DA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANEXO_A_AUTORIZACAO_ACM.pdf	16/11/2021 21:00:13	HELDER FELIPE DA SILVA DE OLIVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETO_BROCHURA.pdf	16/11/2021 20:41:34	Liliane Madruga Prestes	Aceito
Outros	APENDICE_B_QUESTIONARIO_DOENTES.pdf	16/11/2021 20:34:25	Liliane Madruga Prestes	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.176.355

Outros	APENDICE_A_QUESTIONARIO_JUVE NTUDES.pdf	16/11/2021 20:32:44	Liliane Madruga Prestes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_D_TALE.pdf	16/11/2021 20:30:00	Liliane Madruga Prestes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_C_TCLE_.pdf	16/11/2021 20:27:00	Liliane Madruga Prestes	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANEXO_B_AUTORIZACAO_IFRSPOA. pdf	16/11/2021 20:26:08	Liliane Madruga Prestes	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	16/11/2021 20:21:02	Liliane Madruga Prestes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 17 de Dezembro de 2021

Assinado por:
CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br